



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----ACTA DA 1ª. REUNIÃO DA 4ª. SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA-----

-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 27 DE SETEMBRO DE 2010-----

-----ACTA Nº. 14 / 2010-----

----- Aos vinte e sete dias do mês de Setembro de dois mil e dez, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência do Senhor Domingos Ferreira Pereira dos Santos, tendo como Primeira Secretária, a Senhora Maria Hermenegilda Ferreira e Vasconcelos Guimarães e como Segunda Secretária, em substituição da Senhora Ana Maria Andrade Borja Santos de Brito Rocha, a Senhora Maria da Graça Rodrigues Tavares.-----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e vinte minutos, o Senhor Presidente declarou iniciada a Primeira Reunião da Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de quarenta e dois Deputados Municipais (Joaquim Manuel de Carvalho Ribeiro, Fernando Victor Beirão Alves, Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, Luís Filipe Vieira Viana, Carlos Jorge Santos de Sales Moreira, Carlos Alberto Ferreira Morgado, Nuno Emanuel Campilho Mourão Coelho, Salvador António Martins Bastos Costeira, Maria João Costa Marcelino Nunes Domingos, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Custódio Mateus Correia de Paiva, Arlindo Pereira Barradas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Luís Filipe Pereira Santos, Maria Teresa Sousa de Moura Guedes, Guilherme Dinis Moreno da Silva Arroz, José Henriques Lopes, Abílio José da Fonseca Martins Fatela, Maria da Graça Simões Madeira Ramos, Nuno Miguel Pimenta de Carvalho Ribeiro, Maria de Deus Carvalho Pereira, Paulo Pinto de Carvalho Freitas do Amaral, Marcos Sá Rodrigues, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Luísa Maria Diego Lisboa, Joaquim dos Reis Marques, Maria Hermenegilda Ferreira e Vasconcelos Guimarães, Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá, Tiago Manuel Coruche Serralheiro,

Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, Silvino Monteiro Cardita Gomes da Silva, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Maria da Graça Rodrigues Tavares, Luís Gonçalo Fernandes dos Santos Teodósio, Bruno Filipe Carreiro Pires, Bernardo Maria de Villa-Lobos Freire Caldeira, Pedro Alexandre Pereira da Costa Jorge, Daniel dos Reis Branco, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e Miguel da Câmara e Almeida Pinto) desta Assembleia Municipal.-----

-----Os Senhores Luís Manuel de Figueiredo da Silva Lopes, Maria Carolina Candeias Tomé, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Ana Maria Andrade Borja Santos de Brito Rocha e Maria Isabel Lima Miguéis de Vasconcelos pediram a sua substituição para esta reunião tendo sido substituídos pelos Senhores Maria João Costa Marcelino Nunes Domingos, Nuno Miguel Pimenta de Carvalho Ribeiro, Maria de Deus Carvalho Pereira, Bernardo Maria de Villa-Lobos Freire Caldeira e Joaquim Vieira Cotas. -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras, o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Paulo César Sanches Casinhas da Silva Vistas e os Senhores Vereadores Carlos Alberto Monteiro Rodrigues de Oliveira, Ricardo Lino Carvalho Rodrigues, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, Luísa Maria Gentil Ferreira Carrilho, António Ricardo Henriques Costa Barros e Ricardo Júlio de Jesus Pinho. -----

-----Faltou o Senhor Luís Miguel de Castro Larcher Castela dos Santos Cruz, tendo a Mesa justificado a respectiva falta.-----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Actividade do Município, nos termos da alínea e), do N.º 1, do Artigo 53.º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

2. Apreciação da Proposta C.M.O. N.º 839/10 relativa à Certificação das Contas de 2009 - Ofício N.º 30521 - 30-07-2010; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 427/10 relativa à Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2009 - Ofício N.º. 18473 - 10-05-2010;-----
4. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 428/10 relativa à Aplicação do Resultado Líquido do Exercício referente a 2009 - Ofício N.º. 18474 - 10-05-2010;-----
5. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 615/10 relativa à Reestruturação Orgânica dos Serviços do Município - Ofício N.º. 30525 - 30-07-2010;-----
6. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 626/10 relativa à Revisão da Estrutura Orgânica dos SMAS - SMAS - Ofício N.º. 30526 - 30-07-2010;-----
7. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 843/10 relativa ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares para 2011;-----
8. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 844/10 relativa ao Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação de Taxas;-----
9. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 845/10 relativa ao Lançamento de Derrama relativa ao ano de 2010 a ser cobrada em 2011;-----
10. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 815/10 relativa à Introdução de elementos de identificação da parcela de terreno desafectada, sita na Rua Marechal Saldanha, em Queijas - Aditamento à Proposta de Deliberação N.º. 1076/08 - Ofício N.º. 30523 - 30-07-2010;-----
11. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 819/10 relativa à Aquisição de terreno no Bairro Casal da Choca no âmbito do “Programa Habitar Oeiras” - Ofício N.º. 30524 - 30-07-2010;-----
12. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 980/10 relativa à Aquisição de Serviços para a Manutenção dos Espaços Verdes das Freguesias de Porto Salvo, Barcarena e Queijas - Repartição de Encargos;-----
13. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 981/10 relativa ao Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação;-----

14. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 778/10 relativa à Isenção da Taxa de Licenciamento para a 4ª. Edição do Evento “Barrigas de Amor 2010” e do espectáculo de encerramento - Ofício N.º. 30522 - 30-07-2010;-----
15. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 987/10 relativa à isenção do pagamento de taxas para a realização das Festas em Honra de São Miguel Arcanjo;-----
16. Apreciação da Proposta C.M.O. N.º 558/10 relativa ao Relatório Anual sobre a situação económica e financeira da “Parques Tejo, E.E.M.” - Ofício N.º. 24598 - 23-06-2010;-----
17. Apreciação da Proposta C.M.O. N.º 701/10 relativa ao Relatório de Actividades relativo ao Exercício de 2009 da “EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.” - Ofício N.º. 30509 - 30-07-2010; -----
18. Apreciação da Proposta C.M.O. N.º 703/10 relativa ao Relatório de Actividades relativo ao Exercício de 2009 e Plano de Actividades e Orçamento da “AITEC - Oeiras” para 2010 - Ofício N.º. 30511 - 30-07-2010; -----
19. Apreciação da Proposta C.M.O. N.º 966/10 relativa ao Relatório Anual de Actividades e Avaliação da Comissão Arbitral Municipal de Oeiras - Anos de 2008 e 2009; -----
20. Apreciação da Proposta C.M.O. N.º 967/10 relativa ao Relatório de Actividades e Contas de 2009, da “Fundação Marquês de Pombal”; -----
21. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 971/10 relativa à fixação da remuneração do Presidente do Conselho de Administração da LEMO, E.I.M., S.A.; -----
22. Apreciação da Proposta C.M.O. N.º 616/10 relativa ao Relatório e Contas de 2009 da Oeiras Viva, E.E.M. - Ofício N.º. 24592 - 23-06-2010;-----
23. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 938/10 relativa à redução do Capital Estatutário da Oeiras Viva, E.E.M. e consequente alteração dos seus Estatutos; -----
24. Apreciação da Proposta C.M.O. N.º 968/10 relativa ao Relatório de Execução Orçamental da Oeiras Viva E.M., referente ao 1º. Trimestre de 2010;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

25. Apreciação da Proposta C.M.O. N.º 1041/10 relativa à renúncia de associado da AMAGÁS - Associação de Municípios para o Gás;-----

26. Apresentação do trabalho desenvolvido junto das escolas de Oeiras pela Comissão que elaborou a Brochura sobre o Regulamento da Assembleia Municipal. -----

3. O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Boa tarde a todos, vamos começar mais um ciclo, mais um ano da nossa actividade, da nossa luta, que é de todos, por um Município melhor. Bem-vindos a este segundo ano deste Mandato desta Assembleia Municipal.” -----

4. APROVAÇÃO DE ACTA-----

4.1. Acta da Primeira Reunião da Terceira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a vinte de Julho de dois mil e dez - Acta número doze. -----

4.1.1. VOTAÇÃO-----

----- O Senhor Presidente submeteu à votação esta Acta a qual foi aprovada por maioria com duas abstenções - Senhora Maria de Deus Carvalho Pereira (IOMAF) e Senhora Luísa Maria Diego Lisboa (PS).-----

4.2. Acta da Primeira Reunião da Quarta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a vinte e seis de Julho de dois mil e dez - Acta número treze. -----

4.2.1. VOTAÇÃO-----

----- O Senhor Presidente submeteu à votação esta Acta a qual foi aprovada por maioria com três abstenções - Senhora Maria de Deus Carvalho Pereira (IOMAF), Senhora Luísa Maria Diego Lisboa (PS) e Senhor Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana (PSD). -----

5. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

5.1. O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Faremos um intervalo às dezassete horas e, tal como ficou previsto na Reunião de Representantes dos Grupos Políticos, os vinte e seis pontos da agenda não serão todos tratados

nesta Reunião, sendo que os restantes ficarão agendados para a próxima reunião que se realizará no dia onze de Outubro. Considerou-se não ser conveniente realizar a reunião na próxima segunda-feira uma vez que esta será intercalada entre um Domingo e o Feriado do dia cinco de Outubro. --- -----

-----Por proposta do Grupo Político Municipal do Partido Socialista, gostaria de colocar à consideração desta Assembleia a não realização hoje da apreciação e votação da reestruturação orgânica dos Serviços do Município, nem da reestruturação orgânica dos SMAS que constam nos pontos cinco e seis da Ordem de Trabalhos para se poder ter mais tempo de reflexão, de análise e de preparação destes documentos. -----

-----Se concordarem, eu propunha que o ponto doze, sobre o qual há alguma urgência e que se prende com a Aquisição de Serviços para a Manutenção dos Espaços Verdes, passasse a integrar a Ordem de Trabalhos ainda a abranger hoje, uma vez que tínhamos também combinado na Conferência de Líderes, apontar para os primeiros nove pontos, deixando a discussão da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, que também foi distribuída à última hora, para o começo da reunião do dia onze. -----

-----Quem se opõe a que os pontos cinco e seis passem para a reunião do dia onze de Outubro?" - -----

5.2. O Senhor Deputado António Moita (IOMAF) disse o seguinte: -----

-----“No nosso ponto de vista, estas propostas não são mais do que uma adaptação à Lei e, por isso mesmo, não temos nada a opor que elas se discutam hoje. Atendendo ao pedido que o Partido Socialista faz, se a Câmara Municipal não vir inconveniente em que estas propostas passem para o dia onze, também não é por nós que isso vai acontecer. Se não houver nenhuma oposição da Câmara Municipal, por nós, estas propostas podem passar para o dia onze.” -----

5.3. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

-----“Se o Partido Socialista entende que não está em condições para poder apreciar e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

votar estas propostas, da parte da Câmara Municipal, não há nenhum inconveniente em aguardar mais quinze dias.”-----

5.4. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) disse o seguinte:-----

----- “Gostaria de registar a gentileza que se fez à Câmara Municipal mas eu gostaria de dizer que, do ponto de vista formal, é a Assembleia Municipal e os seus Deputados Municipais que decidem o que entra, ou não, na agenda.”-----

5.5. O Senhor Presidente da A.M. interveio, dizendo o seguinte: -----

----- “Sim, mas poderemos sempre ouvir a Câmara Municipal. Pergunto se alguém se opõe a que os pontos cinco e seis, bem como a discussão da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, passem para primeiros pontos da Agenda da Reunião do próximo dia onze de Outubro.” -----

5.6. VOTAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente submeteu à votação esta alteração à ordem dos pontos a discutir na Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 70/2010** -----

----- **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À ORDEM DE TRABALHOS - PASSAGEM DOS PONTOS 1, 5 E 6 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, PROPOSTA CMO N.º. 615/10 - REESTRUTURAÇÃO ORGÂNICA DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO E PROPOSTA CMO N.º. 626/10 - REVISÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SMAS - PARA PRIMEIROS PONTOS DA ORDEM DE TRABALHOS DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS A REALIZAR DIA 11.10.2010**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta referida em título e deliberou por unanimidade com os votos a favor dos Grupos Políticos Municipais

Isaltino Oeiras Mais À Frente, do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, do Centro Democrático Social - Partido Popular, da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda, aprovar a passagem dos pontos um, cinco e seis - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Proposta CMO número seiscentos e quinze barra dez - Reestruturação Orgânica dos Serviços do Município e Proposta CMO número seiscentos e vinte e seis barra dez - Revisão da Estrutura Orgânica dos SMAS - para primeiros pontos da ordem de trabalhos da reunião da Assembleia Municipal de Oeiras a realizar dia onze de Outubro de dois mil e dez.-- -----

-----Mais foi deliberado, também, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.”----- -----

5.7. O Senhor Presidente da A.M. continuou, dando as seguintes informações:-----

-----“No dia vinte e um de Junho aprovámos uma isenção de taxas para a realização do concurso “Oeiras Band Sessions”. Na altura questionou-se a Câmara Municipal sobre o valor das taxas que se estavam a isentar e a Câmara respondeu a esse requerimento. A resposta já foi distribuída aos Representantes dos Grupos Políticos Municipais mas quero aqui dizer que essa isenção corresponde às seguintes taxas:-----

-----Licença de recinto improvisado, no valor de quarenta e três euros e noventa e dois cêntimos e licença especial de ruído no valor de sessenta e três euros e setenta e seis cêntimos, ou seja, a isenção aprovada teve o valor global de cento e sete euros e sessenta e oito cêntimos.--

-----Gostaria também de informar que a Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género desafiou as Assembleias Municipais do País a fazerem sessões temáticas até ao fim de Novembro para debater a Igualdade do Género. Por decisão unânime da Mesa e dos Representantes, respondemos positivamente a esse desafio. Na última Reunião de Representantes dos Grupos Políticos Municipais ficou decidido que essa sessão temática se realizaria na Freguesia de Linda-a-Velha, em local a estabelecer posteriormente, uma vez que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género já confirmou a sua disponibilidade para estar connosco no dia vinte e cinco de Outubro. A sessão temática realizar-se-á às vinte e uma horas, algures na Freguesia de Linda-a-Velha, no dia vinte e cinco de Outubro.-----

----- No dia vinte e um de Junho o Grupo Político Municipal do Partido Social Democrata fez uma Proposta de Recomendação que ficou de transitar para o primeiro Período Antes da Ordem do Dia que se seguisse que é, portanto, hoje.”-----

5.8. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte: -----

----- “Antes de começar gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se, porventura, posso aproveitar esta minha intervenção, não só para apresentar a Proposta mas, eventualmente, para colocar uma outra questão à Câmara, no âmbito do Período Antes da ordem do Dia.” -----

5.9. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) interveio, dizendo o seguinte:-----

----- “Penso que as Moções que foram distribuídas hoje deveriam ser discutidas, uma a uma, no final do Período da Ordem do Dia e votadas como está previsto no Regimento.”-----

5.10. O Senhor Presidente A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) propõe que esta Moção se junte aos documentos que entraram hoje, que se discutam todos no final deste Período da Ordem do Dia e que se votem todos seguidos?”-----

5.11. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) respondeu, dizendo o seguinte:-----

----- “Que se discutam individualmente e que se votem no final de cada discussão.”-----

5.12. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) voltou a intervir, dizendo o seguinte: -----

----- “É evidente que estamos aqui a falar de uma questão meramente formal e que importa para agilizar os trabalhos. Não sei qual é o entendimento da Mesa em relação a esta questão mas, por nós, não vemos qualquer inconveniente em que este assunto seja, de facto, tratado uniformemente, ou seja, através de uma discussão individualizada. Ser no final do Período Antes da Ordem do Dia, ou agora, é uma questão que fica à consideração da Mesa. -----

-----Para mim é completamente indiferente, embora entenda que há que aproveitar e, desde logo, analisar todas as questões e todas as propostas.” -----

5.13. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) disse o seguinte: -----

-----“Estou a fazer esta proposta porque as Propostas de Recomendação que foram hoje feitas à Mesa estão agora a ser distribuídas pelos Deputados Municipais, é só por esse motivo que eu estou a sugerir que a discussão e votação das mesmas aconteçam no final.” -----

5.14. O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“No entendimento da Mesa esta é uma questão meramente processual, deixaremos as propostas de recomendação todas para a parte final do período Antes da Ordem do Dia.” -----

5.15. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) voltou a intervir, dizendo o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, com uma ressalva - a Proposta do Partido Social Democrata, pela sua temporalidade, vai hoje ser discutida, independentemente do tempo que demorar o Período Antes da Ordem do Dia. Que depois, nenhum Grupo venha questionar a discussão desta Proposta.” - -----

5.16. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) disse o seguinte: -----

-----“Sugiro que a Proposta do PSD seja a primeira a ser discutida, seguida das outras, por ordem de entrada.” -----

5.17. O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito bem.” -----

5.18. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) disse o seguinte: -----

-----“Gostaria de referir um assunto que o Partido Socialista já levantou por diversas vezes na Conferência de Líderes e que o CDS-PP já o fez por escrito - tem a ver com as incompatibilidades dos Deputados Municipais, por terem cargos de nomeação na Câmara Municipal, empresas ou Serviços Municipalizados. -----

-----Vou deixar este alerta pela última vez e agora faço-o aqui em público, perante os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Deputados Municipais:-----

----- Se na próxima Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, os Senhores Deputados Municipais insistirem em não cumprir a Lei, o Partido Socialista irá enviar o respectivo protesto e informação aos órgãos competentes no sentido de, posteriormente, serem anuladas todas as decisões correspondentes a essas votações.-----

----- Aquilo que se passa aqui em Oeiras não pode continuar a acontecer. Por questões de delicadeza e até de relação pessoal, tenho informado e alertado, em tempo útil, em Conferência de Líderes para esta situação de ilegalidade, no sentido de os Deputados Municipais assumirem as suas responsabilidades e têm duas possibilidades: renunciam ao cargo de Deputado Municipal ou renunciam aos cargos para os quais foram nomeados.-----

----- O segundo ponto tem a ver com os subsídios atribuídos às festas das Freguesias por parte de uma entidade cem por cento pública e que depende directamente da Câmara Municipal de Oeiras - os Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora. Gostaria de perguntar ao Senhor Vice-Presidente quais são os critérios de atribuição dos subsídios para as festas das Freguesias. Aliás, temos aqui todos os Presidentes das Juntas de Freguesia, nove deles são do Movimento Isaltino Oeiras Mais à Frente e um é do Partido Socialista, e eu gostava de saber quais são os critérios de atribuição dos subsídios e os critérios de transparência.-----

----- É inadmissível que uma pessoa, que seja Presidente da Junta de Freguesia de Paço de Arcos e, ao mesmo tempo, administrador dos SMAS, atribua um subsídio de dezanove mil e quinhentos euros para um espectáculo do cantor João Pedro Pais nas Festas de Paço de Arcos. Isto é inadmissível e eu gostaria de saber se o Senhor Vice-Presidente da Câmara acha isto normal, se não vê nesta situação incompatibilidade nenhuma, se isto é natural ou não, se é prática comum dentro da Câmara Municipal e do universo público da mesma. Vou entregar um requerimento sobre esta matéria.-----

----- Poder-me-ão dizer que o Senhor Administrador não estava presente na altura da

votação e eu vou pedir a acta desse Conselho de Administração mas o Senhor Vice-Presidente vai ter que me explicar quais são os critérios. É que os critérios dos Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora têm que ser iguais para as Juntas de Freguesia todas da Câmara Municipal de Oeiras e da Câmara Municipal da Amadora. Isto é uma vergonha. -----

-----Como terceiro ponto, relativamente a um acto que implicou uma agressão à PSP, em Oeiras e que, infelizmente, teve dimensão pública gostaria de saber se, perante uma dúvida, essa pessoa continua com a responsabilidade da Polícia Municipal, aqui, no Concelho de Oeiras. Segundo sei, essa pessoa, adjunto do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras tem várias responsabilidades e entre elas tem uma, específica, que é a da Polícia Municipal. Gostaria de saber se essa pessoa continuará com essa responsabilidade.-----

-----Quarto ponto - não quero culpar a Câmara Municipal porque, infelizmente, estes acidentes podem acontecer mas gostava de saber se a Câmara tomou as devidas providências a seguir ao acontecimento trágico da morte de um jovem num lago do campo de golfe do Taguspark. -----

-----A Câmara Municipal defendeu-se e disse aquilo que tinha a dizer, ou seja, que a responsabilidade da vedação não era sua mas há duas maneiras de fazer as coisas - a Câmara Municipal diz ao proprietário para fazer a vedação de segurança (para aquela situação não voltar a acontecer) ou manda fazer a vedação e envia a factura ao proprietário. Não há mais soluções, além destas duas.-----

-----Infelizmente já morreram dois alunos naquele lago, já passaram quatro meses e eu queria saber se a Câmara Municipal já decidiu, já fez, ou já obrigou o proprietário a fazer essa vedação para segurança das crianças.-----

-----Repito: já morreram dois adolescentes naquele lago (um há dois anos e outro este ano) e eu quero saber se a Câmara Municipal já vedou esse lago. -----

-----Relativamente ao Centro de Saúde de Algés já foi dito que ele é uma prioridade, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Câmara Municipal já se vangloriou que, se não fosse ela a investir, que não haveria Centro de Saúde em Algés e já disse que as obras estão a decorrer mas, neste fim-de-semana passei por lá e verifiquei que não estão a decorrer obras ali. As únicas coisas que ali aconteceram foram a colocação de uns taipais e a demolição do antigo quartel dos bombeiros. Construção - zero! Recordo que já estamos em Setembro de dois mil e dez e diz lá no taipal que aquela obra em dois mil e onze estará resolvida. -----

----- Quería saber se há obras ou se não há obras, uma vez que a adjudicação já foi feita há muito tempo, na Câmara Municipal.”-----

5.19. O Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) interveio, dizendo o seguinte: -----

----- “Estimo a todos um bom regresso ao trabalho e desejo que esta nova época nos permita esclarecer e melhorar muitas coisas que, em nosso entender, estão erradas nesta Autarquia. -----

----- Em primeiro lugar, no que diz respeito à deslocalização da Repartição de Finanças de Algés que, de acordo com os meios de comunicação social, seria para encerrar, havendo a informação de que esta passaria para Linda-a-Velha. Gostaria de ser informado pela Câmara sobre a posição que tem o Município nesta matéria e sei que a Junta de Freguesia já tomou. -----

----- Em nosso entender, não vemos nenhum inconveniente em criar outra no Concelho mas estando esta repartição em Algés há muito tempo, estar a deslocá-la para outro sítio, parece-nos um perfeito disparate. Devemos aqui, na Assembleia Municipal, defender, que a Repartição de Finanças continue na Freguesia de Algés como tem estado até aqui.-----

----- Em Agosto, fomos surpreendidos com informações sobre a não execução, por parte do Governo, de uma decisão que tinha sido tomada na Assembleia da República no sentido de serem transferidas para as Juntas de Freguesia as verbas correspondentes aos membros da Freguesia que estavam em regime de permanência. Depois da polémica, que durou cerca de uma semana, parece que a situação foi resolvida e que, além dos cinco milhões de euros, o Governo

arranjará a verba necessária para passar para as Juntas de Freguesia e, tanto quanto sei, já está a haver transferência.-----

-----Fui informado na semana passada que há Juntas de Freguesia, a nível nacional, que têm condições para ter os Membros em regime de permanência mas que não reivindicaram essa verba. Não sabendo que situação temos no nosso Concelho, gostaria que a Câmara Municipal, auscultando as Juntas de Freguesia, informasse esta Assembleia sobre quais as que têm membros em regime de permanência e como é que estão as transferências de verbas para fazer face a esses pagamentos porque, de acordo com documentos que estive a ver recentemente, creio que há Juntas de Freguesia com condições para ter membros a tempo inteiro e que não os têm.”-----

5.20. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte:-----

-----“Antes de mais quero desejar a todos um óptimo ano de trabalho depois destas férias bem merecidas.-----

-----A questão que eu queria colocar à Câmara tem a ver com o conhecimento que tive relativamente à escolha deste Concelho para investimento, por parte de um empreendimento deveras interessante, na ordem dos cinco milhões de euros, que vai criar cerca de cinquenta postos de trabalho directos e que tem origem num grupo internacional com uma grande dinâmica - “Virgin Active”, do multimilionário Richard Branson. -----

-----Queria saber se, por parte da Câmara, se confirma a instalação deste equipamento importante para o nosso Concelho e, em caso afirmativo, se me podem esclarecer sobre a zona a que está destinado este equipamento.”-----

5.21. O Senhor Deputado Luís Teodósio (PSD) interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Quero apenas chamar a atenção para dois factos: em primeiro lugar, o clima de insegurança e o estado de abandono em que está o Palácio dos Arcos, na Freguesia de Paço de Arcos. No cerne desse problema julgo que está o facto de este jardim estar aberto vinte e quatro horas por dia mas não ter nenhum tipo de segurança na totalidade das horas e também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

iluminação deficiente. Outro dos motivos é que o Palácio não está fechado, ou seja, é possível as pessoas lá entrarem e já me foi relatado que há várias pessoas que pernoitam dentro do Palácio e penso que esse não será o melhor desfecho para este Palácio, que dá o nome à Freguesia. -----

----- Quero também chamar a atenção para um problema que está a acontecer aqui na Avenida Doutor Francisco Sá Carneiro que tem a ver com o estacionamento de viaturas no meio da via que quando se cruzam podem provocar (e já provocaram) vários acidentes. Julgo que poderá ser encontrada uma solução técnica para aquele lugar.” -----

5.22. O Senhor Deputado Joaquim Cotas (CDU) referiu o seguinte: -----

----- “Desejo a todos os Deputados Municipais muita saúde para encarar esta nova etapa da Assembleia Municipal. -----

----- Vou abordar um tema que já foi aqui abordado por nós - o problema dos parques infantis do Concelho. Ao que julgamos saber a ASAE encerrou alguns parques, aplicou algumas coimas ao Município e a Câmara fechou os restantes. -----

----- O Concelho tem oitenta parques infantis e, ao que julgo, nesta altura, a sua esmagadora maioria está encerrada ao funcionamento e à utilização por parte das crianças do nosso Concelho. -----

----- Gostaria de ser informado sobre a resolução da situação de dois parques infantis da Freguesia de Oeiras. -----

----- O Parque da Medrosa que eu considero um absurdo estar fechado, pelas obras que há a fazer, que são diminutas. Ao que julgo, falta apenas abrir uma porta para a entrada dos cães e fazer ali umas limpezas. Há muitos meses que as crianças têm que brincar na rua. Este parque estava em boas condições de ser utilizado pelas crianças, a Junta de Freguesia de Oeiras investiu ali trabalho e dinheiro mas foi encerrado porque os cães entravam pelo mesmo sítio que as crianças. Como é que isso foi possível? A Câmara deve saber. -----

----- As razões devem ter sido justas por parte da ASAE porque não cabe na cabeça de

ninguém que as crianças entrem pela mesma porta onde entram os cães. Há ali espaço e isso não implicava grande investimento.-----

-----No que diz respeito ao da Quinta do Marquês, o parque foi desactivado e ainda não se sabe o que vai acontecer e é isso que nós gostaríamos de saber. Gostaríamos ainda, de saber o seguinte: --- -----

-----Neste momento, quantos parques infantis estão a funcionar? Quando é que estarão ao serviço das crianças, uma vez que se trata de um equipamento fundamental? Está dinheiro investido e as crianças não estão a utilizar os meios que o Concelho pôs ao seu dispor. Para quando é que se prevê que os oitenta parques infantis estejam abertos, prontos para serem usufruídos pelas crianças? -----

-----Queria que estas situações fossem esclarecidas muito objectivamente porque, para além da despesa, ou não, da abertura dos parques, o que está em causa é muito mais importante - as crianças que deveriam estar a brincar num local adequado e seguro, estão a brincar em locais desadequados, com pouca higiene e nenhuma segurança. Como a Câmara deve calcular, esta situação é de uma responsabilidade enorme. -----

-----Alerto, por isso, para a situação de injustiça para com as crianças.” -----

5.23. O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) disse o seguinte: -----

-----“Eu aproveitei as férias para escrever a intervenção que vou ler de seguida, no Período Antes da ordem do Dia, cujo título é - “Os bairros sociais, a Acção Social da Câmara de Oeiras e a obra de Cavaco Silva”: -----

-----“Quando confrontado na Assembleia Municipal com argumentos para os quais não tem resposta, o Senhor Presidente da Câmara tira a cassete da cartola, liga-a e ouve-se: “Não há barracas em Oeiras. Eu acabei com elas.”-----

-----Mas vamos ao debate. É para isso que estamos aqui. -----

-----Nos primeiros bairros construídos verificaram-se as seguintes questões:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Construção de má qualidade, atestada pela realização de obras de recuperação poucos anos após a sua inauguração e, num caso mais grave, a demolição de um bairro;-----

----- Separação das pessoas de uma família por vários bairros, o que revela insensibilidade social;-----

----- Meio envolvente desadequado da realidade em que os cidadãos sempre viveram, com falta de grandes espaços públicos para aqueles que deles necessitam;-----

----- Ausência de equipamentos sociais na ocasião de entrega das chaves;-----

----- Famílias que habitavam em zonas perto do Rio Tejo, empurradas para o interior do Concelho para oferecer os terrenos ao negócio;-----

----- Grandes bairros que se tornaram em guetos das pessoas que haviam vivido em barracas, sem qualquer integração no meio envolvente, ao contrário do que foi feito no Reino Unido logo a seguir à Segunda Grande Guerra;-----

----- Aplicação das chamadas rendas sociais que, apesar de estarem de acordo com a Lei, então em vigor, pouco tinham de sociais.-----

----- Esqueceu-se a Câmara Municipal de Oeiras que o realojamento não consiste apenas em transferir os cidadãos da barraca para o prédio. A resolução dos problemas sociais é a questão central do realojamento.-----

----- A actual situação social, no País, é grave. Tem muitas causas, uma das quais a crise internacional. Mas há outras, como os cortes em despesas não rentáveis do ponto de vista financeiro. Exemplo disso é a inexistência de projectos de intervenção social em bairros municipais para este ano e até ao final do mês de Agosto. Este facto contrasta com os vencimentos dos administradores das empresas municipais - três mil e quinhentos euros, mais mordomias.-----

----- Também há outra questão que o Bloco de Esquerda vai, agora, referir. Em mil novecentos e noventa e três entrou uma nova personagem em cena - o então primeiro-ministro

Cavaco Silva. O Governo aprovou o Decreto-Lei número cento e sessenta e seis barra noventa e três, que estabeleceu um novo regime de rendas para os bairros sociais. A partir daí foram feitas as seguintes alterações, relativamente à legislação anterior: -----

-----O cálculo do rendimento do agregado familiar passou a integrar o rendimento ilíquido, em vez do rendimento líquido. Passaram a contar catorze meses de vencimento, em vez dos doze, que contavam antes. Os subsídios de turno e as horas extraordinárias entraram também no rendimento do agregado. Assim, o rendimento dos agregados aumentou de forma artificial e, conseqüentemente, as rendas também aumentaram.-----

-----Em mil novecentos e noventa e cinco a Câmara de Oeiras foi a primeira do País a aplicar a nova Lei. Houve, então, grande contestação social e os munícipes estiveram três meses sem pagar renda. A Câmara Municipal de Oeiras foi obrigada a diminuir as rendas dos jovens até vinte e cinco anos e dos reformados com pensões baixas. Também houve conseqüências políticas: o Partido Social Democrata havia tido sessenta por cento de votos em mil novecentos e noventa e três e, em mil novecentos e noventa e sete, baixou para trinta por cento. -----

-----Mas vamos à realidade actual. Mais de vinte por cento das famílias não pagam renda, o que faz com que a Câmara Municipal de Oeiras seja credora de quase dois milhões e meio de euros. Há cidadãos que cancelaram o fornecimento de gás. As taxas de abandono e insucesso escolares são enormes. -----

-----A Câmara Municipal de Oeiras sabe quais são as taxas de abandono e insucesso escolar nos bairros sociais?-----

-----O desemprego no País anda perto dos onze por cento. E nos bairros sociais, qual é a taxa de desemprego? E já agora, qual é o número de famílias dos bairros sociais que é obrigada a recorrer ao Rendimento Social de Inserção?-----

-----Na opinião do Bloco de Esquerda há as seguintes questões a resolver: -----

-----Revogar o Decreto-Lei anti-social de Cavaco Silva e substituí-lo por uma Lei que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

tenha em conta a situação das pessoas que vivem em bairros sociais. Não chegava a Cavaco Silva ser o principal responsável por um défice público tão elevado;-----

----- A Câmara Municipal de Oeiras tem de compreender que há problemas nos bairros e enfrentá-los. Deve fazer-se um forte investimento na Juventude, criando um banco de material escolar e ocupando os tempos livres dos jovens. Os mais idosos precisam de maior acompanhamento e apoio. -----

----- Os despejos não são solução. O Presidente da Câmara Municipal de Oeiras tem de atirar a velha cassete para o lixo, pois o discurso fácil nunca resolveu problemas. -----

----- Queria acrescentar duas questões que foram suscitadas neste debate e que me parecem importantes. Uma delas foi referida pelo Senhor Deputado Marcos Sá (PS) e tem a ver com o trágico acidente no campo de golfe. Queria dizer que passei lá há duas semanas quando voltei de férias e a vedação, junto ao tal lago, ainda estava aberta. Devo dizer ainda que, há um ano, o Bloco de Esquerda informou a Câmara, aqui na Assembleia Municipal, que há obras ilegais na Cooperativa Nova Morada, cheias de manilhas e outro material de obra, em recinto não vedado e tudo continua na mesma. -----

----- Por último, gostaria de saber por parte dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Oeiras, à excepção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paço de Arcos, se não acham que têm direito a um subsídio para as Festas das respectivas Freguesias.”-----

5.24. O Senhor Deputado Guilherme Arroz (IOMAF) interveio, dizendo o seguinte:-----

----- “Queria retomar a questão levantada pelo Senhor Deputado Marcos Sá (PS) no que diz respeito ao acidente naquele pseudo-campo de golfe e lamentar porque é a segunda criança que morre naquele local. É óbvio que sendo um terreno privado não pode ser invadido por outros mas os erros das crianças não devem ser punidos com a morte, como aconteceu. -----

----- Porque sei que há um inquérito em curso sobre o que aconteceu, gostava de perguntar à Câmara se há resultados, ainda que parciais. -----

-----Não sou jogador de golfe e, portanto, não faço ideia nenhuma se é fundamental que um campo de golfe tenha um lago profundo ou se basta ter um lago e não sei até que ponto a Câmara Municipal tem capacidade de pressionar o construtor daquele campo de golfe a reduzir significativamente a altura da água naquele lago para não acontecer uma terceira desgraça. -----

-----Uma vez que aquele campo de golfe não está a operar até, porque, tanto quanto eu sei, não está licenciado, porque é que não se retira de lá a água?-----

-----Por fim eu queria propor à Assembleia Municipal um voto de pesar pela morte daquela criança.”-----

5.25. O Senhor Deputado Paulo Freitas do Amaral (J.F. Cruz Quebrada/Dafundo) disse o seguinte: --- -----

-----“O bairro social Clemente Vicente, no Dafundo faz, este ano, cem anos e se outros bairros sociais do Concelho apresentam problemas, este bairro centenário apresenta muitos mais.

-----Vivem cerca de quatrocentas pessoas neste bairro e a Junta de Freguesia irá comemorar com a população o centenário com a intenção de poder chamar a atenção para problemas graves com que o bairro se defronta a nível de acessibilidades e a nível da estrutura que as habitações apresentam, nas quais vivem idosos, muitas vezes, sozinhos. -----

-----Portanto, este bairro representa uma espécie de bomba relógio se acontecer algum tipo de calamidade. -----

-----Gostaria de saber se a Câmara tem algo projectado para este bairro e quanto tempo durará a executá-lo uma vez que, nas imediações, outros pequenos bairros (como Vila Shore) já estão sinalizados para habitação jovem há cerca de um ano, com holofotes e placards na marginal. Encontram-se na mesma situação há bastante tempo.” -----

5.26. O Senhor Deputado Jorge Vilhena (J.F. Carnaxide) disse o seguinte:-----

-----“Em primeiro lugar queria congratular a Câmara pelo facto de nos passados meses de Maio e Julho a Freguesia de Carnaxide ter passado a ter mais dois parques infantis, operacionais,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de acordo com a legislação - o Parque Infantil Skip, na Quinta do Sales, na Outurela e o Parque Infantil, em Nova Carnaxide, na VLN. -----

----- Também foi inaugurada uma nova área canina, atendendo a que naquela zona existem muitos proprietários com cães e a requalificação do espaço verde em toda a área envolvente. Trata-se de uma zona nobre da Freguesia com muita área verde tratada e Carnaxide terá, neste momento, cerca de vinte e seis hectares de área verde com manutenção. Por isso, os meus agradecimentos à Câmara. -----

----- Por outro lado, queria relembrar a Câmara Municipal de Oeiras para a questão da Quinta da Gandarela que tem estado um pouco esquecida, urge fazer a reconversão daquele bairro. Embora a Junta de Freguesia e a Câmara façam alguma manutenção na zona, inclusivamente, no Mandato anterior, houve algumas beneficiações no que diz respeito às infra-estruturas, nomeadamente a um acesso pedonal, abrigos de passageiros e colocação de semáforos de segurança na zona, o facto é que urge que o PDM esteja concluído na sua revisão para que a reconversão daquele bairro possa acontecer. -----

----- Também queria relembrar a Câmara Municipal para a necessidade da conclusão do projecto de execução do acesso da estrada da rotunda da Rua Carlos Belo de Moraes à Rotunda da Terra (que é a nova rotunda que foi inaugurada na sequência do viaduto da Portela) porque se trata de um acesso importantíssimo para os cidadãos de Carnaxide, Linda-a-Velha e Algés. -----

----- Por último, queria congratular a Câmara e a Assembleia Municipal porque, ao que parece, a partir de hoje teremos wireless para poder trabalhar em simultâneo com os trabalhos que decorrem aqui, na Assembleia Municipal. -----

----- Não poderia deixar de relembrar esta situação uma vez que, por várias vezes, no Mandato anterior, eu falei da mesma. -----

----- Gostaria também de relembrar o que dizia, também, muitas vezes, o Senhor Deputado Antas de Barros, no Mandato anterior, sobre a decoração deste espaço. Estas paredes

estão vazias e, com tantas obras que a Câmara Municipal tem, julgo que seria importante dignificar este espaço, dando a perceber que estamos numa Assembleia Municipal, principalmente a quem nos visita.”-----

5.27. O Senhor Deputado Pedro Jorge (CDS-PP) disse o seguinte:-----

-----“Em primeiro lugar, um voto de pesar por não ter cá o Senhor Presidente da Câmara. Isso acontecerá porque, com certeza, não deve achar esta Assembleia condigna ou então, fui eu que não ouvi a justificação da sua ausência. Em todo o caso, Senhor Presidente da Mesa, quando achar pertinente, gostaria de saber qual o motivo, ou se a substituição já está em curso.-----

-----Em todo o caso, acho que era importante que houvesse esse respeito e eu considero que isto não é muito respeitoso para com esta Assembleia. -----

-----Quanto ao requerimento sobre as incompatibilidades, sobre o qual o Partido Socialista já teve oportunidade de falar, o Centro Democrático Social já alertou para as implicações que essa situação tem. O requerimento foi apresentado em Junho/Julho e, em termos de prazos processuais normais, já estamos em incumprimento. Em todo o caso, estamos em jubilosa esperança a aguardar as boas notícias sobre as incompatibilidades. -----

-----No que diz respeito à impugnação das deliberações da Assembleia, não vou tão longe quanto o Partido Socialista mas não posso deixar de considerar a sua pertinência.-----

-----Deixo duas pequenas sugestões, ambas sobre a Freguesia de Carnaxide: -----

-----Em primeiro lugar, creio que seria urgente fazer a revisão da semaforização da Avenida do Hospital de Santa Cruz na curva que liga à Rua Manuel Teixeira Gomes. Naquela subida acontecem, por vezes, acidentes e considero que aquela situação desobedece às regras de bom senso. A estrada é sinuosa e considero que esta é uma situação importante. -----

-----A segunda situação tem a ver com a revisão do traçado daquela estrada da Amadora que faz a ligação ao casal do canal e a sua ligação à Freguesia de Carnaxide. Esta corresponde a um principal acesso à Freguesia onde está a ser feito agora o Colégio Monte Flor que está em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

construção. Essa situação obriga a maioria dos automobilistas a cometer uma infracção grave. Não basta só licenciar mas também é preciso pensar nas infra-estruturas, nas acessibilidades e sobretudo, na segurança. As crianças que estiverem naquele colégio vão ter que atravessar uma estrada de dois sentidos que está sempre cheia. -----

----- Falar de mobilidade não é só falar de grandes projectos para o Concelho mas também procurar ter algum sentido de pragmatismo e perceber que aquilo está mal feito e que é necessário fazer algo. Antes que o colégio esteja no activo devem ser compensadas aquelas formas de acesso.-----

----- Por último gostaria de saber, pelo Senhor Vice-Presidente, qual o critério para autorizar os pedidos para organização de eventos por parte das organizações de juventude partidárias. Desde já, antecipo-me, dizendo que impende alguma ilegalidade sobre esse critério, se houver critério. -----

----- A última pergunta é simples e tem a ver com aquele concurso que aconteceu em Paço de Arcos, para a escolha do fornecedor para os Bolos-Reis dos cabazes de Natal dos funcionários da Câmara. Gostaria de saber se as empresas que forneceram gratuitamente os bolos-reis, designadamente, a que ganhou, receberam algum prémio monetário. Qual é, por regra, o fornecedor que vai arrecadar com a contribuição, por via da prestação de serviços, dos bolos-reis para os cabazes?” -----

5.28. O Senhor Deputado Carlos Morgado (J.F. Oeiras e São Julião da Barra) disse o seguinte: -- -----

----- “Tendo em atenção algumas das informações que foram aqui dadas, relacionadas com a Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, gostaria de frisar o seguinte:-----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Luís Teodósio (PSD) e à questão do entroncamento da Avenida Francisco Sá Carneiro com a Avenida António Patrício Gouveia, gostaria de lhe dizer que essa situação já me foi colocada há cerca de dois anos pelo Senhor

Deputado José Henriques Lopes (IOMAF). Essa situação está sinalizada, julgo que a Divisão de Trânsito e Transportes da Câmara Municipal de Oeiras já está a trabalhar numa solução para aquele entroncamento. Efectivamente, o que relatou corresponde à verdade uma vez que já ali aconteceram alguns acidentes. -----

-----Quanto ao que disse o Senhor Deputado Joaquim Cotas (CDU) no que diz respeito aos parques infantis, quero dizer que a Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra recebeu da Câmara Municipal de Oeiras, há cerca de um mês e meio, os processos referentes aos parques infantis da Medrosa e da Quinta do Esmeraldo. Neste momento, estamos numa fase de elaboração de processos e de consultas ao mercado para procedermos às referidas intervenções nesses dois parques. Posso dizer-lhes que o interesse da Junta de Freguesia, e da Câmara, também é, dentro do mais curto espaço de tempo possível, tentar pôr os dois parques a funcionar.

-----Relativamente à questão levantada sobre a Quinta do Marquês, a pedido de muitos moradores foi desactivado aquele parque que existia na Rua Egas Moniz porque não era tanto um parque infantil mas sim, um parque destinado aos adolescentes. Os residentes daquela zona queixavam-se bastante da utilização indevida daquele parque e, portanto, julgo que a Câmara já estará a trabalhar também no sentido de arranjar uma nova localização, na zona da Quinta do Marquês, para um novo parque infantil.-----

-----Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) relacionada com o apoio dos SMAS às Juntas de Freguesia eu gostaria de dizer o seguinte: no que diz respeito à Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, sempre que tenho solicitado o apoio dos SMAS para a realização de alguns eventos, esse apoio tem sido concedido.” -----

5.29. O Senhor Deputado Jorge Vilhena (J.F. Carnaxide) voltou a intervir, dizendo o seguinte: --- -----

-----“Pedi de novo a palavra atendendo que o Senhor Deputado Pedro Jorge (CDS-PP),



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

na sua intervenção, falou sobre a Freguesia de Carnaxide embora a Senhora Vereadora, com certeza, possa dar alguns esclarecimentos. -----

----- Na Avenida Professor Reynaldo dos Santos (Avenida do Hospital de Santa Cruz), os semáforos foram regulados em Agosto de dois mil e nove com mais uma valência - quem desce pela Avenida dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide e quer entrar directamente na Rua Manuel Teixeira Gomes, pode entrar em mão, com sinal de intermitente. Porquê? Porque obstruía o tráfego todo. Quem sai da Rua Manuel Teixeira Gomes e quer aceder à Avenida dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide também o faz em segurança porque o trânsito está parado no sentido ascendente da via na Avenida Professor Reynaldo dos Santos, para quem quer ir em frente. -----

----- Portanto, não vejo qual é a questão, poderá depois aprofundar essa matéria mas está tudo a funcionar plenamente. Aliás, até o tempo de chamada do peão foi também equilibrado de forma a não parar o trânsito nessas artérias.-----

----- Sobre o outro caso que falou, mesmo não sendo esse o nome da estrada, consegui localizar - quem vem da Amadora e quer entrar numa zona franca. Isto quer dizer que fosse possível que os cidadãos da Amadora, na sua maioria façam a viragem à esquerda, entrando na Avenida Dom João Paulo Segundo. Eu, a Senhora Vereadora Madalena Castro, o Senhor Vereador da Câmara da Amadora e alguns técnicos estivemos no local em dois mil e nove e verificámos que essa questão não era viável. O que iria acontecer era que todo o trânsito que quisesse “fugir” para apanhar a A Cinco, iria entupir a Freguesia de Carnaxide, nomeadamente a Avenida Professor Reynaldo dos Santos. A Câmara está a tentar ver a viabilidade para não incomodar os moradores do Bairro da Serra criando uma rotunda mais à frente, na estrada da Amadora no entroncamento com a Rua da Mina Grande e poder aí fazer a inversão do sentido de marcha para quem pretenda entrar novamente na Avenida Dom João Paulo Segundo. -----

----- No que diz respeito às acessibilidades está em curso uma obra particular - o Colégio

Monte Flor - e já existem duas passadeiras com acessibilidade embora, neste momento, por causa das obras estejam um pouco dissimuladas. Uma delas está no sentido descendente da via, junto à Rotunda e a outra está na rua Pedro Hispano que também dá o acesso à rotunda. Existirá também um parque de estacionamento em frente ao colégio, numa rua apenas com um sentido. Não há perigo em relação a isto mas a Câmara poderá, depois, no fim, averiguar e com certeza terá tido isso em atenção quando aprovou aquele projecto.” -----

5.30. O Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques (PS) disse o seguinte: -----

-----“As perguntas que aqui estão a ser feitas, são postas à Câmara. Nós estamos numa Assembleia Municipal e não numa Assembleia de Freguesia. Quem tem que responder é a Câmara e não os Presidentes de Junta.” -----

5.31. O Senhor Deputado Joaquim Ribeiro (J.F. Algés) disse o seguinte: -----

-----“Face à última observação que ouvi, eu gostava de deixar um pequeno reparo. Estamos numa Assembleia do Concelho onde tomamos decisões políticas. É verdade que não estamos numa mera Assembleia de Freguesia mas também não é um órgão executivo nem é só para estarmos a fazer perguntas directas à Câmara, nem ao Senhor Vice-Presidente. Aqui tomamos posições políticas e essas são, por força de definição, gerais. É por isso que cá estão os Presidentes de Junta e cada um defende e explica a posição política e específica da sua zona.-----

-----Portanto, não posso estar de acordo com o que foi dito.” -----

5.32. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) disse o seguinte: -----

-----“Ouvi com muito gosto a interpretação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Algés, mas esta não é uma questão de desrespeito pelo Senhor Presidente de Junta, ou pelas informações que tem para dar. Há dois Órgãos - a Assembleia Municipal coloca questões à Câmara Municipal para esta responder. Outros órgãos são as Assembleias de Freguesia onde estão os Autarcas para fazerem as perguntas necessárias ao Presidente da Junta e este responder.

-----Isto é significativo “do não respeito” dos Presidentes de Junta de Freguesia do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

IOMAF pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara.”-----

5.33. O Senhor Deputado António Moita (IOMAF) disse o seguinte:-----

----- “Perante esta última intervenção que vem na linha da que foi feita pelo CDS-PP, venho dar conta do seguinte:-----

----- A falta de respeito que há, se é que existe alguma, é da parte de quem não atribui mérito à presença do Senhor Vice-Presidente da Câmara e de todos os Vereadores que puderam aqui estar. Do nosso ponto de vista a presença da Câmara está preenchida integralmente e não compreendemos o sentimento de orfandade por parte de algumas Forças Políticas em querer ver por força o Senhor Presidente da Câmara aqui. Se ele aqui não é está, é porque não pode estar e, do nosso ponto de vista, enquanto Força Política representativa de quem conduz os destinos da Câmara, estamos muito bem com a presença de todos quantos aqui estão e não é por isso que a Câmara Municipal atribui menos prestígio a esta Assembleia ou a trata de uma forma menos séria.”-----

5.34. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) voltou a intervir, dizendo o seguinte:-----

----- “Já percebi que é um problema de orfandade mas esse é um problema que vão ter em dois mil e treze.”-----

5.35. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez o seguinte Ponto de Ordem à Mesa:-----

----- “Queria saber porque razão foi dada a palavra ao Senhor Deputado Marcos Sá (PS) para uma intervenção sem qualquer fundamento regimental quando antes existia uma inscrição pedida por outro Deputado. Eu gostava de perceber a lógica nesta maneira de conduzir os trabalhos.”-----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** respondeu, dizendo o seguinte:-----

----- “Julguei ser um ponto de ordem e, como foi uma intervenção muito curta, não cortei a palavra.”-----

5.36. O Senhor Deputado Vítor Alves (J.F. Barcarena) disse o seguinte:-----

-----“Ficou, de facto, demonstrado quem é que falta aqui ao respeito. Se alguém faltou aqui ao respeito aos Presidentes de Junta foi o Senhor Marcos Sá (PS). Era o que faltava, o Senhor Marcos Sá (PS) querer pôr uma mordaza na boca dos Presidentes de Junta para que não pudessem defender as questões que dizem respeito às suas Juntas de Freguesia.” -----

5.37. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS), em Defesa da Honra, disse o seguinte: -----

-----“Registei as palavras do Senhor Deputado Vítor Alves (J.F. Barcarena) e gostaria de lhe dizer o seguinte: -----

-----Nesta Assembleia Municipal, o prestígio dos Presidentes de Junta de Freguesia é defender os interesses da população perante a Câmara Municipal. Isso, infelizmente, eu não vejo muito acontecer aqui, perante a Câmara Municipal e o Executivo.” -----

5.38. O Senhor Deputado Pedro Jorge (CDS-PP) voltou a intervir, dizendo o seguinte: -----

-----“Tenho a dizer ao Senhor Deputado António Moita (IOMAF) que a questão não está em o Senhor Presidente não se poder ausentar (e digo isto de uma forma honesta e franca) mas sim em que essa justificação seja dada à Assembleia.-----

-----Eu acredito que é diferente para todos os efeitos, sem prejuízo de qualquer avaliação pessoal ao desempenho dos Senhores Vereadores, estar presente o Presidente da Câmara ou não estar. -----

-----A não ser que haja uma justificação para esse efeito tem que haver a interpretação do desrespeito. Não é uma coisa abstracta e nada tem a ver com orfandade, aliás, eu estou absolutamente tranquilo com isso. Acredito que outros não sentirão assim mas, em todo o caso, é uma questão de não fazer debate político sobre esta matéria - a Lei é clara sobre esse assunto.----

-----Relativamente aos comentários dos Presidentes de Junta, por parte do Centro Democrático Social, acho óptimo que eles falem, desde que o Executivo não deixe de falar por isso.” -----

5.39. O Senhor Deputado Joaquim Ribeiro (J.F. Algés) disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Em primeiro lugar queria chamar a atenção por ter esperado pela minha vez de falar, sem querer dizer que tinha só uma palavra, a exemplo do que fez o Senhor Deputado Marcos Sá (PS). -----

----- Não é pelas interpretações específicas e “suis generis” do modo como devem intervir, na opinião dele, os Presidentes de Junta (que embora estejam aqui por inerência de funções, são Deputados desta Assembleia) que teremos que nos sujeitar à sua apreciação ou que tenha sequer, razão. -----

----- Não tiro, nem altero, uma única palavra daquilo que disse. -----

----- Mais uma vez mostro a falta de respeito por não saber que, quando está uma pessoa a falar, a outra deve fazer silêncio. Há até um ditado português que se adapta a esta situação mas que não irei usar neste momento.”-----

5.40. O Senhor Deputado Arlindo Barradas (IOMAF) disse o seguinte: -----

----- “Eu estou em dúvida. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS), pessoa por quem tenho muito respeito e consideração, aqui, está a usar alguma ignorância porque os Senhores Presidentes de Junta, aqui, são Deputados Municipais embora desempenhem funções de duplicidade pois estão aqui em dupla qualidade.”-----

5.41. O Senhor Deputado Paulo Freitas do Amaral (J.F. Cruz Quebrada/Dafundo) disse o seguinte: -- -----

----- “Já que estamos num espaço, não só de interrogações mas também de partilha, eu gostava de partilhar a minha alegria sobre as afirmações do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oeiras, de que os SMAS costumam responder com anuência aos pedidos de subsídio para as festas da Freguesia. Elaborarei o pedido para apoio às Festas da minha Freguesia, uma vez que foram as mais prejudicadas no seu global, se somarmos o valor atribuído às Associações e às Juntas de Freguesia. -----

----- Eu gostava de convidar todos os Deputados Municipais a consultarem a minha

página da internet sobre a Junta de Freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo, onde se encontram passagens sobre tudo o que a ela diz respeito, designadamente interrogações da Junta de Freguesia e respostas da Câmara Municipal. Poderão ver as que foram e as que não foram respondidas e, por aí, se poderá ver o respeito que existe.” -----

5.42. O Senhor Deputado Salvador Costeira (J.F. Porto Salvo) interveio mas, dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que disse. -----

5.43. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Eu percebo a interpretação que cada um quer fazer, enquanto Presidente de Junta, nesta Assembleia Municipal. Há o Presidente de Junta de Freguesia passivo, o Presidente de Junta de Freguesia activo, que defende os seus fregueses e conseguimos perceber as diferenças nas intervenções. No final, os munícipes e os fregueses irão tirar as suas conclusões. Por último, queria dizer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo que está enganado - eles estão cá como Presidentes de Junta de Freguesia e não como Deputados Municipais.-----

-----Há uma grande diferença e até estamos a estudar, na Assembleia da República, alterações nessa matéria que espero que sejam rapidamente efectuadas porque algumas delas serão a bem da Democracia e outras, a bem da transparência.”-----

5.44. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte:-----

-----“Espero que não fique a constar da acta que aquilo que o Senhor Deputado Marcos Sá (PS) disse é a verdade absoluta. De facto, relativamente à posição dos Presidentes de Junta, numa Assembleia de Freguesia, enquanto a legislação não for alterada, poderemos estar a discutir isto até ao Verão do infinito para saber se, de facto, são, ou não são Deputados. -----

-----Nesta casa eles são Deputados, fazem parte dos Grupos Políticos Municipais, como tal, não têm Grupo Político Municipal autónomo. Por isso, são defendidos e enquadrados nos Grupos. Para que não fique a constar que a verdade é a do Partido Socialista que fique claro que o Partido Social Democrata considera que os Presidentes de Junta, quaisquer que eles sejam e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

quaisquer os Partido Políticos que eles representem, são Deputados de corpo inteiro nesta Assembleia, têm exactamente os mesmos direitos que qualquer outro Deputado, seja para estarem nas Comissões ou noutra sítio qualquer, isto enquanto a Lei não for alterada.”-----

5.45. O Senhor Deputado Pedro Jorge (CDS-PP) disse o seguinte:-----

----- “Porque é que não se pede um parecer à CCDR e resolve-se já o assunto? Escusamos de estar a gastar tanto tempo do Período Antes da Ordem do Dia para discutir quem tem, ou não, qualidade, quem está por inerência, quem pode falar, etc.. -----

----- O Deputado que pode estar cá, está, fala como entender, desde que o Executivo não deixe, por isso, de responder às perguntas que foram feitas.”-----

5.46. O Senhor Deputado Vítor Alves (J.F. Barcarena) interveio, dizendo o seguinte: -----

----- “Espero que agora o Senhor Deputado Marcos Sá (PS) identifique a voz e a pessoa. -

----- Não tenho o mandato dos meus colegas Presidentes de Junta mas que fique registado que, de facto, dá a entender que o Senhor Deputado Marcos Sá (PS) pretende quartar a palavra aos Senhores Presidentes de Junta quando intervêm a favor da sua Freguesia.” -----

5.47. O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Estamos a andar em círculos, a ultrapassar o tempo regimental para o Período Antes da Ordem do Dia e apelo aos Senhores Deputados que tenham esta situação presente.” -----

5.48. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) voltou a intervir, dizendo o seguinte: -----

----- “O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcarena, Senhor Deputado Vítor Alves não percebeu uma coisa - eu quero que eles sejam nesta Assembleia os amplificadores e que falem muito tempo sobre os problemas das suas Freguesias. Ao contrário do que ele disse, espero que falem muito tempo, todo o que quiserem. O problema é que, infelizmente, existem duas maneiras de exercer este cargo - de forma passiva e submissa perante o Executivo ou de forma frontal e de defesa dos interesses dos munícipes. Não tem a ver com a Lei, são duas formas de exercer o cargo. Senhor Presidente até lhe garanto que, no caso de não haver tempo

para intervenção dos Senhores Presidentes de Junta, se for para levantar problemas acerca das suas Juntas de Freguesia, o Partido Socialista dar-lhes-á o tempo que necessitarem uma vez que é a bem da Democracia e dos munícipes. Mordaça nos Presidentes de Junta? Isso até é uma ofensa para quem tem tradições na família que defendeu a Democracia e pagou por isso.” -----

5.49. O Senhor Deputado Luís Teodósio (PSD) disse o seguinte: -----

-----“Acho muito engraçado o Senhor Deputado Marcos Sá (PS) mas, que eu saiba, o Senhor também é Deputado da República e lá, não o oiço intervir tantas vezes, em defesa dos cidadãos.” - -----

5.50. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) disse o seguinte: -----

-----“Tivesse o Senhor Deputado do Partido Social Democrata (ou do IOMAF, confundo-me um bocado, de vez em quando) a coragem que eu tenho na Assembleia da República, em assuntos nacionais, de tomar posições contra as decisões do meu Partido e votações contra o meu Partido, já me dava por satisfeito se fizesse o mesmo, nesta Assembleia.” -----

5.51. O Senhor Deputado Luís Teodósio (PSD) disse o seguinte: -----

-----“Se algum dia for eleito para esse cargo terei todo gosto em fazê-lo. -----
-----Se não sabe qual a minha cor partidária, eu sou Social Democrata e espero que nunca me confunda.” -----

5.52. O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Agora não há mais inscrições, por isso, antes de dar a palavra à Câmara e de passarmos à votação das propostas e moções, vamos discuti-las, por ordem de entrada, começando pela Proposta de Recomendação feita pelo Partido Social Democrata que entrou no dia vinte e um de Junho de dois mil e dez, nesta Assembleia Municipal.”-----

5.53. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte:-----

-----“Antes de iniciar a apresentação da Proposta de Recomendação gostaria de colocar à Mesa a seguinte questão: qual o tempo que cada Partido Político consumiu nestas querelas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

infundadas?” -----

5.54. O Senhor Presidente da A.M. respondeu, dizendo o seguinte: -----

----- “A Senhora Primeira Secretária tirou as seguintes notas:-----

----- O Grupo Municipal Isaltino Oeiras Mais à Frente falou dezassete minutos e meio, o Partido Socialista onze minutos e meio, o Partido Social Democrata dois minutos e meio, a Coligação Democrática Unitária sete minutos e meio, o Bloco de Esquerda seis minutos e cinquenta e o Centro Democrático Social-Partido Popular, seis minutos.” -----

5.55. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À ATRIBUIÇÃO DO NOME DO PADRE JOÃO MANUEL RESINA RODRIGUES PARA UMA DAS RUAS DO CONCELHO, PRIVILEGIANDO A FREGUESIA DA CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD -----

----- “No pretérito dia três de Junho corrente faleceu João Manuel Resina Rodrigues, conhecido como Padre João Resina. -----

----- Figura importante da Igreja Portuguesa e, principalmente, dos seus círculos progressistas que se opuseram ao Estado Novo, esteve ligado antes do Vinte e Cinco de Abril aos Jerónimos do Padre Felicidade Alves e aos incidentes da Capela do Rato. -----

----- Mas, para além do exercício de tal múnus espiritual, foi também o Padre Resina um reputado professor de física, porquanto era licenciado em engenharia pelo Instituto Superior Técnico.-----

----- Considerando estes factos e ainda o ter exercido a sua actividade paroquial na paróquia de Cruz Quebrada a partir de dois mil e um, trabalhando em ambientes carenciados e junto das comunidades mais sacrificadas, impõem-no como homem de liberdade, de profunda humildade e sensatez.-----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Oeiras delibera recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que adopte o seu nome para uma das ruas do Concelho, privilegiando a Freguesia da

Cruz Quebrada/Dafundo. -----

-----Dê-se conhecimento à Assembleia de Freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo e à sua Junta de Freguesia.” -----

5.56. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte:-----

-----“A cumprir o Regimento, tenho a sensação que só o Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente e o Partido Social Democrata é que poderão defender estas propostas. -----

-----Ninguém está aqui a quartar a palavra mas os tempos são, de facto, necessários e, infelizmente, não são cumpridos. Neste caso, essa situação é visível. -----

-----Relativamente à Proposta que nos foi apresentada nos idos de Junho deste ano, julgo que ela se explica por si. Queria apenas fazer uma resenha relativamente a este homem que passou, de alguma maneira, fugazmente, pelo nosso Concelho, em concreto, pela Freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo e que, para além de ser padre, era alguém que tinha da cidadania uma noção muito real.-----

-----Quer antes do Vinte e Cinco de Abril, onde se destacou em algumas lutas contra o Estado Novo, quer depois dessa data, ele procurou sempre assumir uma postura de alguma rebeldia, inclusive contra a estrutura hierárquica da Igreja que lhe valeu, de alguma maneira, alguns problemas.-----

-----Julgo que Oeiras só ganharia em dar à toponímia do seu Concelho o nome do Padre João Manuel Resina Rodrigues. Como homem, como padre e como alguém que teve um papel muito importante junto de comunidades carenciadas era, de facto, algo que mereceria, por parte da Câmara, essa honra.-----

-----Daí, porque a memória de todos nós também passa por estes pequenos gestos, o Partido Social Democrata traz esta Proposta de Recomendação que entende que poderá merecer, da parte de todos, o voto favorável, de forma a reforçar assim, a opinião desta Assembleia relativamente a esta pessoa e, conseqüentemente, a levar a Câmara a poder fazer aprovar para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

toponímia deste Concelho o nome deste homem.”-----

5.57. O Senhor Deputado Guilherme Arroz (IOMAF) interveio, dizendo o seguinte:-----

----- “O Padre Resina era uma pessoa muito especial, que conseguia conciliar uma posição progressista na sua actuação na sociedade.-----

----- Ele ordenou-se padre católico em mil novecentos e cinquenta e nove e doutorou-se em Filosofia, pela Universidade Católica de Luvaina, em mil novecentos e sessenta e nove, portanto complementou a sua formação com este doutoramento em Filosofia. -----

----- Era professor de Física no Instituto Superior Técnico e conseguiu conciliar também isso que às vezes é difícil - a ciência e a fé. Ele escreveu alguns livros e textos interessantes, nomeadamente um livro de introdução à teoria da relatividade restrita que é muito motivador para os estudantes no Instituto Superior Técnico.-----

----- Era uma pessoa, de facto, com um carácter fantástico, conheci-o ainda quando eu era estudante e, mais tarde, fui colega dele. -----

----- Devo dizer-lhes que apoio completamente esta Proposta.”-----

5.58. O Senhor Deputado Paulo Freitas do Amaral (J.F. Cruz Quebrada/Dafundo) disse o seguinte: -- -----

----- “Gostaria de reafirmar todas as qualidades que aqui já foram atribuídas ao homem que foi João Resina e também de partilhar o que foi feito no âmbito da Freguesia e das comemorações do dia da Freguesia (sete de Junho) - fez-se uma homenagem ao Padre João Resina, quatro dias depois de ele ter falecido, na qual esteve presente a Senhora Vereadora Madalena Castro, a família do próprio e quem recebeu a referida homenagem foi o seu irmão. ---

----- Os Líderes de Bancada também foram convidados mas apenas esteve presente o Senhor Deputado Marcos Sá (PS) e gostaria de propor que fosse atribuída uma rua com o seu nome na Freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo, uma vez que foi um importante marco na vida da Freguesia e na de todos os paroquianos que viveram a sua existência.” -----

5.59. MOÇÃO RELATIVA A MOBILIDADE NO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO BE.-----

-----“Um - Considerando o elevado número de cidadãos com mobilidade reduzida/condicionada, na Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, fruto da existência do Centro Nuno Belmar da Costa, em Nova Oeiras;-----

-----Dois - Tendo em conta as necessidades de redução da utilização do transporte motorizado individual e do interesse público do incentivo à sua troca por veículos amigos do ambiente, como as bicicletas;-----

-----Três - Atendendo à existência de uma ciclovia que deve ser expandida tendo em conta a reduzida mobilidade dos cidadãos acima referidos;-----

-----O grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras decida:-----

-----Um - Solicitar à Câmara Municipal de Oeiras o levantamento de todas as barreiras arquitectónicas na Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra com vista à sua posterior eliminação.-----

-----Dois - Solicitar à Câmara Municipal de Oeiras que apresente um projecto de expansão da actual ciclovia da Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra que passe a fazer a ligação entre as escolas da Quinta do Marquês e o Liceu de Oeiras, com a escola que existe na Medrosa e com a Praia da Torre / Passeio Marítimo.-----

-----Três - Solicitar à Câmara Municipal de Oeiras que este projecto seja considerado prioritário e que seja apresentado à Assembleia Municipal de Oeiras, num prazo não superior a um ano.”-----

5.60. O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) disse o seguinte:-----

-----“É evidente que a eliminação das barreiras arquitectónicas decorre da Lei e também é evidente que o Bloco de Esquerda não propõe de uma assentada que se faça isto em todo o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Concelho. Como devem calcular, isso seria impraticável. -----

----- Já tive oportunidade de falar com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, a meu pedido, sobre os problemas da Freguesia e na opinião do Bloco de Esquerda a Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra é a única que é aqui citada porque funcionará como projecto-piloto que pensamos que se deve reproduzir em todo o Concelho.- -----

----- Parece-me que é uma Moção de interesse geral e, por isso, o Bloco de Esquerda espera o voto unânime da Assembleia.” -----

5.61. O Senhor Deputado Carlos Morgado (J.F. Oeiras e São Julião da Barra) disse o seguinte: -- -----

----- “Como é natural e óbvio, todas as pessoas merecem o máximo respeito das Autarquias, neste caso, da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia. Mas há uma atenção especial às pessoas mais indefesas, neste caso, pessoas com mobilidade reduzida. -----

----- Quero dizer que, quer a Câmara Municipal de Oeiras, quer as Juntas de Freguesia (neste caso, falo pela minha), ao abrigo da delegação de competências, têm feito um trabalho extraordinário ao nível da eliminação, de uma forma gradual, das barreiras arquitectónicas na via pública, nas escolas e nos mais variados locais. -----

----- No seio da Assembleia de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra foi criada uma Comissão de Acessibilidade e Mobilidade em que um dos objectivos é, precisamente, fazer o levantamento das anomalias que, porventura existam, ao nível da mobilidade e das acessibilidades e um dos itens consiste, exactamente, em fazer o levantamento das barreiras arquitectónicas. -----

----- Meu caro Deputado Miguel Pinto (BE), esse trabalho, no fundo, já está a ser desenvolvido por essa Comissão, da qual faz parte o Senhor Deputado que está a representar o Bloco de Esquerda na Assembleia de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra. Ele terá com

certeza conhecimento deste trabalho que está a ser desenvolvido, portanto não queria deixar passar este assunto sem dar esta nota.”-----

5.62. A Senhora Deputada Luísa Lisboa (PS) disse o seguinte:-----

-----“Quero dizer em nome do Partido Socialista que esta Moção colhe por duas ordens de razão: primeiro porque a questão da mobilidade reduzida nos é cara e segundo porque ao mesmo tempo ela cumprirá um outro objectivo que coincide com o sétimo dos oito Objectivos do Desenvolvimento do Milénio.-----

-----Como é do conhecimento desta Câmara o Partido Socialista tem-se debatido desde que a Declaração da ONU sobre os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio foi assinada pela Câmara e que o executivo assumiu o compromisso de a fazer cumprir.-----

-----Dentro do Plano de Actividades desta Câmara, por algumas vezes, temos pedido o feedback do cumprimento dos ODM (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio) e não temos tido resposta. Contudo, o sétimo objectivo é a questão da sustentabilidade ambiental e, por isso entendemos que esta Moção vai também ao encontro e cumprirá em parte esse objectivo.-----

-----Deste modo, estamos perfeitamente solidários com esta Moção. No entanto queremos propor ao executivo que esta não seja uma Moção a aplicar apenas na Freguesia de Oeiras mas que seja uma tónica do Município em todas as Freguesias do Concelho, ou seja, uma atitude assumida regularmente em todas as actividades do Concelho.-----

-----Sabemos que este levantamento e a concretização da resposta não se faz de um momento para o outro mas gostaríamos que isso fosse uma preocupação constante na actividade da Câmara.”-----

5.63. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) interveio, dizendo o seguinte:-----

-----“Esta Moção é aquela que nós chamamos de politicamente correcta, mas mais do que isso, de facto, ela vai ao encontro daquilo que hoje não é só o interesse dos cidadãos com mobilidade reduzida mas no essencial num todo. Isto porque esta Moção, no fundo, acaba por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

misturar os interesses destes dois grupos de cidadãos embora nos considerantes pareça limitar-se a um grupo de cidadãos mas quando se chega à parte deliberativa ela é muito mais extensiva. ----

----- Necessariamente estamos de acordo com o seu conteúdo porque, por um lado reflecte aquilo que é uma imposição legal, no que diz respeito ao seu ponto número um e, por outro também nos parece que o ponto número dois se justifica e a prova disso é a explicação dada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra que, sentindo essa necessidade, já ele próprio começou a promover e a desenvolver a análise desta questão. -----

----- Portanto, o Partido Social Democrata irá votar favoravelmente esta Moção mas também não pode deixar de fazer aqui o apelo à pouca ambição do Bloco de Esquerda, porque felizmente já colmatada por aquilo que o Partido Socialista disse e, que nós subscrevemos selectivamente. Não faz sentido que nesta Proposta o Bloco de Esquerda apareça a privilegiar (bem sei que seguramente não será a intenção do Senhor Deputado Miguel Pinto (BE)) apenas uma Freguesia quando seguramente a ideia deste (como a de todos nós) será, de facto, estender como princípio a todo o Concelho. -----

----- Portanto, julgo que o Bloco de Esquerda (e o seu proponente) só ganharia se relativamente ao ponto dois o alargasse e o definisse como princípio para todo o Concelho e não para apenas uma Freguesia.” -----

5.64. O Senhor Deputado Salvador Costeira (J.F. Porto Salvo) disse o seguinte: -----

----- “Eu saúdo esta Proposta, considero-a extremamente positiva embora assente na legislação que já está em vigor e sobre este aspecto quero também referenciar que a Câmara Municipal de Oeiras, através dos seus Departamentos de Urbanismo e Edificações Urbanas, está a ter um grande cuidado na aprovação dos novos edifícios e alvarás de loteamento. Isto porque na a mobilidade não é apenas entrar dentro dos edifícios, mas também a circulação nos passeios, nos percursos pedonais que surgem em todas as urbanizações. -----

----- Devo ainda dizer que é do meu conhecimento, através das conversas que tenho tido

com os meus colegas, que em todas as Freguesias têm havido um grande cuidado por parte dos executivos que têm a possibilidade de irem resolvendo alguns problemas através da Delegação de Competências. Neste sentido, também coloco a questão de que esta Proposta deve ser alargada e falar de uma forma generalizada relativamente ao Concelho de Oeiras.”-----

5.65. O Senhor Deputado António Moita (IOMAF) disse o seguinte:-----

-----“Relativamente a esta Moção que nos é apresentada, em espírito, todos concordamos com ela e, portanto, não vemos nenhuma razão aparente para votar contra um texto deste tipo.---

-----No entanto, o que está aqui em causa não é tanto perceber se neste caso em concreto, nesta rua em concreto e neste espaço em concreto, se deva fazer uma obra com estas características. O que se pretende com isto é dar nota do ponto de vista político e sobre isso estamos absolutamente contra, porque parece que esta não é uma preocupação da Câmara Municipal de Oeiras, e sim do Bloco de Esquerda que se lembrou e entende esta situação como uma medida em que a Câmara não tinha pensado ou nada tenha feito para que isso fosse possível. --- -----

-----Portanto, para que nós possamos estar de acordo com este texto, parece-me que devia ser por um lado dado a nota que num prosseguimento dos esforços que a Câmara Municipal tem vindo a fazer, transformar esta ideia como uma prioridade (isso parece-nos correcto). Para além disto e concordando com algumas das coisas que foram ditas que o Bloco de Esquerda não peça tão pouco, ou seja, que estenda a outras zonas do Concelho. -----

-----Por último que no ponto três não marque prazos, porque não faz nenhum sentido estabelecer prazos neste tipo de coisas. Portanto, solicitar à Câmara Municipal que este projecto seja considerado prioritário, parece-me bem mas não me parece correcto depois estar a definir mais do que isto. -----

-----Se o Bloco de Esquerda considerar esta proposta que aqui é feita de por um lado inserir isto no prosseguimento dos esforços que a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

estão a fazer sobre esta questão em concreto e se o quiser alargar a todas as áreas do Concelho, nós damos o acordo a esta Proposta. Se esta continuar nos termos em que está, o que nos parece é que, no fundo, aquilo que o Bloco de Esquerda aqui pretende é dar a todos a ideia pública de que a Câmara não se preocupa com estes assuntos e que muito pouco, ou nada, está a ser feito. --

----- Faço esta proposta ao Bloco de Esquerda, se concordar com ela damos o nosso apoio, caso contrário, teremos que votar contra.” -----

5.66. O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) interveio, dizendo o seguinte:-----

----- “O Bloco de Esquerda aceita a sugestão feita pelo Partido Socialista, pelo Senhor Presidente da Junta de Porto Salvo e pelo Senhor Deputado António Moita (IOMAF) de que a proposta seja alargada a todo o Concelho. -----

----- No entanto e não querendo entrar em polémica com o Senhor Deputado António Moita (IOMAF) (porque já perdemos muito tempo com coisas que me parecem de pouco interesse) diria apenas que o Senhor pode fazer as interpretações que quiser daquilo que o Bloco de Esquerda tem escrito na Proposta (tem esse direito) mas acho que está enganado.” -----

5.67. O Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) disse o seguinte: -----

----- “Nós recebemos esta Proposta e a minha surpresa é esta estar a ser encarada como alguma coisa de novo. Em dois mil e quatro, a Câmara fez na Freguesia de Oeiras um programa de circulação de ciclovias, onde marcou vários sítios, fez uma série de pavimentos, havia inclusive bicicletas municipais (estacionadas na zona da Quinta das Palmeiras e na zona da Piscina Oceânica) e as pessoas podiam pegar nelas e andar pelos vários sítios, portanto esta proposta não tem nada de novo. -----

----- É também referido o Centro Nuno Belmar da Costa e tenho atrás de mim a Senhora Dona Gabriela Tavares que trabalhou como técnica durante muitos anos neste Centro e ela própria fez um levantamento dos muitos obstáculos que há em Oeiras relativamente à mobilidade.-----

-----De facto, muitos dos utentes do Centro Nuno Belmar da Costa têm a possibilidade de andar em cadeiras de rodas com tracção eléctrica e deslocam-se a muitos lados mas, ainda existem muitos locais onde não é possível sequer entrar e não se pode dizer que são em espaços antigos. ---- -----

-----Eu sou um assíduo frequentador do Passeio Marítimo bem como da zona da Marina (uma obra relativamente recente) e era fácil detectar sítios onde não conseguiam entrar como por exemplo nas casas de banho (quer do homens quer das senhoras). Estas tinham um degrau que impossibilitava a entrada e foi necessário fazer uma rampa. -----

-----Julgo que esta Proposta é muito pertinente até do ponto de vista de não pensarmos que basta as preocupações que alguns serviços têm e, isso não é verdade. Nós continuamos com muitas limitações em relação a estes problemas da mobilidade e ainda encaramos muito mal estas questões. Alguns dos problemas são difíceis de superar mas não intransponíveis e estas situações mantêm-se porque há uma certa prática de deixar andar as coisas.-----

-----Portanto, neste aspecto quer as ciclovias, quer os percursos sem obstáculos à mobilidade e nós até podemos aprovar uma posição geral em relação a todo o Concelho mas, acho muito bem que se priorize um determinado local onde se possa começar uma experiência piloto. Isto porque quando dizemos que é geral para todos isto significa uma coisa muito simples, ficamos todos convencidos que votámos uma grande Moção e não se irá fazer relativamente nada porque não é possível de repente dar volta a isto. -----

-----Creio que devíamos limitar um pouco estes objectivos, porque é importante isto avançar, ver o que já foi feito, porque de facto na Câmara e já foi feito em relação a Oeiras um programa de ciclovias. Estava a ver o trajecto referido pelo Bloco de Esquerda e este com estas ligações todas vai encontrar muito sítios em que não há passagem de bicicletas, nem de carros, porque há muitos problemas e esses não são de “lana caprina”, nem coisas que se resolvam depressa.---- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Portanto, se há esta questão que a Freguesia está a fazer e que a Comissão está a fazer se há todos estes esforços creio que devemos perceber isto como uma proposta no sentido de incentivar esses mesmos esforços para ver se rapidamente se consegue fazer alguma coisa.----

----- Nós, nesse sentido, estamos de acordo em apoiar o que está nesta proposta.” -----

5.68. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) disse o seguinte: -----

----- “Eu nem quis acreditar na intervenção que foi feita pelo Líder do Grupo Político Municipal Isaltino Oeiras Mais à Frente, Senhor Deputado António Moita, dizendo que ou era assim, ou ia votar contra uma proposta destas. -----

----- Eu apelava à consciência individual de cada Deputado Municipal do Grupo Isaltino Oeiras Mais à Frente para em consciência votarem esta proposta de recomendação. Nós estamos a falar de uma Proposta de Recomendação em que o objectivo é acabar com as barreiras arquitectónicas relativamente às pessoas com mobilidade reduzida e condicionada e aquilo que o Senhor Deputado vem aqui fazer é interpretações políticas da Proposta do Bloco de Esquerda. ---

----- Se calhar o Líder da Bancada do Grupo Político Municipal Isaltino Oeiras Mais à Frente não se recorda deste ponto ou não lê tão bem como eu os documentos de propaganda relativamente às coisas que a Câmara faz e, algumas faz bem feitas, e eu não tenho problema nenhum de dizer e assumir isso publicamente. A Câmara Municipal fez e muito bem, um protocolo com uma empresa sediada neste Concelho que se chama MOTA-ENGIL em que o Mecenato que é feito por essa empresa, ou seja, a Câmara Municipal de Oeiras paga zero euros, não gasta dinheiro nenhum, é só mesmo ter vontade política. E qual é a vontade política que tem que ter? É cumprir a Lei que está feita e que é clara desde mil novecentos e noventa e cinco (só passaram quinze anos). -----

----- A Câmara já fez muitas obras no Município com o apoio do Mecenato e, ainda bem que há empresas assim no Município de Oeiras e o Grupo Político Municipal Isaltino Oeiras Mais à Frente vem aqui fazer uma politiquice com uma coisa destas. -----

-----Por amor de Deus, eu apelo à consciência individual de cada Deputado do Grupo Político Municipal Isaltino Oeiras Mais à Frente relativamente a esta questão.” -----

5.69. O Senhor Deputado Salvador Costeira (J.F. Porto Salvo) disse o seguinte: -----

-----“Eu estou cem por cento de acordo com a Proposta do Bloco de Esquerda e aqui já foram limadas algumas arestas que me parecem importantes. Não dou a esta Proposta um cunho político/partidário e, portanto, estou perfeitamente à vontade e por isso peço a liberdade de voto para poder votar a proposta.-----

-----É evidente que a Câmara tem feito um grande esforço para ajudar a resolver este problema, mas há uma alínea nesta Proposta com a qual eu me identifico cem por cento que é o fazer o levantamento. Eu, neste plenário, já chamei a atenção numa outra altura e por virtude de outras razões, para dois aspectos que perigam a mobilidade das pessoas que são condicionados na sua trajectória como peões: primeiro passeios com metro e meio com árvores obrigam as cadeiras de rodas a irem para a faixa de rodagem. Este é já um problema que tem que ser visto com muita atenção. -----

-----Segundo: fazer lombas inestéticas e que são completamente contra a mobilidade para entradas de garagens é outro problema. Eu acho que quando o Bloco de Esquerda coloca a questão de se fazer um levantamento correcto destas situações (e repito que este levantamento seja a nível do Concelho) eu identifico-me a cem por cento com essa posição.” -----

5.70. O Senhor Deputado António Moita (IOMAF) disse o seguinte:-----

-----“Em função daquilo que o Senhor Deputado Marcos Sá (PS) aqui disse, não posso deixar de tornar claro o seguinte: todos os Membros Municipais deste Grupo estão aqui, de uma forma absolutamente livre desde o princípio e isso nunca foi posto em causa. Talvez em outros Grupos isso não aconteça e talvez fosse bom o Senhor Deputado antes de pronunciar esse tipo de atoardas olhasse para dentro da sua casa e verificasse se todos estão exactamente em condições idênticas - isto que fique absolutamente claro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O que eu disse e repito (e o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda percebeu e concordou) é que nos parecia que esta Moção podia ter um entendimento que para nós não era o correcto, pois esta Proposta aparecia aqui como se nada estivesse a ser feito e isso é contrário àquilo que se passa. -----

----- A Câmara Municipal desde há muitos anos tem tido esta preocupação, tem feito grandes esforços a este nível, quer através dos seus órgãos próprios, quer das Juntas. Portanto, aquilo que nos parecia é que esta Proposta podia ficar mais rica e poderia ser entendida de forma correcta se aqui fosse dito que, no prosseguimento dos esforços que a Câmara Municipal e que outros órgãos têm feito, devia ser dado uma prioridade ainda maior a este tipo de questões - e com isto estamos completamente de acordo e estamos todos (não são uns que estão e outros não).

----- O Senhor Deputado tem que perceber que do ponto de vista técnico as coisas que podem parecer simples aqui neste papel, como por exemplo: fazer a ciclovia daqui até ali, retirar barreiras que existem, etc. são, na realidade, questões que do ponto de vista técnico são complexas. -----

----- Portanto, não nos parece correcto (e isso foi aqui dito) que se fixe para este caso concreto, porque nem queríamos que fosse este caso mas que fossem um conjunto de casos em todo o Concelho que entrássemos aqui por questões de que isto tem que estar pronto dentro de um ano como aqui está mencionado ou dentro de um outro prazo qualquer. -----

----- A questão que aqui se coloca é do ponto de vista técnico, e a Câmara tem os seus técnicos que sabem deste assunto e fará com certeza destas questões uma prioridade. Portanto, estamos de acordo com isso e era bom que o texto (e foi isso que foi pedido ao Bloco de Esquerda e pelo que percebi concordou) aceitasse a introdução de algumas alterações que tornassem esta Proposta mais rica e com ela concordamos todos. -----

----- Foi isto que eu disse e se assim não fosse, o entendimento político que se podia ter de uma Proposta deste tipo era que a Assembleia Municipal vinha propor uma coisa que nunca tinha

sido feita e que não era preocupação da Câmara Municipal. Graças a Deus que quem propôs (o Bloco de Esquerda) percebeu isto e tenho pena que o Senhor Deputado Marcos Sá (PS) não tenha percebido da mesma forma e espero que agora fique claro.” -----

5.71. O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Vamos ver se conseguimos concluir este debate com duas pequenas questões. -----

-----O tema que estamos aqui a discutir é tão importante que não serve para nós andarmos com a bandeira no ar a agitá-la. Portanto, parece-me que o Senhor Deputado Salvador Costeira (J.F. Porto Salvo) tem toda a razão e foi esse espírito que o Bloco de Esquerda trouxe aqui.-----

-----A segunda questão, para vincar mais esta posição, dizer que o Bloco de Esquerda a meio do texto onde diz: “o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda” propõe que fique escrito a “Assembleia Municipal de Oeiras reunida no dia vinte e sete de Setembro de dois mil e dez propõe:”. -- -----

-----Portanto, acho que sobre esta questão estejam descansados que o Bloco de Esquerda não vai andar aí com a bandeira a dizer que finalmente conseguiu aprovar uma proposta na Assembleia.”-----

5.72. O Senhor Deputado Jorge Vilhena (J.F. Carnaxide) disse o seguinte:-----

-----“Não quero contribuir mais para esta polémica, mas hoje o tema da ordem do dia foi as Juntas de Freguesia e tratando-se de um assunto transversal não poderia deixar de dar a minha opinião.-----

-----Concordo plenamente com a Proposta do Bloco de Esquerda e com as alterações propostas. Relembro uma situação, realmente não é novo e é preciso e todas as Juntas de Freguesia executam ao abrigo da Delegação de Competências diariamente/semanalmente acessibilidades, como por exemplo o rebaixamento de lancis em passadeiras, a colocação de corrimãos, a reformulação de rampas e a reconversão de escadas em rampa. -----

-----A Junta de Freguesia de Carnaxide desde dois mil e oito tem um projecto pioneiro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que se chama “Carnaxide cem por cento acessível”. Entrando no site, no lado direito tem um banner e preenchendo um pequeno formulário basta pedir uma acessibilidade e é fornecido um mapa Google com todas as acessibilidades existentes na Freguesia. Portanto, desde dois mil e oito que Carnaxide faz isso e sei que outras Juntas e Freguesias do Concelho fazem regularmente este tipo de trabalho até com a substituição de pavimentos anti-derrapantes, etc..-----

----- Portanto, concordo com todas as posições e concordo ainda mais que seja feito um estudo, que no caso de Carnaxide posso dizer que estamos com cerca de oitenta por cento do rebaixamento do lancil em passadeira (já não falta muito) e poderá ser feito um estudo a nível do Concelho com vista a detectar as principais barreiras arquitectónicas e principalmente estamos a falar em corredores acessíveis porque por vezes não basta rebaixar a passadeira e eliminar uma pequena escada. Estamos a falar de artérias com uma inclinação enorme em que é preciso vencê-las ou através de corrimãos ou de pavimentos anti-derrapantes mas será impossível uma cadeira de rodas circular, naquela artéria. Tratam-se apenas de corredores com acessibilidade, ou seja, permitem a cidadãos mais idosos ou a cadeiras de bebés poder ultrapassar e circular na via pública.” -- -----

5.73. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) disse o seguinte: -----

----- “Eu quero aqui dizer, porque não sei se fui eu que percebi mal ou se foi o Líder do Grupo Político Municipal Isaltino Oeiras Mais à Frente que se expressou mal (acho que foi o Líder) porque o seu companheiro de mesa até pediu liberdade de voto contra uma orientação do próprio Líder, portanto julgo que entendi muito bem. -----

----- O que aqui quero dizer é que saúdo todos os esforços da Câmara Municipal e não tenho problema nenhum em assumir isso, mas muito ainda há para fazer. Eu saudei a Câmara Municipal e os Presidentes das Juntas de Freguesia e o trabalho que tem sido feito nesta matéria, agora acho que não se pode numa Moção deste tipo, que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda, fazer chantagem política. Foi isso que foi feito por parte do Grupo Político Municipal Isaltino

Oeiras Mais à Frente quando disse: “ou sai isto ou votamos contra”. -----

-----Foi essa a questão que me chocou, mas ainda bem que o Líder do Grupo Político Municipal Isaltino Oeiras Mais à Frente conseguiu regressar ao bom senso.” -----

5.74. O Senhor Deputado Pedro Costa Jorge (CDS-PP) disse o seguinte: -----

-----“Em primeiro lugar queria cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara. -----

-----Em segundo lugar queria dizer que o Centro Democrático Social/Partido Popular recomenda ao Bloco de Esquerda que não retire a alínea final e se há tantos organismos que estão envolvidos na prossecução deste objectivo, recomendo vivamente que o Bloco não retire da proposta nem faça alteração relativamente ao parágrafo terceiro que diz: “seja apresentada à Assembleia Municipal de Oeiras num prazo não superior a um ano”. O Grupo Político Municipal Isaltino Oeiras Mais à Frente vota como entender e politicamente assume o resultado.”-----

5.75. O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Não havendo mais inscrições para discutir esta Proposta e uma vez que tínhamos combinado fazer um intervalo às dezassete horas e já passam vinte minutos.-----

-----Falta ainda uma Moção, pergunto aos Senhores Deputados se interrompemos? Sendo do entendimento de todos, concluímos o Período Antes da Ordem do Dia.”-----

5.76. PROPOSTA RELATIVA A POLÍTICAS DE RECOLHA DO LIXO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS -----

-----“Mediante a aprovação da proposta trinta e um de dois mil e dez, a Câmara Municipal de Oeiras alterou o Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos eliminando a regra, anteriormente prevista, de que “os projectos de construção, ampliação ou remodelação de edifícios têm de prever a existência de um compartimento para armazenamento colectivo dos recipientes normalizados para a deposição de resíduos urbanos...”, o que representou uma mudança estrutural na orientação das políticas de recolha do lixo, que na última década se encontravam alicerçadas no incentivo e promoção do sistema de recolha porta-a-porta.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A par desta decisão, e de acordo com a *nova* filosofia, a CMO tem mesmo vindo a eliminar zonas de recolha do lixo porta-a-porta, modificando as condições de limpeza e higiene urbana de muitas ruas do concelho. Esta realidade teve especial incidência na freguesia de Queijas, causando inquietação e insatisfação de muitos residentes.-----

-----É urgente, por isso, promover o esclarecimento e debate sobre esta problemática, envolvendo a população e garantindo, para todo o presente processo de decisão, a máxima transparência relativamente a fundamentos e alternativas rejeitadas.-----

-----Neste sentido, nos termos regimentais previstos, a Assembleia Municipal de Oeiras decide promover uma reunião extraordinária, na Freguesia de Queijas, para discussão e apreciação da política municipal de tratamento e recolha de lixo.-----

----- Oeiras, vinte e sete de Setembro de dois mil e dez.”-----

5.77. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) interveio, dizendo o seguinte: -

----- “O Partido Socialista vem propor, no seguimento de uma Deliberação desta Assembleia de retirar do Regulamento Municipal a previsão de recolha do lixo porta-a-porta e tendo tido conhecimento que este assunto foi debatido na Assembleia de Freguesia de Queijas e que ficou no ar a possibilidade de realização de uma Assembleia Municipal alargada para esta discussão específica, e uma vez que temos conhecimento que essa reunião ainda não está agendada, resolvemos trazer esta Proposta porque nos parece que esta é uma das Freguesias que está mais “atacada” pela alteração deste Regulamento.”-----

5.78. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) interveio, dizendo o seguinte:-----

----- “Sem querer entrar (até porque não me compete) naquilo que é a organização do Grupo Municipal do Partido Socialista nesta Assembleia tenho que dizer que lamento (para não dizer mais do que isso) a apresentação desta Proposta.-----

----- Em primeiro lugar porque é a primeira vez, até hoje, que algum Grupo Político Municipal traz a esta Assembleia uma Proposta deste tipo. Proposta esta que tem sido sempre

discutida e amplamente consensualizada em sede de reunião de Representantes dos Grupos Políticos Municipais. -----

-----Dizer ao Partido Socialista, que esteve presente na última reunião, que esta questão foi tratada, que foi aceite celebrar uma Assembleia Extraordinária na Freguesia de Queijas apenas tendo ficado de se falar sobre o objectivo da mesma. -----

-----Portanto, estranha-se a não ser por objectivos políticos para ficar em acta (é a única explicação que encontro) que o Partido Socialista tenha a “ousadia” de trazer a esta Assembleia algo que já tinha sido aceite por todos os Grupos presentes nesta Assembleia. -----

-----Desconheço se o representante do Partido Socialista, que esteve nessa reunião, assinou ou não (não consigo identificar algumas das assinaturas) mas o Partido Social Democrata está rigorosamente contra esta Moção e vai rejeitá-la. No entanto não vai rejeitar aquilo que já ficou consensualizado que é a reunião nesta Assembleia Extraordinária quando, de facto, a Mesa e o Senhor Presidente assim o entender, na Freguesia de Queijas, para discutir o tema do lixo ou qualquer outro assunto. -----

-----Aliás, esta Assembleia de há muito tempo para cá tem vindo a reunir descentralizadamente em várias Freguesias deste Concelho (Barcarena, Algés, Porto Salvo), não interessa não ter sido neste mandato, também estamos quase no início. -----

-----Portanto, trazer a esta Assembleia Municipal esta Proposta é de facto ignóbil, não concordo com ela porque já tinha sido consciencializada e, por essa razão o Partido Social Democrata vai votar contra.”-----

5.79. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) disse o seguinte:-----

-----“O Partido Social Democrata está de forma ignóbil em não compreender mais uma vez, ainda por cima é grave porque o Senhor Deputado pertenceu ao Regimento e é jurista (coisa que não sou) e não percebe o que está aqui em causa. -----

-----Aquilo que foi combinado em Conferência de Líderes (é a informação que tenho) foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a marcação de uma reunião descentralizada da Assembleia Municipal em Queijas e o que nós propomos é o objecto e ponto único - e isso é diferente.-----

----- Nós não vamos fazer uma reunião da Assembleia Municipal com vinte e seis pontos na Freguesia de Queijas. O Partido Socialista não está disponível para isso mas sim para fazer uma Assembleia Municipal em Queijas com um ponto único relativamente a este assunto que é aquilo que interessa aos Fregueses de Queijas - a diferença é esta. -----

----- Para além disto se nesta Assembleia Municipal esta Proposta de Recomendação for chumbada o Partido Socialista tem a possibilidade (está no Regimento) que é de forma protestativa agendarmos uma Assembleia Municipal. Portanto, vote contra e garanto que esta Assembleia Municipal vai ser efectuada em Queijas e só com este assunto e com este ponto na Ordem de Trabalhos.”-----

5.80. O Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) disse o seguinte:-----

----- “Fiquei surpreendido ao ler esta Proposta, porque estas questões das Reuniões Extraordinárias têm todo o cabimento ser discutidas nas reuniões dos Representantes dos Grupos Políticos Municipais. Não vejo nenhuma objecção que a tivéssemos discutido. -----

----- O problema que agora se levanta é um outro, e se o que se pretende é a convocação de uma Assembleia Municipal Extraordinária com este objectivo devemos ir à Lei ver o que esta diz e provavelmente até se evitava todo este problema.-----

----- A Lei é clara, no artigo sessenta e três da Lei Cento e Sessenta e Nove com a redacção dada pelo Lei Cinco-A diz: “as reuniões extraordinárias podem ser convocadas por iniciativa do Presidente ou a requerimento de, pelo menos, um terço dos respectivos membros, não podendo, nesse caso, ser recusada a convocatória”. Se o objectivo é este escusamos de estar a apresentar uma proposta à Assembleia para esta dizer que sim ou não, e basta um terço dos membros quererem faz-se um requerimento e temos a reunião porque esta não, pode ser recusada.-- -----

-----Portanto, não percebo porque se perde tempo com esta discussão e não vejo qual o objectivo de ela estar aqui ser feita.”-----

5.81. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) interveio, dizendo o seguinte:-----

-----“É exactamente esta a questão, nunca nesta Assembleia, em sede de Reunião de Representantes, algum dia foi rejeitada uma proposta apresentada por um Partido Político para descentralizar uma Assembleia. Repito que foi consensualizado entre todos os presentes naquela reunião, onde não estive o Senhor Deputado Marcos Sá (PS) (e é pena porque provavelmente esta Moção não estaria aqui) a realização dessa Assembleia descentralizada e apenas faltou marcar a data e o tema a discutir nessa reunião.-----

-----Estamos a falar aqui de um aproveitamento político e é contra isto que me insurjo, à margem daquilo que foi um consenso generalizado e conseqüentemente o Partido Social Democrata irá, em sede de Conferência de Líderes, manter aquilo que já disse, ou seja, aceitar discutir este tema em sede de Assembleia descentralizada em Queijas mas, vai rejeitar nesta Assembleia, esta proposta pelas razões invocadas. -----

-----Dizer ao Senhor Deputado que aqui não há direitos protestativos como há na Assembleia da República e, portanto, ou a Lei é cumprida, como disse o Senhor Deputado Daniel Branco (CDU), e o Partido Socialista entende ou então teremos um problema para resolver em Conferência de Líderes.” -----

5.82. O Senhor Deputado António Moita (IOMAF) disse o seguinte:-----

-----“O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) volta não volta, diz-nos e enche a boca com a necessidade das boas práticas e de cumprirmos aqui de forma transparente as nossas obrigações e nada temos contra isso. -----

-----Agora é o Senhor Deputado Marcos de Sá (PS) que, ao contrário daquilo tudo que sempre foi feito nesta casa (e, não é de hoje é de sempre), vem encontrar uma nova forma de fazer política. Nem vou entrar aqui na questão do tema que propõe se é o correcto ou não, se isto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

foi, de facto, assim ou não, se a Câmara alterou completamente a sua política ou não, se as consequências práticas disso são grandes ou não, eu nem vou entrar nesse campo. -----

----- Aquilo que se passa, e já foi aqui dito, é que nunca em Conferência de Representantes foi inviabilizada uma proposta de quem quer que fosse e de que partido político fosse, independentemente da representatividade que tem de se agendar uma Assembleia Municipal com estas ou com outras características. -----

----- Portanto, espero que o Senhor Deputado Marcos Sá (PS) e todos quantos assinam esta Proposta que a retirem e, aqui sim, é uma atitude de bom senso e que em Conferência de Líderes (dentro de dias haverá uma), teremos todo o gosto em voltar a falar neste assunto porque é o sitio próprio e onde tem sempre sido feito. -----

----- Se o Senhor Deputado Marcos Sá (PS) insistir que esta proposta tem que ir a votos, espero que fique claro que nós estaremos contra, não com o agendamento de uma Assembleia Municipal em Queijas, nem contra este assunto mas sim contra a forma que o Senhor Deputado Marcos Sá (PS) aqui nos traz este tema.”-----

5.83. O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) interveio, dizendo o seguinte:-----

----- “Convém não esquecer que a Conferência de Representantes já acordou realizar duas reuniões extraordinárias ainda sem data nem local definidos, uma sobre a mobilidade, proposta pelo Bloco de Esquerda, e outra sobre o SATUO proposta feita pelo Partido Socialista (portanto, convém não adiar muito estas questões). -----

----- Relativamente a esta Proposta do Partido Socialista, quanto ao seu conteúdo e aos problemas que existem na recolha de lixo em Queijas (é verdade porque moro lá e durante duas noites o lixo não foi recolhido), a par do problema central que foi o de ter acabado com aquele tipo de recolha e de continuar a acontecer que aqueles apetrechos que estão na rua são insuficientes para o material que é para depositar e depois ficam de fora. -----

----- Se as pessoas consultarem os blogues de Oeiras podem ver fotografias (não sou eu

que ando a tirar por isso não me preocupo, às vezes vou ver mas não tiro fotografias) com montes de cartão junto aos caixotes azuis e o amontoado de vidros junto ao vidrão. Agora o que me parece apesar da reunião ser absolutamente necessária e provavelmente Queijas ser a Freguesia mais prejudicada com o fim deste tipo de recolha dos recicláveis, até porque era a Freguesia, no Concelho, que estava mais adiantada neste tipo de recolha, que teve o projecto piloto etc., portanto é a que está agora mais prejudicada.-----

-----Parece-me que o Partido Socialista deveria retirar a Proposta e na próxima Conferência de Representantes, por parte do Bloco de Esquerda e julgo de todos os partidos (sem eu ter procuração) resolveremos facilmente essa questão.”-----

5.84. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) disse o seguinte:-----

-----“O Partido Socialista traz a esta Assembleia Municipal e não levou o objecto à Conferência de Líderes por uma razão muito simples, que é a do grande respeito pelos Líderes Políticos representados na Conferência de Líderes.-----

-----Eu relembro que nesta Assembleia Municipal, o Grupo Político Municipal Isaltino Oeiras Mais à Frente e o Partido Social Democrata votaram juntos (há pouco tempo) contra esta perspectiva. O Partido Socialista, a Coligação Democrática Unitária e o Bloco de Esquerda e julgo que o Centro Democrático Social/Partido Popular votaram favoravelmente. Nós já trouxemos este assunto à Assembleia Municipal e o Grupo Político Municipal Isaltino Oeiras Mais à Frente e o Partido Social Democrata foram claros: “grande decisão da Câmara Municipal, é mesmo assim”.-----

-----Portanto, o Partido Socialista tem que trazer esta Proposta não à Conferência de Líderes mas a este plenário para os Partidos Políticos dizerem se são a favor, não da decisão da Câmara Municipal, mas se são a favor ou não de ouvirem os Munícipes de Queijas a fazerem as perguntas relativamente à decisão que foi feita pela Câmara e defendida aqui pelo Grupo Político Municipal Isaltino Oeiras Mais à Frente e pelo Partido Social Democrata - é só isto não tem nada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que saber. - -----

----- Portanto, o Partido Social Democrata e o Grupo Político Municipal Isaltino Oeiras Mais à Frente têm aqui uma possibilidade de dizer: “sim senhor a decisão está tomada”, e nós vamos defender a Assembleia Municipal em Queijas e defender a nossa posição e explicar (se tiverem essa capacidade), se tiverem medo disso - está tudo dito.” -----

5.85. A Senhora Deputada Maria João Domingos (J.F. Queijas) disse o seguinte:-----

----- “Estou muito contente por todos quererem ir a Queijas, folgo efectivamente em saber e terei todo o gosto em recebê-los. Eu, tal como o Senhor Deputado, também moro em Queijas e relativamente à recolha de lixo selectivo, e à data dos acontecimentos tudo se mantêm na mesma, ou seja, selectiva e à porta de casa.”-----

5.86. O Senhor Deputado Pedro Jorge (CDS-PP) interveio, dizendo o seguinte:-----

----- “Vou ter que dizer uma coisa ao Senhor Marcos Sá (PS) e por uma questão de respeito acho que era pertinente que o Partido Socialista retirasse a Proposta, porque, efectivamente, o Senhor Marcos Sá (PS) não estava na Reunião de Representantes, mas isto foi tratado e foi um Deputado Municipal do próprio Partido Socialista que ficou de agendar o tema.-

----- Portanto, como o Senhor Deputado se comprometeu com os restantes líderes de entregar o tema em próxima reunião e estando aqui presente o próprio, se eu estiver algo errado que conteste nesta Assembleia que assim não foi. -----

----- Portanto, a única coisa que lhe posso recomendar ao Senhor Deputado Marcos Sá (PS) é por favor retirar a Proposta e que controle melhor os seus.”-----

5.87. O Senhor Deputado António Moita (IOMAF) disse o seguinte:-----

----- “O Senhor Marcos Sá (PS) pode dar as voltas que quiser que não consegue chegar lá. Aquilo que para nós é claro e não temos nenhum problema perante seja quem for, em que Freguesia for e em que Assembleia for de assumir aquilo em que acreditamos e as políticas que temos posto em prática. Isso é absolutamente claro, não há que pôr isso em dúvida nem penso

que faça nenhum sentido que isso seja feito. -----

-----Aquilo que para nós é claro é que este não é a forma própria nem este o sítio próprio de isto ser feito, tornámos isso claro e os partidos em coro fizeram o mesmo. Como tal, pedimos ao Partido Socialista que retire e que assuma que não esteve bem e em Conferência de Líderes teremos todo o gosto em tratar deste assunto.” -----

5.88. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) disse o seguinte: -----

-----“Eu não preciso tratar dos nossos, agora há uma coisa que eu não faço e que não tenho essa perspectiva da política numa Conferência de Líderes. A Conferência de Líderes é para coordenarmos as coisas. A iniciativa política não é na Conferência de Líderes é na Assembleia Municipal, e, portanto, já cá estou há doze anos e o Senhor Deputado do Centro Democrático Social/Partido Popular está cá há um ano. -----

-----Relativamente a essa matéria dizer que o Centro Democrático Social/Partido Popular tem aqui um problema que é: eu estou a fazer aqui iniciativa política como já fiz nos últimos doze anos e o Partido Socialista já aprovou nesta Assembleia Municipal Propostas de Recomendação. Eu lembro uma que foi a do Rossio de Porto Salvo e foi na Assembleia Municipal não foi na Conferência de Líderes e os Grupos Políticos não devem ter vergonha da sua posição, se estão a favor votam a favor e se estão contra votam contra. Estamos todos em democracia e veremos a decisão final nesta Assembleia Municipal.” -----

5.89. O Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques (PS) disse o seguinte: -----

-----“De facto, fui eu que representei o Partido Socialista na Conferência de Líderes e ficou prevista uma Assembleia em Queijas, não ficou definido nem o tema a tratar, nem o dia. No entanto, não entendo qual a consequência de ser decidido aqui, em sede de Assembleia, ou em Conferência de Líderes. Não entendo, na Conferência aceitam e aqui não.” -----

5.90. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Eu prescindindo, já foi dito tudo, senão nunca mais saímos daqui.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

5.91. O Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) disse o seguinte: -----

----- “Este é aquele tipo de discussão que se quisermos vai por aqui fora. O Senhor Marcos Sá (PS) fala em iniciativa política e eu digo que não há iniciativa política. Eu tenho as maiores reservas que a Assembleia Municipal possa votar esta matéria. Isto porque esta matéria está consagrada na Lei e esta diz como deve ser feita. -----

----- Estamos aqui há muito tempo com esta discussão e quinze membros da Assembleia Municipal se quiserem resolvem isto, escrevem e assinam e há Assembleia Municipal. Estar a colocar esta Proposta à votação da Assembleia Municipal é manifestamente errado, porque se um terço desta pode aprovar, porque é que vamos fazer com que a maioria desta Assembleia derrote esta possibilidade. -----

----- Portanto, esta discussão não faz nenhum sentido e não me repugna absolutamente nada que a Proposta seja retirada. Se quiserem façam uma Reunião de Representantes entre esta e a outra Sessão, no sentido de se marcar e fazer a Reunião e escusamos de fazer uma votação que não faz sentido nenhum porque ela própria em si é uma votação que pode ser facilmente ultrapassada. A Assembleia vota que não, os quinze membros da Assembleia dizem que sim e a Assembleia tem outra vez que reunir e isso não faz nenhum sentido.” -----

5.92. O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Não havendo mais nenhum pedido de intervenção, pergunto ao Senhor Deputado Guilherme Arroz (IOMAF) se quer dizer mais alguma coisa sobre a Proposta de Voto de Pesar ou se considera que foi tudo dito.” -----

5.93. O Senhor Deputado Guilherme Arroz (IOMAF) disse o seguinte: -----

----- “Considero que na altura foi tudo dito.”-----

5.94. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CRIANÇA AFOGADA NUM LAGO EXISTENTE NUM CAMPO DE GOLFE EM CONSTRUÇÃO JUNTO AO TAGUSPARK APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL IOMAF-----

-----“Tendo tido conhecimento de que este verão faleceu uma criança afogada num lago existente num Campo de Golfe em construção junto ao Taguspark, acontecimento que, infelizmente, não ocorre pela primeira vez, decide a Assembleia Municipal do Concelho de Oeiras manifestar um voto de pesar pelo ocorrido.”-----

5.95. O Senhor Deputado Silvino Gomes (PS) disse o seguinte:-----

-----“Obviamente que o Partido Socialista se alia e associa a este Voto de Pesar. No entanto revendo o texto dá a ideia que acontecem duas mortes e só se morre uma vez porque o português não está muito correcto. No verão aconteceu um acidente que infelizmente não ocorre pela primeira vez, talvez não fosse mal pensado melhorar o português. A minha sugestão é fazer um ponto final a partir de Taguspark e começando com uma outra redacção do género: “sendo esta já a segunda vez que se verifica uma morte no referido lago, decide a Assembleia manifestar o seu voto de pesar pelo ocorrido”.-----

-----O Partido Socialista acrescentaria ainda uma recomendação à Câmara Municipal de Oeiras para providenciar-se no sentido de proteger aquela área de modo a evitar novos acidentes.”-----

5.96. A Senhora Deputada Isabel Lourenço (IOMAF) disse o seguinte:-----

-----“Com todo o respeito pelo que acabou de ser dito mas parece que estamos a andar à volta da língua portuguesa que, de facto, é traiçoeira porque quando está dito que não ocorre pela primeira vez é de se inferir que já houve outra, pelo que aquilo que acabou de ser dito não faz muito sentido.”-----

5.97. O Senhor Deputado Silvino Gomes (PS) disse o seguinte:-----

-----“Se não querem alterar não o façam, mas o que resulta do texto é que se morreu duas vezes.”-----

5.98. O Senhor Deputado Guilherme Arroz (IOMAF) disse o seguinte:-----

-----“Em primeiro lugar admito que não escrevo bem, sobretudo porque o fiz aqui e pode



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

acontecer que haja uma interpretação possível da língua portuguesa, só que não tenho essa interpretação, mas nada tenho contra em mudá-lo. -----

----- Agora em relação ao segundo ponto, eu já pedi informação à Câmara e quando for a altura da Assembleia deixar falar o Senhor Presidente ou o Senhor Vice-Presidente que estava cá e ouviu a pergunta ficaremos esclarecidos mas dado que aquele espaço é privado não sei até que ponto a proposta que o Partido Socialista esta a fazer é exequível.” -----

5.99. O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Não havendo mais inscrições, por vontade do plenário vamos continuar até ao fim do Período Antes da Ordem do Dia e antes de procedermos à votação das Propostas que será a ultima coisa antes do Período da Ordem do Dia, passo a palavra ao executivo camarário para responder a todas as questões que foram colocadas.” -----

5.100. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. deu os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Quero começar por dizer ao Senhor Deputado Marcos Sá (PS) que tem que fazer o trabalho de casa porque senão chega a dois mil e treze e vai ser muito difícil almejar àquilo que o Partido Socialista não almeja há mais de vinte e cinco anos. Portanto, reconheço que o Partido Socialista terá uma preocupação enorme com a orfandade do Grupo Político Municipal Isaltino Oeiras Mais à Frente, mas a verdade é que estão órfãos há mais de vinte e cinco anos e nunca viram por parte do Oeiras Mais Á Frente qualquer problema relativamente a esse assunto. -----

----- Pela amizade que temos, quero-lhe dizer que o Senhor é dono de uma prosápia enorme até pelo facto de estar a interromper e depois fala que é dono da verdade, que os outros Grupos Políticos não sabem proceder em conformidade, que não dão atenção aos valores do espírito democrático e o Senhor diz aquilo que não faz. -----

----- Relativamente à questão da atribuição de subsídios às festas das diversas Freguesias digo-lhe que, com a devida antecedência, o executivo da Câmara reúne com os Senhores Presidentes da Junta e define um plano dos subsídios a atribuir, quer do ponto de vista

financeiro, quer do ponto de vista logístico. -----

-----No que toca aos SMAS, quero-lhe dizer que embora não tenha referido porque já está em tal desespero (a esta distância) que atira pedras a quem tem telhados de vidro. O Senhor não referiu o espectáculo do Tony Carreira que foi pago pelos SMAS no Concelho da Amadora, não referiu os da Weasel ou Deolinda que também foram suportados pelos SMAS, o Senhor não referiu sequer os nove computadores que os SMAS adquiriram para entregarem aos alunos do secundário que o próprio Partido Socialista de uma forma, para mim incorrecta, convidou a Senhora Ministra da Educação a estar presente e também não referiu o apoio que os SMAS deram para o aluguer da tenda no famigerado Skate Parque da Amadora.-----

-----Portanto, aquilo que lhe quero dizer, com a arrogância e forma como falou dizendo que era uma vergonha, eu acho que vergonha é o Senhor fazer a pergunta e a interpelação da forma como o fez, porque tem toda a autoridade e toda a legitimidade em questionar.-----

-----Agora não tem e não deve é ter a atitude que teve na forma como o fez, porque dar a ideia que o Senhor é o dono da verdade e que o Partido Socialista é realmente a única Força Política que tem, na condução nos seus trabalhos, a justiça e a equidade, quero dizer que é falso e acrescento que o próprio Conselho de Administração dos SMAS tem dois representantes do Partido Socialista neste momento, tem dois representantes do Concelho da Amadora e, portanto, quando o Senhor pedir a acta seria interessante ver qual foi a opinião deles, qual foi a posição desses elementos do Partido Socialista. -----

-----Quero também dizer que os pedidos que as Juntas de Freguesias, tal como os clubes, as instituições culturais e sociais de ambos os concelhos fazem aos SMAS, são analisados em sede própria e com base no que está subjacente a esse pedido nomeadamente, os projectos e os fins a que se destinam. Portanto, eles são deferidos ou indeferidos com base nessa análise. Se os Senhores Presidentes de Junta, realmente, se sentem lesados, acho que já o teriam demonstrado quer junto da Administração, quer junto aqui deste Órgão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Daquilo que observei e assisti o Senhor Presidente da Cruz Quebrada apenas disse que nunca tinha pedido e, portanto, se nunca pediu faça o favor de o fazer, porque o Senhor Presidente da Cruz Quebrada já pediu à Câmara diversos equipamentos que, por acaso, foram deferidos e que outras Juntas não pediram e, portanto, que não foram deferidos, ou seja cada caso é um caso, cada situação é uma situação em concreto, que é analisada no devido sítio e depois é deferida ou não. -----

----- Agora o Senhor Deputado vir cheio de prosápia e arrogância falar do apoio que os SMAS deram à participação de um concerto nas Festas de Paço de Arcos porque como deve saber os SMAS não podem dar subsídios e vir com toda essa arrogância, possivelmente esquecendo-se ou então desconhece de todo o apoio que os SMAS já deram à Câmara Municipal da Amadora e às diversas Juntas de Freguesia da Amadora (eu vou ouvi-lo mas agora agradecia que se calasse um bocadinho porque eu não falei com o Senhor estava a falar com toda essa capacidade oratória), o Senhor é realmente uma boa bancada mas não é aqui possivelmente será no Parlamento e acho que faz um bom papel junto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas agora está nervoso porque a situação do país não abona muito em vosso favor. -----

----- Mas queria dizer que é de uma demagogia total e de um populismo enorme quando o Senhor aqui coloca a questão de um Adjunto do Senhor Presidente. Essa questão é pessoal e como sabe, e se não sabe devia saber, as competências ou as áreas de responsabilidade não são conferidas aos adjuntos, o Senhor Presidente do ponto de vista da organização do seu Gabinete pode cometer diversas áreas, ou todas, ou parte delas aos seus Adjuntos e, portanto, o facto do Adjunto ter como área de intervenção seja da habitação ou da Polícia Municipal do ponto de vista da formalidade toda essa competência é do Senhor Presidente ou do Vereador a quem o Senhor Presidente delegue competência. -----

----- Portanto, acho que é um assunto pessoal, que corre os trâmites e os circuitos normais e acho que é algo completamente descabido e fora daquilo que é a sua personalidade e a sua

forma de ser, portanto, presumo que foi um pedido encomendado para o Senhor fazer aqui esta intervenção porque caso contrário não o faria. Isto porque como deve calcular é um assunto pessoal que diz respeito à pessoa em concreto e que nenhum de nós (penso eu) que aqui está assistiu e o facto de se ter tornado público aquele episódio, não nos permite fazer julgamentos antecipados nem tão pouco fazer julgamentos nesta sala. -----

-----Quanto à morte da criança, a Câmara também se associa ao voto de pesar e lamentamos muito o que aconteceu. Aquele espaço é privado, o seu promotor é privado, aquela obra não está concluída, portanto nem sequer está licenciada. Já se deu sequência à realização de um inquérito para provar todos os factos que ali aconteceram, para realmente se poder perceber, no fundo, qual o nível de responsabilidade dos intervenientes. -----

-----A Câmara já visitou o local e já fez uma vistoria ao mesmo, já notificou o proprietário para repor as situações em termos das normas de segurança. Foi aqui falado a questão da vedação em rede e o proprietário já foi notificado para a reposição da mesma. Também já foi informado das alterações que seriam correcto fazer junto daquelas lagoas de forma a minimizar todos os futuros riscos com crianças ou outro tipo de cidadão, sejam elas crianças, adolescentes ou outro tipo de utilizadores do próprio campo. -----

-----Esta foi a actuação da Câmara Municipal de Oeiras não podendo deixar de lamentar aquele acidente e a morte de uma criança, que não era do Concelho mas de qualquer maneira acho que é muito correcto votarmos este Voto de Pesar e, ao Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente felicito por essa atitude. -----

-----Quero também falar mais uma vez do Centro de Saúde de Algés, é mais uma vez o simplex a funcionar em pleno. A nossa vontade e a nossa proposta de construção de um Centro de Saúde em Algés teve lugar, a obra foi adjudicada, houve trabalhos que foram preliminares e que foram necessários de serem feitos e, sinceramente, espero que por parte do Tribunal de Contas e de outras entidades que têm que dar visto e dar luz verde à continuação daquela obras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

possam ocorrer e espero que, o mais breve possível, a Câmara possa estar a inaugurar aquela obra. -----

----- Isto porque é uma obra que os Fregueses de Algés e que os Munícipes de Oeiras precisam, o Centro de Saúde de Carnaxide extensão de Algés, funciona neste momento em condições miseráveis e nunca houve por parte da Administração Central qualquer preocupação nesse sentido. -----

----- Portanto, acho que por incrível que pareça o Partido Socialista teve hoje aqui uma fraca prestação, contrariamente até às outras Forças Políticas.-----

----- No que toca à Coligação Democrática Unitária por parte da intervenção do Senhor Daniel Branco (CDU) devo dizer que as Finanças de Algés também são uma preocupação. Ainda não aconteceu mas teremos a oportunidade de perceber qual é a posição do Ministério para saber se o encerramento das Finanças de Algés é definitivo ou temporário, se é apenas do local ou se vão extinguir por completo aquela Repartição e agregá-la numa única do Concelho.-----

----- Quanto à questão dos cinco milhões de euros, eu irei auscultar os Senhores Presidentes de Junta e depois darei essa informação, mas a verdade é que há pouco o Senhor Deputado Marcos Sá (PS) falava relativamente à posição e ao combate que os Senhores Presidentes de Junta deviam fazer neste Órgão e que deviam interpelar a Câmara. Eu diria mais, os Senhores Presidentes de Junta deviam interpelar o Governo. Se hoje, há alguém que queira acabar com as Juntas de Freguesia, não tenha dúvidas Senhor Deputado, é a atitude que o seu Governo teve para com as Juntas de Freguesia. -----

----- Quanto à instalação do Ginásio da Virgin, este é um investimento importante, a obra já está a decorrer junto à bomba de gasolina do Parque dos Poetas (quem vai de Oeiras para Porto Salvo, no segundo posto de combustível logo de seguida existe uma vedação junto à entrada do Parque dos Poetas e é esse edifício que irá receber este projecto da Virgin Active.-----

----- Registo o problema do Palácio dos Arcos, irei averiguar a questão da abertura dos

portões durante as vinte e quatro horas e a questão da segurança. Aquele é um edifício que está a precisar de uma intervenção e, eventualmente, pode existir locais de fácil acesso que levam por vezes, por vandalismo ou por actos de marginalidade, a que pessoas se possam introduzir no Palácio, o danifiquem e ponham em causa a própria estrutura. Como nós sabemos por vezes há incêndios e acidentes que têm muitas vezes a sua causa nessa utilização incorrecta ou marginal dessas instalações. -----

-----Quanto ao problema do trânsito da Avenida Francisco Sá Carneiro com a Patrício Gouveia, irei dar nota aos Serviços de Trânsito da Câmara para saber se há alguma diligência já feita nesse sentido. -----

-----Quanto aos Parques Infantis, o Senhor Vereador já por diversas vezes explicou, mas quero dizer ao Senhor Deputado Joaquim Cotas (CDU) que é claro que uma das razões do encerramento do Parque da Medrosa tem a ver com a entrada das crianças e dos animais ser feito pela mesma porta. Quem tem animais não tem duas portas, quem os tem entram em casa pela mesma porta que os filhos e os netos entram. -----

-----Portanto, não vejo que seja algo tão bizarro ou algo tão agressivo para a criança entrar pela mesma porta que entra o cão ou o gato, porque qualquer cidadão que tenha um animal, esse entra dentro de casa pela mesma porta que o seu neto ou que o seu filho ou que o filho do seu amigo entra e não vejo que isso possa pôr em perigo a saúde ou a integridade da criança. ---- -----

-----Quanto à intervenção do Senhor Deputado Miguel Pinto (BE), pessoalmente e até pela relação que já temos de proximidade e até de afectividade eu dou conta das suas opiniões, agora para a Câmara a opinião que dá é a sua. Não estou preocupado porque não é essa a opinião dos moradores dos bairros sociais, nem a opinião dos habitantes dos bairros de barracas que foram realojados, essa não é a opinião dos jovens e crianças e idosos que vivem nesses bairros.--

-----Portanto, essa é a sua opinião e a do Bloco de Esquerda e como deve calcular em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

democracia o povo vota e decide, e este foi unânime a decidir esta política de realojamento. O que a Câmara tem vindo a seguir é uma política que serviu os interesses dos moradores desses bairros. Agora se o Senhor disser que ainda há muito para fazer, que é uma política para ter continuidade e que há pontos em que devemos alterar e ajustar essa política com isso estou de acordo. -----

----- Agora deitar a baixo como o Senhor como fez, uma política que é bandeira deste Município e que está na base de todo o desenvolvimento deste Concelho. Uma política que está na devolução às famílias que viviam em bairros degradados e de barracas a alegria de viver, respeito a opinião do Bloco de Esquerda mas como deve calcular, não concordo de modo algum com ela. -----

----- Quanto ao Bairro Clemente Vicente quero dizer-lhe que este não é um bairro social (não sei se sabe o que é um bairro social e o que não é, possivelmente ainda não aprendeu, está gravado em acta) - aqui o meu colega pode confirmar que disse que era um bairro social e nunca o foi. -----

----- No Bairro Clemente Vicente existe propriedade horizontal, muitos daqueles fogos têm proprietário e, portanto, é muito difícil à Câmara fazer uma intervenção de uma reabilitação porque o universo de proprietários é grande e com interesses diferentes. No entanto, já houve ao longo do tempo várias intervenções resultado dos vários programas que a Câmara aprovou de reabilitação daquele bairro. Portanto, estaremos atentos e iremos com certeza fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para melhorar as condições de vida das pessoas que vivem no Bairro Clemente Vicente. -----

----- No entanto, não vale a pena sermos demagógicos, nem incoerentes. A realidade do Bairro Clemente Vicente nada tem a ver com os outros exemplos que o Senhor deu, nomeadamente a Vila Chore. -----

----- Relativamente à Quinta da Gandarela, concordo, mas como o Senhor Presidente sabe

esta necessita da Revisão do PDM que estará concluída em breve para que se possa avançar o processo de regularização de toda aquela zona.-----

-----Sinceramente, agradeço toda a explicação que deu ao Senhor Deputado do Centro Democrático Social/Partido Popular e quero dizer que faço minhas as suas palavras e agradeço a sua preocupação e a sua atenção àquilo que é um problema do Concelho mas que também é essencialmente um problema da sua Freguesia.-----

-----Quanto ao Senhor Deputado Pedro Jorge (CDS/PP) quero dizer que a Câmara faz-se representar pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente nas suas ausências e impedimentos. O Senhor Presidente não está obrigado, nem do ponto de vista formal, nem de outro qualquer de justificar a si ao seu Partido ou a qualquer outra Força Política a sua ausência.-----

-----Para mim o Centro Democrático Social/Partido Popular está tão bem representado consigo como com a sua colega e irmã, a Senhora Deputada Isabel Sande e Castro e nunca coloquei em causa, o facto de, não ser esta e ser o Senhor a representar o Centro Democrático Social/Partido Popular que por isso este tivesse diminuído nesta Assembleia Municipal.-----

-----Portanto, também acho que não é de bom-tom, até do ponto de vista institucional que o Senhor faça referência à ausência do Senhor Presidente. E se a ausência deste o preocupa tanto, como deve calcular isso são assuntos pessoais e não institucionais. A Câmara está representada por quem tem que estar a representá-la. Neste momento sou eu, enquanto Vice-Presidente que estou a representar a Câmara (se estou a usar da palavra é porque estou) talvez um dia seja a Senhora Deputada.-----

-----Portanto, julgo que do ponto institucional é de mau-tom, se é uma questão particular é algo que o Senhor terá que resolver pessoalmente com o Senhor Presidente da Câmara e tem que lhe pedir essas explicações se assim o entender.”-----

5.101. O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Agradeço que os Senhores Deputados deixem o executivo responder às questões



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que foram colocadas. Nós excedemos em muito o tempo previsto para o Período de Antes da Ordem do Dia e eu darei a palavra apenas para Defesa da Honra ou para Pedidos de Esclarecimento ou Pontos de Ordem à Mesa. Agradeço que o Senhor Vice-Presidente conclua, para avançarmos com os trabalhos.” -----

5.102. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção, dizendo: -----

----- “Não entendi a questão da página do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Cruz Quebrada Dafundo. Não percebi se é a sua página pessoal se é da Junta, porque diz que o executivo não responde.-----

----- Senhor Presidente, eu não respondo a blogs sejam eles institucionais ou pessoais, não respondo via páginas da internet e nenhum membro deste executivo penso que o faz. Se o Senhor quiser colocar alguma questão à Câmara pode fazê-lo nesta Assembleia, por e-mail ou por ofício e eu terei muito gosto, e julgo que todos os outros Vereadores inclusive o Senhor Presidente, em lhe dar resposta a todas as questões colocadas por si.” -----

5.103. O Senhor Presidente da C.M.O. interveio, dizendo o seguinte: -----

----- “Apenas três notas que quero deixar e uma delas vou voltar atrás porque penso que é importante complementar isso.-----

----- Eu sei que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Cruz Quebrada está transformado numa espécie de cavaleiro andante em defesa da dama mas a dama andamos nós a defendê-la aqui há tantos anos.-----

----- O problema do Bairro Clemente Vicente é que este é um condomínio privado e houve alguns moradores que vieram ter à Câmara porque era preciso fazer obras. São cerca de duzentos apartamentos e a Câmara Municipal há alguns anos quis comprar e o proprietário vendia-nos por dois mil e quinhentos contos cada fogo. Aconteceu que já tinham sido vendidos cerca de cento e vinte fogos a moradores.-----

----- Quando a Câmara Municipal quis comprar tinha como objectivo (porque aquilo

representa uma época) ficar apenas com as fachadas e demolir tudo por dentro e os próprios proprietários (moradores) pediram dez mil contos (não ponho em causa a legitimidade) e como praticamente mais de metade já tinham sido comprados, a Câmara Municipal não tinha qualquer possibilidade de se meter naquele negócio. -----

-----Portanto, o Bairro Clemente Vicente é composto por prédios privados e a Câmara ou o Estado só podem ajudar no contexto daquilo que são as medidas reais dos diversos programas que há de financiamento à recuperação do tecido urbano.-----

-----Portanto, não há outra hipótese de intervir a não ser essa, ou seja, tem que haver projectos no âmbito do programa de reabilitação de edifícios em que a Câmara Municipal participa com uma parte, o Estado com outra e os moradores participam com outra. Portanto se aparecer o projecto a Câmara dará todo o apoio nessa medida. -----

-----A propósito da questão da representação da Câmara, devo dizer que só põem esta questão os Senhores Deputados que não conhecem a Lei, porque quando o Senhor Presidente não está, e estando alguém, não é obrigatório que seja o Senhor Vice-Presidente, é por este ou por um outro Vereador. Isto porque se o Vice-Presidente estiver impedido qualquer Vereador que o Presidente da Câmara designe pode representá-lo onde quer que seja, é o que a Lei diz - se o Presidente da Câmara e o Vice-Presidente estiverem doentes vem o Vereador que está a seguir designado pelo Presidente. -----

-----Esta é uma questão recorrente que já várias vezes foi posta, obviamente que só por uma questão de agressividade que essa questão se põe, realmente estou de acordo se alguém tem problemas pessoais comigo façam o favor de dizer, se alguém tem uma grande afectividade comigo que gosta mesmo que eu esteja aqui diga-me também que eu farei o sacrifício de estar aqui mesmo nessas circunstâncias agora não digam que a Câmara não está representada quando o Vice-Presidente está presente. -----

-----A Moção do Bloco de Esquerda sobre mobilidade. É importante que a Câmara se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pronuncie sobre essa matéria, eu devo dizer que não vejo nada de especial nesta Moção, nem vejo nada de especial que esta Assembleia a aprove.-----

----- Há Moções que são alertas, chamadas de atenção e eu diria que cinquenta por cento do que esta Moção propõe (e por isso não poderia deixar de falar nisto) já está feito. Isto é o Programa do GALNOV (Gabinete de Apoio Local de Nova Oeiras) tem como missão não só a recuperação e eu convido o Senhores Deputados a irem lá comigo.-----

----- Neste momento os deficientes do Centro Belmar da Costa já podem ir até ao Centro Comercial justamente porque foram construídos passeios exclusivamente destinados a eles e, portanto, já tem essa capacidade de mobilidade porque muitos deles utilizavam esse percurso e quando queriam ir, era sempre um problema.-----

----- Portanto, já há aqui muito trabalho feito e ao nível do Centro Histórico, há um projecto que é apoiado pela comunidade no sentido da eliminação de todas as barreiras arquitectónicas e aqui a novidade é a ligação ao Passeio Marítimo e a possibilidade da ciclovia.--

----- De maneira que gostaria aqui de afirmar é que não é um projecto novo mas de extensão a toda a Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra e nós estamos a tratar da zona de Nova Oeiras e a zona do Centro Histórico - a Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra é um bocadinho maior - e a ligação ao Passeio Marítimo.-----

----- Quanto à discussão muito acalorada que aqui se deu a propósito da Proposta do Partido Socialista sobre a Assembleia descentralizada. Eu sei que é assunto da Assembleia Municipal, mas Senhores Deputados uma coisa é a Assembleia Municipal ser realizada aqui, quando a Assembleia Municipal é realizada fora daqui (nouras Freguesias) acho que independentemente do resto (poderia invocar outros aspectos) acho que o mínimo de elegância levaria a que essa questão fosse discutida com o Presidente da Câmara.”-----

5.104. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) em Defesa da Honra, disse o seguinte:-----

----- “Quero dizer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que eu sou daqueles que

tem uma grande afectividade consigo e que gostaria muito que estivesse cá. Se outras pessoas do seu Grupo Político não gostam que esteja é porque passam a ser segundas figuras, isso não é problema meu. Eu gosto de fazer o debate político consigo porque foi o Senhor que foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Oeiras e até pelo respeito e simpatia que tenho por si. -----

-----Dois pontos que me parecem importantes e têm a ver com a minha Defesa da Honra e deixo as actas responderem por si. O Senhor Vice-Presidente disse aqui uma coisa que me chocou, que foi a utilização que eu fiz de um caso que aconteceu que era público mas que referia condições pessoais. -----

-----Eu salguei isto tudo na minha intervenção, a única pergunta que fiz, salvaguardando toda a presunção da inocência da pessoa em causa (e isto estará representado e declarado em acta conforme a minha intervenção) a única coisa que perguntei foi relativamente a esta situação como há muitas ligações nas funções desta pessoa com a Polícia Municipal.-----

-----A minha pergunta foi no que diz respeito a esta (não pedi para despedir o Senhor) se mantinha até à conclusão deste processo a relação entre o adjunto do Senhor Presidente e a Polícia Municipal. Foi essa a referência que fiz e foi essa a resposta que não obtive, portanto julgo que a resposta relativamente a essa matéria seja sim, irá continuar.”-----

-----O **Senhor Deputado Guilherme Arroz (IOMAF)** disse o seguinte:-----

-----“Isso não é Defesa da Honra.”-----

-----O **Senhor Deputado Marcos Sá (PS)** continuou a sua intervenção:-----

-----“É sim, porque o Senhor Vice-Presidente disse exactamente ao contrário daquilo que eu disse na minha intervenção e, portanto, está a ofender a minha honra, na forma delicada e inteligente e calma que fiz na abordagem deste assunto. Tanto é que, próprio Vice-Presidente não conseguiu fazer dessa maneira tão simpática com eu fiz e sou da oposição. -----

-----Para terminar, relativamente à questão da Amadora e dos subsídios. Eu coloquei uma questão muito clara e o Senhor Vice-Presidente não respondeu. Eu já falei com muitos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Presidentes de Junta de Freguesia e, portanto, o Senhor Presidente não está de acordo e não sabe o que se passa e é bom que percebam os desagrados que há nesta matéria.-----

----- Aquilo que eu disse é se numa Administração cujo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia pertence a esta, se é normal e que critérios é que utilizaram (aliás já fiz um requerimento nesse sentido) para aprovar um apoio a umas Festas na Freguesia onde o próprio é interessado, na perspectiva dos dezanove mil e quinhentos euros. Para além disso, e como aqui já foi dito, há outras Freguesias que não receberam nem este valor nem valor nenhum. Neste sentido pergunto qual foi o critério e se isto é transparente? -----

----- Neste caso até se trata da Defesa da Honra dos nove Presidentes de Junta de Freguesia que não tiveram a mesma atenção por parte dos SMAS de Oeiras e Amadora.-----

----- Vou entregar um requerimento ao Senhor Presidente da Mesa relativamente a uma coisa que me pareceu de mau tom e de pouco bom senso do Senhor Vice-Presidente - mas cada um fala por si e também está em acta - relativamente àquilo que disse quando falei da questão dos subsídios às Festas das Freguesias, uma a uma e inclusive às da Amadora. -----

----- Eu sei também que os SMAS de Oeiras e Amadora subsidiam ou patrocinam as Festas do Concelho de Oeiras e as Festas do Concelho da Amadora. Mas por causa da via das dúvidas e como fizeram uma acusação enorme de que eu não sei de nada (e por acaso até sei mais do que o Senhor Vice-Presidente) vou apresentar um requerimento no sentido de saber das Festas organizadas pelo Concelhos da Amadora e de Oeiras quanto cada uma recebeu no ano passado e depois com muito gosto virei cá falar relativamente a essa matéria.” -----

5.105. O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

----- “Peço desculpa por ter pedido a palavra novamente e agradeço a bondade do Senhor Presidente em me a conceder mas há aqui uma questão que há pouco não abordei e que queria esclarecer e que tem a ver com as questões colocadas a propósito da actividade do meu Adjunto.

----- Em primeiro lugar gostaria de dizer que, realmente, houve um incidente com o meu

Adjunto e a Polícia de Segurança Pública na sequência de um problema de trânsito que envolvia a sua filha. Esse incidente existiu e, portanto, não se pode ligar mas o que veio na comunicação social não tem nada a ver com a realidade. -----

-----Como calculam não foi o meu Adjunto que colocou nos jornais que andava a morder polícias, de maneira que a notícia, como é óbvio, não corresponde à realidade embora o incidente tenha existido. O Adjunto tem toda a minha confiança, tem prestado um serviço extraordinário à Câmara Municipal, bem visível do trabalho que produz e que no caso dele pode ser documentado. Isto porque há adjuntos que preparam documentos, textos para o Presidente da Câmara e para a Câmara que nem são assinados. -----

-----No caso dele como actua essencialmente no campo das audiências, e imaginam ao nível da habitação o que é a afluência de pessoas nessa área e, portanto, pelos textos, pela forma como ele recebe as pessoas devo dizer que nunca tive um reparo, até pelo contrário em reuniões públicas as pessoas presentes referem sempre a forma como são atendidas pelo Senhor Adjunto Ezequiel Lino. -----

-----Ao que sei, devo dizer que a relação do meu Adjunto com a Polícia designadamente com os Comandos das Polícias e com os polícias é o melhor. Houve um momento infeliz, e espero que o Senhor Deputado Marcos Sá (PS) nunca o tenha. -----

-----Permitam-me este desabafo, dois ou três dias depois desta ocorrência um jornalista importante da nossa praça, de um órgão de comunicação social de referência, telefonou-me e perguntou-me se o ia demitir. Ao que eu respondi-lhe neste termos: o Senhor passa férias no Algarve (podia não passar) e ele respondeu que sim, na Auto-Estrada quando vai para o Algarve vai sempre a menos de cento e vinte quilómetros por horas (aliás é o que eu faço) o Senhor tem azar e num determinado momento ultrapassou os cento e quarenta e a polícia manda-o parar. O Senhor estava mesmo convencido que vinha aos cento vinte, gera-se ali uma discussão, o Senhor perde o controlo desata à estalada (ninguém pode dizer não, porque há momentos que em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

qualquer pessoa perde a cabeça) e vem uma notícia no jornal e o seu patrão despede-o, e ele respondeu que o caso do adjunto era diferente.-----

----- Eu disse-lhe que ele tinha muito mais poder que tem um adjunto (é que um adjunto não tem poder nenhum e o Senhor tem o poder todo porque escreve nos jornais sobre quem quer como quer, o que quer e o Senhor tem o poder todo e destrói as pessoas que quer. Foi esta a resposta que lhe dei. -----

----- Relativamente às relações que tem com a Polícia Municipal o que o meu adjunto teve foi a organização do Dia da Protecção Civil em colaboração com a Polícia Municipal e no âmbito do meu Gabinete os assuntos que porventura chegam da Polícia Municipal (ele não andou à estalada com a Polícia Municipal). Portanto, ele encaminha os assuntos que têm a ver com a Polícia Municipal, no entanto a competência é do Presidente da Câmara. -----

----- Este o que trata é dos processos administrativos relativamente a qualquer assunto com a Polícia Municipal.-----

----- Eu despacho directamente com o Subintendente (é Director de Departamento) e, portanto, devo dizer que aquela coisa do despachar, do estar a lidar com a Polícia também foi uma invenção dos jornais. De qualquer maneira se pensam que eu ia fazer um despacho a dizer que o Adjunto Ezequiel Lino agora está proibido de falar com a Polícia, antes pelo contrário porque agora é que ele deve falar, mostrar que é um cidadão exemplar e que aquele momento foi infeliz.-----

----- Portanto, acho que também nós, na Câmara e na Assembleia, não vale a pena aproveitar esta situação. Aquilo que posso dizer é que é um cidadão exemplar e no exercício das suas funções tem cumprido uma excelente função.”-----

5.106. O Senhor Deputado Pedro Jorge (CDS-PP) em Defesa da Honra, disse o seguinte:-----

----- “Folgo em saber que o Senhor Presidente conhece a Lei, mas agora, por favor, cumpra-a. Porque pode nomear e despachar em quem quiser mas tem que fundamentá-la e esta

Assembleia que a conhecer.-----

-----Em relação a ter uma questão pessoal com o Senhor Presidente da Câmara, a primeira coisa que gostaria de dizer é que é algo tão pessoal, tão pessoal, que eu peço que venha cá mesmo, porque depois de dois mil e treze ou, se calhar, antes, vou ter saudades suas e por isso quero mesmo que venha.-----

-----Eu não percebo porque é que o Senhor Vice-Presidente gasta tanto tempo com estas questões pessoais e, já agora que ouvi três vezes, gostava de saber efectivamente o que é que isso representa, porque o Senhor Vice-Presidente é que deve saber - eu não sei de certeza - no entanto, em todo o caso, nas entrelinhas e nos parêntesis, gostava é que respondesse às perguntas que são feitas, como às questões do bolo-rei, das Festas do Forte de Caxias, às autorizações às Organizações Autónomas - isso é que era importante. Porque aqui é que se vê quem é que está com alguma questão pessoal. Isto faz-me até lembrar o episódio da Assembleia da República e apetece-me quase dizer: “dói, não dói?”-----

5.107. O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) expressou o seguinte:-----

-----“Quanto ao Senhor Vice-Presidente, que hoje é Presidente, apesar da afectividade que é mutua, o que disse sobre a minha intervenção relativamente aos bairros sociais, pode levar as pessoas a concluir que eu seria a favor de que estas vivessem em barracas e não em prédios realojados.------

-----Desde noventa e três, altura em que entrei pela primeira vez na Assembleia Municipal, não houve uma única proposta que fosse colocada à minha frente sobre qualquer coisa de construção do que quer que fosse de bairros municipais, que eu não tivesse votado a favor. Se calhar, existem pessoas que nem votaram a favor. Votei sempre favoravelmente todas e as questões que coloquei na minha intervenção foram fundamentalmente - e ela está escrita, posso dar-lhe uma cópia - as condições sociais do realojamento e uma crítica implícita ao facto da Câmara durante os oito primeiros meses deste ano não ter investido um único cêntimo em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

acção social nos bairros municipais. Aliás, isso está na Informação Escrita que iremos discutir na próxima reunião.” -----

5.108. O Senhor Deputado Paulo Freitas do Amaral (J.F. Cruz Quebrada/Dafundo) em Defesa da Honra, disse o seguinte:-----

----- “Gostaria de fazer referência que posso ser “cavaleiro andante” e em prol da população hei-de ser sempre e pode contar comigo para isso. Tenho, se calhar, um estilo mais de tartaruga em vez de lebre, mas acho que o final da história todos nós conhecemos.-----

----- Relativamente ao Bairro Clemente Vicente que é o da população que estamos a falar, eu agradeço a descrição técnica do Senhor Presidente, em contraste com o Senhor Vice-Presidente que tem a “bengala” sempre de mencionar: o Governo é que tem a culpa, a Câmara da Amadora, fala da Parques Tejo e é a EMEL que também funciona assim e, felizmente, o Senhor Presidente da Câmara não tem esta “bengala” e fez-nos aqui uma descrição muito técnica acerca da situação e da participação dos residentes no Bairro Clemente Vicente.-----

----- O problema é que os moradores moram há quarenta ou cinquenta anos naquele bairro e têm que entrar com trinta por cento do global da própria reconstrução das suas habitações. Portanto, há todos estes anos que não pagam condomínios e estamos num impasse, porque se vamos deixar assim, é uma bomba-relógio porque a estrutura é toda em madeira e se há um incêndio é uma calamidade - como eu disse há pouco.-----

----- Apresentarei uma solução, falarei com as pessoas e com as entidades e continuarei a falar com o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Quanto às festas, no seu global, formalizarei o meu pedido aos SMAS, mas gostaria de referir que a Junta de Freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo foi a que teve menos subsídio de todo o Concelho de Oeiras. Teve o mesmo subsídio de Caxias, só que esta freguesia ainda teve um subsídio à Igreja Paroquial. Portanto, esperarei com enorme expectativa a resposta dos SMAS. ---- -----

-----Quanto aos equipamentos que são cedidos à Junta de Freguesia da Cruz Quebrada e que as outras freguesias não têm, eu gostaria que o Senhor Vice-Presidente também me ensinasse quais são, pois deve-se estar a referir a palcos, à aparelhagem, porque as outras Juntas de Freguesia já têm esses equipamentos, a Junta de Freguesia da Cruz Quebrada é que não tem.-----

-----Nunca deu computadores às outras Juntas de Freguesia ou às escolas? Nunca deu? Portanto, a Junta de freguesia não tem os equipamentos que foram pedidos, ao contrário das outras Juntas de Freguesia, como Linda-a-Velha que tem um palco, como a de Algés que tem uma aparelhagem e, no fundo, eu gostava que fizesse a descrição e não soltasse vagamente que existem equipamentos deferidos, porque podemos falar abertamente sobre isto, já que uma vez foi aqui reafirmado pela Força do Grupo Político Municipal Isaltino Oeiras Mais à Frente que os Presidentes de Junta podem falar à vontade nesta Assembleia Municipal.” -----

5.109. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. acrescentando, explicou o seguinte: -----

-----“Peço desculpa, mas faltou-me dar uma resposta a duas questões colocadas pelo Senhor Deputado Pedro Jorge (CDS-PP), relativamente aos critérios sobre a Festa do Forte de São Bruno e os que existem são os da segurança e da avaliação das condições para a realização de festas, portanto, não há critérios escritos. Aquilo que existe é um trabalho prévio com os promotores das iniciativas para avaliar se o que está em causa põe ou não em risco a segurança das pessoas que irão eventualmente frequentar essa iniciativa ou festa.-----

-----Quanto à questão do Bolo-Rei eu não a percebi, mas aquilo que posso dizer é que houve um concurso e foi eleito o melhor bolo-rei de Oeiras. Acima de tudo, a mais valia ou valor acrescentado que essa iniciativa trouxe para as empresas participantes foi do ponto de vista da visibilidade e do marketing, dando a conhecer a centenas de pessoas que na iniciativa “Marginal Sem Carros” passaram pelos vários stands. As empresas suportaram a confecção dos bolos que ofereceram à população naquele dia e houve uma votação por parte de quem lá foi experimentar o bolo que depois pôde votar no bolo da sua eleição ou preferência. Assim, foi encontrado um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

vencedor que durante um ano tem o título de melhor bolo-rei de Oeiras.”-----

5.110. O Senhor Deputado Pedro Jorge (CDS-PP) disse o seguinte: -----

----- “Eu fiz um pedido de esclarecimento e pelos vistos não foi respondido. Acho que isto não é nenhuma brincadeira, é algo sério e já consta em acta pelo menos duas ou três vezes e acho que as afirmações das pessoas não podem ser levianas nesta matéria, sem prejuízo sequer e já nem ponho em causa a questão das respostas. Se não percebeu a pergunta, não percebeu, responda ao que quiser e bem entenda, porque isso fica gravado. A questão, Senhor Presidente e Senhor Vice-Presidente, que eu coloco e gostava que ficasse efectivamente resolvida é: qual é que é a questão pessoal que está aqui em causa? Gostava mesmo de saber e é um pedido de esclarecimento formal que faço, porque não estou a perceber, porque isto é um jogo de brincadeira de política e eu gostava de saber.” -----

5.111. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. respondeu o seguinte:-----

----- “A questão pessoal eu não sei qual é mas o Senhor Deputado Pedro Jorge (CDS-PP) é que deve saber, porque está constantemente a perguntar pelo Senhor Presidente da Câmara e do ponto de vista institucional a Câmara está representada pelo Vice-Presidente - é tão simples quanto isto.-----

----- O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) deixe-se dessa arrogância pois fala quando não deve e, pelo respeito que merece esta Bancada, no mínimo o Senhor deve usar da palavra quando lhe é dada. -----

----- A Câmara nunca pôs em causa a representação de nenhuma Força Política, nem a representação do Centro Democrático Social-Partido Popular, pelo número três, quatro, cinco ou seis da sua lista. Entendemos que o CDS-PP está devidamente representado e o representante está devidamente habilitado e do ponto de vista institucional eu, pessoalmente, não compreendo porque é que o Senhor representante do CDS-PP está constantemente a pôr em causa que a Câmara esteja representada pelo Vice-Presidente. Possivelmente deve ser uma questão pessoal.”

5.112. O Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) acrescentou o seguinte: -----

-----“Sobre esta questão que tem estado a ser discutida, creio que vale a pena dizer que o Senhor representante do CDS-PP não esteve nas primeiras reuniões de representantes, onde foi claramente referido que o Senhor Presidente tinha dificuldades em vir às reuniões à segunda-feira e essa é uma das razões. Todos nós temos muito prazer em discutir com ele, ouvir a forma como ele fala e também podermos argumentar.-----

-----No entanto, o problema que aqui está pode ser outro. Nos termos da lei se o Senhor Presidente não estiver, desde que esteja o Senhor Vice-Presidente a Câmara está representada porque a justificação a fazer fá-la na Câmara, não tem a ver com a Assembleia. O que não é verdade era o que o Senhor Presidente estava a dizer a seguir: se não tiver nem ele, nem o Vice-Presidente a Assembleia não reúne porque não há presença da Câmara Municipal a menos que o Presidente tenha delegado noutro Vereador a Vice-Presidência, não é as responsabilidades dele - é a Vice-Presidência.”-----

5.113. O Senhor Presidente da A.M. interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Vamos então votar as Propostas e as Recomendações que foram apresentadas. -----

-----A primeira é para que a Assembleia recomende à Câmara Municipal que adopte o nome do Padre José Manuel Resina Rodrigues numa das ruas, de preferência privilegiando a Freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo.”-----

5.113.1. VOTAÇÃO-----

-----O Senhor Presidente submeteu à votação esta Recomendação, a qual foi aprovada por unanimidade, com os votos a favor dos Grupos Políticos Municipais Isaltino Oeiras Mais À Frente, do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, do Centro Democrático Social - Partido Popular, da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 71/2010**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À ATRIBUIÇÃO DO NOME DO PADRE JOÃO MANUEL RESINA RODRIGUES PARA UMA DAS RUAS DO CONCELHO, PRIVILEGIANDO A FREGUESIA DA CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD.**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta referida em título e deliberou por unanimidade, com os votos a favor dos Grupos Políticos Municipais Isaltino Oeiras Mais À Frente, do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, do Centro Democrático Social - Partido Popular, da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda, recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que adopte o nome do Padre João Manuel Resina Rodrigues para uma das ruas do Concelho, privilegiando a Freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo.-----

----- Bem como dar conhecimento desta deliberação à Assembleia de Freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo e à sua Junta de Freguesia.-----

----- Mais foi deliberado, também, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.”-----

5.114. O Senhor Presidente da A.M. continuou, dizendo o seguinte:-----

----- “A Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda para que solicite à Câmara o levantamento das barreiras arquitectónicas na Freguesia de Oeiras e de São Julião do Concelho e se faça uma pista privilegiando as ligações entre as Escolas Quinta do Marquês, Liceu de Oeiras, Medrosa e Passeio Marítimo, pensando em portadores de deficiência que estão no Centro Belmar da Costa.”-----

5.114.1. VOTAÇÃO-----

----- O Senhor Presidente submeteu à votação esta Moção, a qual foi aprovada por unanimidade, com os votos a favor dos Grupos Políticos Municipais Isaltino Oeiras Mais À

Frente, do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, do Centro Democrático Social - Partido Popular, da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 72/2010**-----

-----**MOÇÃO RELATIVA A MOBILIDADE NO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO BE**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da moção referida em título e deliberou por unanimidade, com os votos a favor dos Grupos Políticos Municipais Isaltino Oeiras Mais À Frente, do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, do Centro Democrático Social - Partido Popular, da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda, solicitar à Câmara Municipal de Oeiras:-----

-----Um - O levantamento de todas as barreiras arquitectónicas na Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra com vista à sua posterior eliminação. -----

-----Dois - Que apresente um projecto de expansão da actual ciclovia da Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra que passe a fazer a ligação entre as escolas da Quinta do Marquês e Liceu de Oeiras, com a escola que existe na Medrosa e com a praia da Torre/Passeio Marítimo. -

-----Três - Que este projecto seja considerado prioritário e que seja apresentado à Assembleia Municipal de Oeiras num prazo não superior a um ano. -----

-----Mais foi deliberado, também, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.”-----

5.115. O Senhor Presidente da A.M. continuou, dizendo o seguinte:-----

-----“Julgo que esta Proposta altera a redacção inicial do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda para passar à da Assembleia Municipal.-----

-----Passamos à Proposta apresentada pelo Partido Socialista para que se agende como Ordem de Trabalhos numa Assembleia Municipal a decorrer na Freguesia de Queijas a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

apreciação da política municipal de tratamento e recolha de lixo.” -----

5.115.1. VOTAÇÃO-----

----- O Senhor Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi rejeitada, com os votos contra dos Grupos Políticos Municipais Isaltino Oeiras Mais à Frente, do Partido Social Democrata, do Centro Democrático Social - Partido Popular e da Coligação Democrática Unitária e com os votos a favor do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 73/2010** -----

PROPOSTA RELATIVA A POLÍTICAS DE RECOLHA DO LIXO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da Proposta referida em título, apresentada pelo Grupo Político Municipal do Partido Socialista, tendo a mesma sido rejeitada, com os votos contra dos Grupos Políticos Municipais Isaltino Oeiras Mais à Frente, do Partido Social Democrata, do Centro Democrático Social - Partido Popular e da Coligação Democrática Unitária e com os votos a favor do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

5.115.1.1. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “O Partido Social Democrata votou contra esta Proposta nos termos já referenciados na intervenção sobre a mesma, sendo de destacar que não está contra e irá em sede de Comissão de Reunião de Representantes dos Grupos Políticos Municipais aceitar, como já aceitou, a reunião na Freguesia de Queijas. Não está contra o objecto, mas contra a forma como foi apresentada pelo Partido proponente nesta Assembleia.”-----

5.115.1.2. O Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Nós votámos contra porque, eu disse na altura da intervenção, o simples facto desta Proposta vir à Assembleia limita as possibilidades dos seus Grupos, por isso, num caso futuro

não devem vir cá propostas destas porque está de facto a quartar. -----

-----Neste momento fica-se com a situação que a Assembleia Municipal votou contra fazer uma reunião, que amanhã quinze Membros propõem a reunião e ela tem de ser feita. É retirar credibilidade total a tudo isto e nós consideramos isso completamente injustificável. Por essa razão não estamos de acordo que estas propostas venham à Assembleia e por isso votamos contra.” -----

5.115.1.3. O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“O Bloco de Esquerda votou a favor, apesar de não concordar com a forma como a proposta apareceu aqui. Está de acordo com o conteúdo, está de acordo com a descentralização de reuniões e não deixa o Partido Socialista ficar sozinho com esta bandeira.”-----

5.115.1.4. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“Já todos percebemos que afinal todos queriam fazer a reunião da Assembleia Municipal em Queijas mas não votaram favoravelmente, o que eu acho absolutamente fantástico. De facto, o Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) tem toda a razão, porque ninguém vai perceber como é que se faz uma reunião da Assembleia Municipal quando os Grupos Políticos votaram contra na Assembleia Municipal, só por uma Proposta ter sido feita por um Partido Político. Não é uma questão de bandeira mas de coerência. Esta reunião da Assembleia Municipal irá realizar-se brevemente em Queijas e, do ponto de vista regimental, o Partido Socialista usará os seus trunfos para isto ser uma realidade e não um mito como o Partido Social Democrata e o Grupo Político Municipal Isaltino Oeiras Mais à Frente querem fazer parecer estas propostas.” -----

5.116. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez o seguinte Pedido de Esclarecimento à Mesa: -----

-----“Neste momento foi feita uma votação a uma Proposta e depois desta apenas são admitidas, por parte dos Grupos Políticos Municipais, declarações de voto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Partido Social Democrata, o Bloco de Esquerda e a Coligação Democrática Unitária fizeram inequivocamente declarações de voto. O Partido Socialista não fez qualquer declaração de voto mas apenas, e uma vez mais, uma intervenção. -----

----- Por conseguinte, eu queria perguntar à Mesa até quando vai ser permitido ao Partido Socialista continuar com estes jogos florais que permitem deturpar estas figuras regimentais?” ---

5.117. O Senhor Presidente da A.M. explicou o seguinte:-----

----- “Em primeiro lugar, os Senhores Deputados têm que ser responsáveis pelo uso da palavra quando a pedem e lhes é concedida. -----

----- O Regimento prevê que haja declarações de voto não só de vencidos mas também de vencedores. Eu julgo que para o Senhor Deputado Marcos Sá (PS) o que ele fez foi uma declaração de voto e para já vamos passar à frente, mas apelo aos Senhores Deputados que rentabilizem o tempo e cumpram o Regimento nas intervenções que fazem.-----

----- Vamos passar à votação do Voto de Pesar pelo falecimento de uma criança.”-----

5.117.1. VOTAÇÃO-----

----- O Senhor Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade, com os votos a favor, dos Grupos Políticos Municipais Isaltino Oeiras Mais À Frente, do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, do Centro Democrático Social - Partido Popular, da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- “**DELIBERAÇÃO N.º 74/2010** -----

----- **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CRIANÇA AFOGADA NUM LAGO EXISTENTE NUM CAMPO DE GOLFE EM CONSTRUÇÃO JUNTO AO TAGUSPARK**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade, com os votos a favor, dos Grupos Políticos Municipais Isaltino Oeiras Mais À Frente, do Partido Socialista, do Partido

Social Democrata, do Centro Democrático Social - Partido Popular, da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda, aprovar um Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, pelo falecimento de uma criança afogada num lago existente num campo de golfe em construção junto ao Taguspark .-----

-----Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.”-----

5.118. O Senhor Presidente da A.M. expressou o seguinte:-----

-----“Nós temos uma Ordem de Trabalhos muito longa e importante para o Município de Oeiras. Excedemos em muito o tempo do Período Antes da Ordem do Dia mas discutimos assuntos importantes para o Município. Demos a palavra aos Grupos Políticos para se expressarem, marcarem as suas diferenças mas também aquilo que têm de comum, o que foi observado nas votações e nas intervenções muitas vezes.-----

-----Agora, iremos fazer um intervalo e julgo que é inevitável continuarmos esta reunião não só no dia onze deste mês mas provavelmente na segunda-feira seguinte. E como ainda temos que dar a palavra aos munícipes, pergunto aos Senhores Deputados até que horas acham que é razoável ficarmos aqui hoje, depois do intervalo?”-----

5.119. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) respondeu o seguinte:-----

-----“Até às vinte horas.”-----

5.120. O Senhor Presidente da A.M. retorquiu dizendo o seguinte:-----

-----“Fazemos um intervalo de dez minutos e às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos retomaremos os trabalhos.”-----

6. INTERVALO-----

-----O Senhor Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para um breve intervalo.-----

7. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----O Senhor Presidente da A.M. reiniciou a sessão dizendo o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Vamos entrar no Período da Ordem do Dia e como tínhamos combinado vamos deixar a apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara para a reunião do dia onze de Outubro.”-----

7.1. Apreciação da Proposta C.M.O. N.º 839/10 relativa à Certificação das Contas de 2009 - Ofício N.º. 30521 - 30-07-2010, que a seguir se transcreve: -----

“114 - PROPOSTA N.º. 839/10 - CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS DE 2009: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pelo presente submete-se à apreciação da Câmara a Certificação Legal das contas referentes ao ano de dois mil e nove, conforme documento anexo que faz parte integrante da presente proposta nos termos do artigo quadragésimo oitavo, da Lei dois, de dois mil e sete, de quinze de Janeiro.”-----

----- II - Acerca desta proposta, o **Senhor Vereador Amílcar Campos** disse só querer referir que, tratando-se de um documento técnico da competência do Revisor Oficial de Contas, gostaria de poder depreender todo o seu conteúdo, que não teve oportunidade, porque só o recebeu ontem, mas está em condições de o fazer circular para a Assembleia Municipal para não fazer retardar mais a aprovação das contas, que pensa que já está a ficar um bocado fora de época. -----

----- O **Senhor Vereador Carlos Oliveira** disse que também a sua bancada tem essa preocupação, ao que o **Senhor Presidente** salientou que se houver alguma declaração a fazer, poderão fazê-la agora, ou na próxima reunião,volvendo o **Senhor Vereador Amílcar Campos** que os comentários políticos sobre a interpretação do relatório do Revisor Oficial de Contas não os poderá fazer aqui, mas a sua força política fá-los-á em sede de apreciação na Assembleia Municipal. -----

----- III - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

----- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta

Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto.”-----

-----O **Senhor Deputado Pedro Sá (PS)** interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“O Partido Socialista analisou este documento relativo à Certificação das Contas de Dois Mil e Nove e da sua leitura e análise não pode deixar de manifestar a sua preocupação, tendo em conta os diversos apontamentos realizados pelo Revisor Oficial de Contas nas reservas que foram apontadas. Designadamente, desde logo, por na certificação das contas existirem umas limitações de âmbito que foram encontradas, como é bom de ver e impedem desde logo que relativamente a alguns pontos se possa constatar a cem por cento qual é a realidade financeira do Município. Designadamente, e são aspectos que se encontram no documento, não está em pleno funcionamento o controle de integração no sistema de contabilidade da aplicação informática de gestão de stocks. Não foi ainda concluído o processo de inventariação e valorização dos activos inerentes ao domínio público que já deveria estar concluído há praticamente nove anos. Não se encontra assegurado de forma inequívoca que os valores que integram o imobilizado corpóreo correspondam à sua totalidade e por adequados valores, nem mesmo - isto é irrelevante - em relação ao da totalidade das amortizações e reintegrações que seriam devidas ou que, citando o ROC, “não possibilita que seja emitida opinião sobre a extensão das rubricas imobilizações corpóreas e bens do domínio público, bem como sobre os gastos de amortização e os proveitos de subsídios de investimento, a demonstração de resultados”-----

-----Por outro lado, subiu cerca de vinte e cinco por cento passando de dois milhões e quatrocentos mil euros em dois mil e oito para três milhões de euros, a receita liquidada não contabilizada, e não sendo aplicado o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, a rubrica dívidas de terceiros resultante de processos de cobrança de receita não liquidada, não está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

suficientemente mensurada e não é possível que haja uma informação tempestiva e fidedigna para a constituição de ajustamentos a clientes, utentes de cobrança duvidosa. -----

----- Este documento também refere que as provisões de quatrocentos e quarenta e nove mil euros, para fazer face a perdas do exercício da AMTRES e, mais importante do que isso, cuja razoabilidade não foi possível aferir, provisões de cinco milhões quinhentos e cinquenta e quatro mil euros para fazer face às perdas operacionais e aos encargos financeiros dos últimos exercícios do SATU, sendo que algumas rubricas são consideradas como estando sobrevalorizadas. Provisões de duzentos e quarenta e cinco mil euros para fazer face a perdas operacionais no LEMO e, também aqui, existem rubricas sobrevalorizadas. Existe, ainda, uma rubrica de provisões para riscos e encargos com um montante de um milhão e dez mil euros, que se referem a facturas não cabimentadas e não comprometidas no exercício de dois mil e nove que deveriam ter sido registadas nas contas apropriadas de terceiros. Por outro lado, estão contabilizadas facturas referentes a empreitadas, datadas de dois mil e nove, no montante aproximado de um milhão e novecentos mil euros.-----

----- Assim, as rubricas de imobilizado e de fornecedores deste encontram-se sobrevalorizadas, por conseguinte, queríamos perguntar à Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente: perante estes factos, quais são as explicações que têm para dar a esta Assembleia que possam fundamentar esta factualidade e de que forma pretende superar isto, no interesse de todos, para que as contas emitidas possam estar sem qualquer tipo de reserva. Porque o Partido Socialista perante uma circunstância de certificação de contas onde existem reservas, evidentemente não pode estar satisfeito, pois é do interesse público que toda a contabilidade do Município desta Pessoa Colectiva - que aqui fazemos parte, enquanto Assembleia Municipal eleitos pelo povo - possa ser efectivamente certificada até às últimas consequências.” -----

----- O Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Nós estivemos muitos meses há espera desta certificação legal das contas, mas o que é mais relevante aqui assinalar é que o que foi dito em relação às contas de dois mil e sete e de dois mil e oito, é agora dito em relação às contas de dois mil e nove. Eu creio que dos problemas centrais que aqui temos, é as situações que se encontram por resolver desde há muito. Já aqui foi referido pelo Senhor Deputado Pedro Sá (PS), e é o que consta aqui na lei, que a realização de inventários activos e respectiva valorização devia estar concluída até um de Janeiro de dois mil e dois e isso não está feito. -----

-----Em outras informações (não nesta) vemos uma informação da Senhora Directora de Departamento dizer que vão aparecendo coisas que se vão valorizando, mas a verdade é que um esforço no sentido de fazer o que devia estar concluído em um de Janeiro de dois mil e dois, não está feito. Portanto, tudo isto continua com grande atraso. -----

-----Sabemos, até pela discussão que houve de vários assuntos na Câmara Municipal designadamente do plano de actividades e também da reestruturação, que há problemas sérios com os sistemas informáticos. Houve uma mudança de um sistema informático para outro e tudo isso demora muito tempo, mas a verdade é que, por exemplo, a receita do Município, cujo registo é efectuado em sistemas informáticos diversos e não integrados, aqui não se diz que se está a mudar, diz que se continua a fazer em sistemas informáticos diversos e não integrados. Eu não percebo o que é que isto quer dizer e tenho dúvidas como é que é possível funcionar assim, por isso, gostaria de ter informação sobre estes domínios. -----

-----Relativamente ao SATU e ao LEMO sobretudo, mas também à Oeiras Viva (que cá vem), as informações que aqui estão são depois inteiramente confirmadas no ponto que hoje retirámos da reestruturação de serviços e do debate sobre a mesma que houve na Câmara Municipal. Daquilo que lá está dito pelo Senhor Presidente da Câmara - não é por mim - chega-se à conclusão que todas as empresas municipais têm administrações que para trabalharem o Presidente da Câmara tem de dizer: “andem e trabalhem”, e que não dão respostas a ninguém -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

está lá dito - isto, de facto, é algo impressionante. Como é que é possível ter administrações, nomeadas pela Câmara, que estão no SATU, na LEMO, na Oeiras Viva (embora nesta seja um pouco diferente) e na Parques Tejo e que depois haja da parte da Câmara, reconhecido pelo Senhor Presidente da mesma, uma ausência efectiva de controlo destas participações? O que aqui vem são coisas que reforçam muito a posição que nós temos defendido e continuamos a defender. É necessário ver com muito rigor esta situação das empresas municipais. De certeza que há situações em que temos vantagens em criar empresas municipais que possam trabalhar e acabar de vez com aquelas que não trazem nada de bom, nem de novo, a não ser dispêndios e aqui aparece a LEMO e o SATU, muito bem enquadrados.-----

----- Depois, para não ir mais longe, diz aqui no ponto doze que: “... Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior ...” - que é o que levanta uma série de questões - “... chamamos a atenção para a seguinte situação: não foram preparadas contas consolidadas, conforme preconizado no artigo quarenta e seis da Lei dois, de dois mil e sete, de quinze de Janeiro (Lei das Finanças Locais), por se entender não estarem reunidas as condições face à ausência de normas de consolidação para as Autarquias Locais”. Este “por se entender” - quem é que entende? É o ROC que diz, por a Câmara entender não se faz? É o ROC que diz, porque nós entendemos que não há, não podemos fazer? Fica esta interrogação que era bom ser explicitada, porque eu francamente não percebo, porque é que se entende que não é possível fazer contas consolidadas, se se sabe as contas das várias empresas e participações em que a Câmara é maioritária, pois, pelo menos, até aos cinquenta e um por cento as contas devem ser consolidadas.-----

----- Aparece no ponto treze, algo que também me surpreende em relação ao que vem depois à frente, porque temos uma proposta que iremos ver para meados de Outubro que diz que é proposto que se baixe o Capital Social da Oeiras Viva numa forma que eu não percebo. No entanto, diz aqui que: “... O Município de Oeiras efectuou no presente exercício ...” - portanto

em dois mil e nove - “... um aumento de capital na empresa participada Oeiras Viva ...” (em que nós estivemos de acordo), “... em espécie no montante de um milhão vinte e dois mil e quinhentos euros. Como resultado desta operação os capitais próprios da empresa apresentam-se positivos em trinta e um de Dezembro de dois mil e nove.” Isto está tudo de acordo. Mas, agora, como há uma outra auditoria, a qual chega à conclusão de que na situação em que está - aquilo está em falência quase técnica - o que é feito é baixar o capital. Eu francamente não consigo perceber isto, nem qual é esta ginástica de aumentar e baixar os capitais para pôr de acordo com a lei quando, no fundo, o que deve haver é um reconhecimento de que as coisas estão ou não estão a funcionar como deve ser.”-----

-----O **Senhor Deputado Miguel Pinto (BE)** interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Relativamente ao documento do Revisor Oficial de Contas, e tomando algum cuidado para não repetir algumas coisas que já foram ditas (o que provavelmente será difícil), quanto às reservas apresentadas pelo ROC, gostaria de referir que a determinada altura diz: “... Conforme referido nas Notas às Demonstrações Financeiras o Município ainda não concluiu o processo de inventariação e valorização dos activos inerentes ao Domínio Público.” Depois, mais abaixo, diz que estão impossibilitados “... de emitir opinião sobre a extensão das rubricas Imobilizações Corpóreas e Bens de Domínio Publico bem como sobre os gastos de amortização e os proveitos de subsídios de investimento na demonstração de resultados”. -----

-----Depois, ainda mais abaixo, diz: “... A não aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios origina uma insuficiente mensuração da rubrica de Dívidas de Terceiros resultante de processos de cobrança de receita não liquidada, bem como não permite a disponibilização de informação tempestiva e fidedigna para constituição de ajustamentos a clientes de cobrança duvidosa.” Depois, fala também na participação detida na AMTRES, em que diz: “... À data do presente relatório não tínhamos sido habilitados com informação que nos permitisse aferir sobre a razoabilidade da referida provisão.” Mais adiante no número oito,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

relativamente ao SATU, termina dizendo: “... Considerando a percentagem de participação detida naquela empresa (cinquenta e um por cento) poder-se-á concluir que as rubricas de investimentos financeiros, resultados transitados e provisões estão sobrevalorizadas ...”, cada uma delas (são três) e apresentam aqui os valores.-----

----- Quanto à LEMO, a rubrica de investimentos financeiros também está sobrevalorizada aqui em quatrocentos e noventa e oito mil euros. Parece que esta situação financeira da Câmara é confusa, no entanto, nós não vamos votar a situação financeira da Câmara, mas sim o Relatório do ROC.”-----

----- O **Senhor Deputado António Moita (IOMAF)** interveio, dizendo o seguinte:-----

----- “Depois de algum tempo a aguardar com alguma ansiedade a certificação de contas de dois mil e nove, ainda bem que ela chegou e estou convencido que nos próximos anos o processo decorrerá de uma forma mais simples e não estaremos tanto tempo, como desta vez aconteceu, à espera que este documento chegue.-----

----- Eu não vou colocar em causa todas estas questões de ordem técnica que aqui nos são colocadas, mas não lhes vou dar um valor como algumas Forças Políticas aqui quiseram dar. E não vou dar um valor por aí além, porque era conhecido - e a Lei de dois mil e sete tem a ver com tudo isso - que em todas as Câmaras havia a necessidade de compatibilizar aspectos contabilísticos com as regras que eram aplicadas para um conjunto mais vasto de sociedades e esta Lei não fez mais do que compreender aquilo que se passava nas Câmaras Municipais e a realidade que existia no País e “pôr-lhe um pouco de ordem”, para que as regras e os critérios fossem exactamente os mesmos para todos. E é isso que tem vindo a ser feito, desde dois mil e sete (salvo erro) para cá. Esse esforço não é feito da mesma forma por todas as câmaras e os resultados não se atingem ao mesmo tempo. E tem-se verificado, se nós acompanharmos aquilo que é o Relatório do ROC, pelo menos o de dois mil e oito (que eu tenho presente), que há, de facto, um esforço da Câmara Municipal, como aliás se verifica noutras câmaras municipais, para

que as coisas corram melhor e para que, do ponto de vista da transparência, sejam vistas de uma outra forma e é esse esforço que todos temos de salientar. E penso que a Câmara Municipal tem feito isso, pois tem procurado entender aquilo que do ponto de vista técnico - e segundo diz o entendimento do ROC - não está bem. Também tem procurado, e estou certo que o fará nos próximos anos, encontrar formas de compatibilizar a maneira como organiza as suas contas. Mas, também é preciso perceber que só para quem está fora de uma Câmara Municipal, designadamente num Órgão em que esta fiscalização é feita, é muito fácil colocar assim as questões e dizer que a Câmara não cumpriu isto ou aquilo, mas muito mais complicado para quem percebe a forma de funcionamento das câmaras municipais e as dificuldades que elas próprias têm, porque é muito fácil fazer a crítica sem querer perceber o esforço que a Câmara faz para chegar já a este ponto.-----

-----No fundo, temos que salientar e compreender todas as reservas que aqui são postas, não menosprezando a importância que o Relatório do ROC tem, e vamos é dar mérito e valor ao esforço que a Câmara tem feito ao longo destes últimos anos no sentido de chegar a bom porto e é nesse caminho que as coisas estão a ir, por isso, estou convencido que a seu tempo (não muito longo) teremos uma certificação muito mais limpa (entenda-se aqui o que quero dizer com isto) do que aquela que temos aqui. -----

-----Queria dar mérito a quem na Câmara se esforça todos os dias para tornar tudo isto mais fácil e transparente e julgo que é essa questão e mérito que devemos pôr aqui e não sobrevalorizar excessivamente todos ou alguns dos ênfases que aqui estão. -----

-----Eu julgo que isto é só para apreciação e não se vota o Relatório do ROC, portanto, fazemos uma apreciação positiva do esforço que a Câmara Municipal tem feito no sentido de cumprir aquilo que são os entendimentos que o ROC tem.” -----

-----O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Nós estamos pela primeira vez a analisar um documento deste tipo, que resulta da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Lei dois, de dois mil e sete, e não terá sido efectivamente fácil para a Câmara, com o tempo decorrido desde que se começou a falar neste Relatório de Certificação, colocar ao dispor dos Senhores Revisores todo o material necessário a uma informação correcta e adequada. Aliás, não se estranha que assim seja, no fundo, dando um pouco razão àquele velho ditado popular: “Roma e Pavia não se fizeram num dia”. -----

----- É obvio que certamente terá sido muito difícil para a Câmara de um momento para o outro conseguir reunir todo um conjunto de elementos contabilísticos, e não só, necessários a esta certificação. Aliás, a própria certificação vale o que vale e eu, como muitos de nós, habituei-me a olhar para o “economês”, ou seja, aquela linguagem encriptada dos economistas como algo, muitas vezes, estranho. -----

----- De facto, são aqui colocados alguns alertas e penso que devem ser entendidos como tal, os quais a nós nos preocuparão se, por exemplo, daqui a um ano estivermos a analisar uma certificação igual ou pior. Portanto, há que estar atento e eu julgo que a importância desta certificação é chamar a atenção para todos nós, inclusive para o Órgão Executivo, porque muitos destes valores que aqui estão já passaram por esta Assembleia quando analisamos as contas, nomeadamente as empresas municipais, e não será uma novidade para os Senhores Deputados e, conseqüentemente, a importância deste Relatório resulta fundamentalmente nisto: a necessidade da Câmara a curto prazo estabelecer um conjunto de mecanismos que permitam aos auditores certificar em tempo as contas, e bem, e a esta Assembleia ser alertada para um ou outro ponto que no futuro, e não nesta primeira abordagem, possam realmente preocupar-nos. -----

----- Por mim, é evidente que se olhasse objectivamente e apenas para os números que aqui estão, se calhar ficaria em crise. No entanto, isto tem que ser enquadrado numa perspectiva de alguma falta ainda de justificação e numa questão de cautela o próprio ROC assegura-se da sua irresponsabilidade por falta de elementos, que em nosso entender resultará desta primeira abordagem e não de outra razão qualquer. -----

-----Por isso, entendemos que, seguramente, no futuro a Câmara irá fazer todo o possível para que todas estas reservas na certificação sejam ultrapassadas e chegue até nós uma declaração dos auditores, conforme aquilo que tem sido nos últimos anos as declarações, tanto quanto sabemos de todas as inspeções que a Câmara tem sido alvo e não têm sido poucas.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** explicou o seguinte:-----

-----“Gostaria apenas de justificar o atraso da apresentação deste documento e já assumi essa falta, no entanto, também é fundamental que entendam que este processo de auditoria é diário. Ou seja, é um processo em que os auditores vão trabalhando diariamente com os serviços da Câmara e vão alterando as formas de contabilização, de registo e de tratamento da informação, de forma a que consigamos chegar, num médio ou longo prazo, a uma situação que satisfaça por pleno aquilo que são as pretensões do nosso auditor externo. Não é um trabalho que se consiga de um dia para o outro, nem de um exercício para o outro e ainda há aqui situações que são apontadas pelo auditor que os vários serviços envolvidos e focados por estas reservas têm a consciência que é necessário alterar. Quanto aos próprios sistemas informáticos, como deverão compreender, nem sempre é fácil encontrar compatibilidade de forma a podermos trabalhar numa única ferramenta ou aplicação, por isso há um grande empenhamento por parte de todos os funcionários e dirigentes, no sentido de ir ao encontro daquilo que são as pretensões dos auditores do nosso ROC. -----

-----Como devem calcular a questão que se coloca aqui da valorização do património, carece também de um trabalho de regulamento e de critérios que têm que ser estudados e implementados também com o ROC, porque há muitas maneiras de proceder a esta valorização, embora possa parecer que é um trabalho fácil e linear - não o é - é um trabalho complexo, principalmente a nível dos bens do domínio público. Mesmo a questão das amortizações e das reintegrações, estas carecem de uma orientação muito clara por parte do auditor e não estamos a falar de ilegalidades, nem de irregularidades, mas numa forma de apresentação dos documentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de prestação de contas condizentes com aquilo que é o entendimento do auditor e com a lei. Tanto mais que nós nunca tivemos problemas com as nossas contas, elas são remetidas às diversas entidades da Administração Central. Agora temos que trabalhar afincadamente com os auditores no sentido de paulatinamente irmos alterando e melhorando todas estas reservas que aqui são apontadas por parte da equipa. -----

----- No que diz respeito à questão das provisões, nós também entendemos provisionar e já em tempos pensámos consolidar, mas a verdade é que não há nenhuma orientação a nível do POCAL que diga qual é a forma e o meio da consolidação. Eventualmente, iremos no futuro encontrar por parte de quem produz legislação, um normativo que nos dê indicação de como é que essa consolidação é feita. Não queremos de modo algum fugir pois entendemos que é importante a consolidação nas contas do Município de todas as entidades do sector empresarial local, mas, neste momento, não existe, nem estão reunidas condições como diz o ROC, devido à ausência de normas de consolidação. -----

----- Tudo o resto são questões mais técnicas e, porventura, se quiserem uma explicação mais pormenorizada e se eu estiver em condições de a dar, estarei ao dispor.” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** acrescentou o seguinte:-----

----- “Gostaria apenas de dar uma nota complementar e afirmar, sem dúvida alguma, que as contas da Câmara estão correctas e que o Relatório do ROC também está correcto. É a perspectiva de cada um e o ROC apresenta, sobretudo, reservas relativas a alguns itens e, naturalmente, como o Senhor Vice-Presidente referiu há alguma dificuldade na Câmara que nalguns casos decorre de dificuldades de natureza informática, tecnológica e das aplicações adequadas. Noutros casos decorre de um levantamento. Por exemplo, o caso dos bens do domínio público e se, quanto a isso, me dissessem: quanto tempo é que isso vai demorar? Responderia que vai demorar anos, por uma razão muito simples: uma coisa é o registo dos bens do domínio público nos últimos dez anos ou até nos últimos vinte anos. O problema é que nos

anos cinquenta ou sessenta havia bens que passavam para o domínio público mas nunca foram registados. Era preciso uma simples deliberação de Câmara porque na altura poderiam ser registados apenas com esta, no entanto, hoje, há dificuldades até com os Notários para fazer muitas vezes esses registos, por conseguinte, muitas vezes tem que se fazer quase que uma pesca à linha e ir ver aos alvarás antigos. Aliás, frequentemente nós detectamos situações, porque às vezes são particulares que nos vêm dizer: “olhe que esse terreno não é da Câmara”. Portanto, não é fácil fazer esse levantamento, mas é óbvio que tem que se fazer esse esforço e está a ser feito. -

-----Naturalmente que houve também uma mudança ou paradigma no RP da Câmara que tem exigido por parte dos funcionários um esforço extraordinário e tem vindo a ser aperfeiçoado e algumas das reservas que aqui são colocadas com certeza que nos próximos anos irão sendo eliminadas gradualmente.-----

-----Por exemplo, o caso do controlo de stocks não é fácil e houve uma altura em que a Câmara tinha uns vinte ou trinta armazéns e embora agora estejamos a tentar centralizar e cada vez procuremos ter menos armazéns e fazer contratos de fornecimento contínuo justamente para evitar a existência de grandes stocks mas a verdade é que não tem sido fácil esse controlo, no entanto, estamos a fazer esse esforço. Estou certo que tudo isto também é fruto da novidade de toda esta legislação e estou certo que nos próximos anos isto vai melhorar. -----

-----Quanto à contribuição do Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) relativamente à questão das empresas municipais, no que diz respeito à consolidação nós não consolidamos ainda as contas, mas há a consolidação da dívida e o essencial é isso. Porém, uma coisa é a consolidação da dívida e outra é o pagamento da dívida e quando a Câmara tem dúvidas sobre se deve ou não pagar e, como sabem, o caso do SATU já foi aqui muitas vezes discutido e há uma interpretação da Câmara, de acordo com o Acordo Parassocial, que nos leva a não pagar mas no Orçamento está lá. Está previsto nas contas, até porque a própria Inspeção de Finanças nos recomendou que deveria estar. Mas, o Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) referiu-se à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

questão das administrações nomeadas pela Câmara e que estaria numa acta da mesma uma referência do próprio Presidente da Câmara de que solicitava e não lhe respondiam. Se está na acta, não estará interpretado correctamente aquilo que eu disse. O que eu refiro é que, neste momento, o Município tem participações em cerca de dezassete instituições e em relação às empresas municipais esse problema não se põe (até porque eu agarrava no telefone e pedia imediatamente). Portanto, em relação à Oeiras Viva, à Parques Tejo e mesmo ao LEMO, não temos dificuldade em obter elementos. Estabelecemos uma metodologia própria no sentido de recolha de informação das empresas e a própria Câmara Municipal está obrigada a prestar informação trimestralmente ou semestralmente ao Ministério das Finanças, designadamente à Direcção-Geral das Autarquias Locais. Portanto, em relação às empresas municipais não se põe qualquer problema. O problema coloca-se em relação ao Tagusparque, à Universidade Atlântica - à Municípia julgo que não se põe esse problema porque de uma forma geral ela responde a tempo - não obstante, nas empresas em que nós temos apenas participações sociais e em que não somos maioritários põe-se esse problema da resposta. Temos tido casos em que demoram meses e meses a responder. Eu não sei se a Câmara está obrigada a mandar os relatórios, pelo menos na Câmara estão a ser presentes e eu julgo que tenham remetido aqui para a Assembleia Municipal alguns relatórios semestrais. Hão-de cá chegar, pois só este ano é que nós estamos a receber esses relatórios e não vamos exagerar porque a Câmara tem esse controlo. -----

----- Quanto ao problema das dificuldades que me foram apresentadas, o LEMO é a empresa que tem mais dificuldades. Dizer, pelas contas que estão em apreciação, que quer a Parques Tejo, quer a Oeiras Viva estão numa situação de falência técnica não é verdade. -----

----- A Parques Tejo está bem e quanto à Oeiras Viva, não nos podemos esquecer que nos últimos quatro anos já liquidou numa dívida que tinha de dois milhões e meio de euros, sensivelmente, neste momento, penso que a dívida estará nos trezentos, quatrocentos mil euros. Portanto, tem havido um enorme esforço de resolução dos seus problemas financeiros. -----

-----Quanto ao LEMO, é uma situação diferente. Do ponto de vista técnico tem-se afirmado e tem prestígio que é reconhecido pelas mais diversas instituições. Tem capacidade de competência mas na verdade tem vindo a viver, durante muito tempo, essencialmente da Câmara Municipal de Oeiras. Tem tido anos em que a receita já é mais de outras instituições e entidades do que da Câmara Municipal de Oeiras, mas de acordo com as últimas reuniões que se fizeram com a Câmara Municipal de Cascais, ela referiu que iria investir também nos contratos “in house” com o LEMO e, se isso acontecer, eu julgo que este tem todas as condições de viabilidade. Obviamente que se da parte da Câmara Municipal de Cascais não houver o investimento no LEMO que a Câmara de Oeiras tem feito, o mesmo vai ter dificuldades, por isso, poderemos vir a ter que ponderar o futuro do LEMO mas parece-me que ainda é cedo.”-----

-----O **Senhor Deputado Pedro Sá (PS)** fez o seguinte Pedido de Esclarecimento: -----

-----“O esclarecimento parte duma exigência de rigor e de ambição, a qual tem que passar pelo cumprimento das normas que são aplicáveis neste caso e que permitam a inexistência de reservas e que se torna particularmente relevante quando esta certificação que nos é apresentada, relativamente a dois mil e nove, não apresenta nenhuma melhoria global quanto ao que se passou aqui há um ano, em dois mil e oito. Mantêm-se as situações, mantêm-se reservas e aguardemos pelo que será dois mil e dez. Alguém aqui disse, noutra intervenção, que mau era se tivesse igual ou pior. Não! Não para o ano! É absolutamente já, porque assim não se nota evolução nenhuma que seria o mínimo dos mínimos exigível relativamente a dois mil e oito. Esperemos mesmo, como foi dito, que a Câmara Municipal faça todo o possível (e esteja a fazer) para que estas situações desapareçam, mas há aqui situações que são extremamente preocupantes, quando não é possível aferir a razoabilidade contabilística de uma provisão, há sobrevalorizações e há não contabilizações, isto é preocupante Senhor Presidente.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** respondeu o seguinte: -----

-----“O Senhor Deputado Pedro Sá (PS) não pretende mais rigor do que a Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal e, portanto, a Câmara Municipal e os seus serviços têm feito um esforço para normalizar a realização das contas de acordo com a lei. Por estranho que lhe possa parecer, eu não vou dizer que as contas de dois mil e dez estão melhor apresentadas do que estas, nem lhe garanto que as reservas do ROC em dois mil e onze, relativamente a dois mil e dez, sejam diferentes das reservas que aqui apresentam. Eu não lhe prometo isso e penso que ninguém prometerá. O que lhe posso garantir é que poderão não ser em dois mil e onze, mas possivelmente daqui a dois, três ou quatro anos, algumas das reservas que aqui estão já não aparecerão. Possivelmente, de repente, desaparecem todas porque há aqui questões que são estruturais e quando estamos a mexer na estrutura, não é num ano que se resolve. Portanto, estas reservas que aqui são apresentadas, eu não estou em condições de garantir isso. No entanto, posso garantir que irei fazer uma busca noutros municípios, a fim de saber se já resolveram estas questões e como o fizeram, porque nós não temos nenhum problema em dizer aos outros como é que resolvemos e o que fazemos bem e em copiar pelos outros se estivermos a fazer mal. Agora, não digam que eu disse aqui, porque não disse. Estamos a fazer um esforço. -----

----- Em primeiro lugar eu não estou na cabeça do ROC e não digo que as reservas que ele apresenta agora, não vai apresentar em dois mil e onze. No entanto, o que eu posso garantir é que a nível da Câmara Municipal, enquanto órgão político, e a nível da área financeira da mesma, está-se a fazer um esforço enorme para conseguir corrigir as questões que estão aqui apresentadas como reservas por parte do ROC, quanto a isso não tenho dúvidas que o vamos fazer. E se tal não acontecer, obviamente que a Câmara deve dar uma justificação porque é que não conseguiu essas melhorias. Nesse ponto estou inteiramente de acordo consigo.”-----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** concluiu, dizendo o seguinte:-----

----- “Considera-se assim que foi apreciada a Certificação das Contas de Dois Mil e Nove.” -----

7.2. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 427/10 relativa à Aprovação dos

Documentos de Prestação de Contas de 2009 - Ofício N°. 18473 - 10-05-2010, que a seguir se transcreve: -----

“3 - PROPOSTA N°. 427/10 - APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2009:-----

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Dando cumprimento ao determinado no número um, do artigo quadragésimo sétimo, da Lei número dois, de dois mil e sete, de quinze de Janeiro, em conjugação com o disposto na alínea j), do artigo sexagésimo oitavo, da Lei número cinco-A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro, apresentam-se ao Órgão Executivo para aprovação os documentos de prestação de contas da Autarquia relativos ao ano de dois mil e nove, nos termos do número dois, das Considerações Técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas. -----

-----Nas demonstrações financeiras vão devidamente evidenciadas as verbas arrecadadas, as despesas realizadas e o resultado que transitou.-----

-----Os documentos de prestação de contas elencados na Resolução número quatro, de dois mil e um - Segunda Secção do Tribunal de Contas, foram todos elaborados e são presentes à reunião encontrando-se devidamente arquivados e disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados. -----

-----Os que não foram possíveis de completar integralmente encontram-se explicados os motivos nos justificativos dos anexos às demonstrações financeiras referidas no ponto oito. -----

-----Propõe-se o envio ao Órgão Deliberativo, nos termos da alínea e), do número dois, do artigo sexagésimo quarto, da Lei número cinco-A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro.” ----

-----II - Relativamente à Gerência da Câmara, o **Senhor Presidente** disse querer dar algumas notas.-----

-----Nunca discute os números que estão no documento porque eles são, com certeza,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aquilo que resultou da execução das diversas rubricas orçamentais, considerando que o documento está tecnicamente bem elaborado e, neste momento, há a certificação de contas. -----

----- A doutora Maria Emília Xavier tinha-lhe dito que as contas de dois mil e nove já viriam acompanhadas do relatório do auditor, mas não foi possível por se ter fechado a conta, no entanto, está agendado o relatório referente a dois mil e oito. Essa situação tem a ver com a prática recente da certificação de contas, pensando ser possível que nas contas de dois mil e dez já possa vir o relatório. -----

----- Usando da palavra, a **doutora Maria Emília Xavier** disse que já anexou à proposta de deliberação a justificação por escrito do próprio ROC a dizer exactamente o que se passa. -----

----- Prosseguindo, o **Senhor Presidente** referiu que em relação à realização orçamental, em termos comparativos, de dois mil e seis a dois mil e nove, verifica-se que o orçamento de dois mil e nove é muito próximo do de dois mil e seis. O orçamento inicial era de cento e oitenta e cinco milhões e o orçamento final foi de cento e oitenta e nove milhões. A execução foi de cento e vinte e nove milhões setecentos e oitenta e oito mil euros. -----

----- Relativamente à receita, disse ter atingido proporções significativas. Efectivamente, tem vindo a diminuir, ou seja, a crise começa-se a notar, embora tenha ouvido o Senhor Ministro das Finanças dar uma boa notícia na TSF, hoje de manhã, quando disse que o IVA terá subido oito por cento nos primeiros três meses e isso é um bom sinal. -----

----- O orçamento previsto, ao nível da receita corrente, era de cento e doze milhões de euros e foram realizados oitenta e sete milhões, exactamente o contrário do que aconteceu em anos anteriores. Em dois mil e seis o orçamento era de cento e nove milhões de euros e a execução foi de cento e seis milhões, uma diferença de apenas três milhões; em dois mil e sete, era de cento e oito milhões de euros e foram realizados cento e dezoito milhões, mais dez milhões de euros; em dois mil e oito, era de cento e dezassete milhões de euros e foram realizados cento e dezassete milhões, enquanto que em dois mil e nove, eram cento e vinte e

nove milhões de euros e a receita foi de cento e vinte e cinco milhões, ou seja, menos quatro milhões. ---

-----A previsão para a despesa corrente era de cento e doze milhões de euros e foram realizados oitenta e sete milhões, o que significa que o ano de dois mil e nove ainda veio a beneficiar com essa diferença de execução na despesa corrente relativamente à receita corrente, que foi financiar a despesa de capital. -----

-----Quanto à receita e à despesa de capital, a receita teve uma taxa de execução muito baixa, quatro milhões duzentos e quinze mil euros, mas isso já era esperado, e a execução, numa previsão de setenta e seis milhões de euros, foram realizados quarenta e dois milhões. -----

-----Em dois mil e nove, a receita foi de cento e três milhões oitocentos e quarenta e cinco mil euros e a despesa foi de cento e vinte e nove milhões de euros, onde estão incluídos oitenta e três milhões quatrocentos e quarenta e quatro mil euros referentes à execução das GOP.

-----O orçamento de dois mil e nove, comparativamente com o de dois mil e oito, tinha um acréscimo de três vírgula oito por cento e, em relação à execução, comparada com dois mil e oito, registaram-se os seguintes valores: ao nível da receita, houve um decréscimo - em dois mil e oito, no valor de cento e trinta e nove milhões quatrocentos e vinte e um mil euros e em dois mil e nove, de cento e trinta e três milhões oitocentos e quarenta e cinco mil euros, ou seja, menos cinco milhões do que em dois mil e oito, uma variação negativa em quatro por cento; ao nível da despesa, em dois mil e oito houve uma execução de cento e trinta e cinco milhões e em dois mil e nove, de cento e vinte e nove milhões, verificando-se também uma diminuição de cinco milhões e novecentos mil euros, que representa menos quatro vírgula três por cento.-----

-----Em relação às taxas de execução da receita e da despesa, a taxa total de realização, apesar do contexto, é uma das maiores do País. O problema é a tendência. A taxa de realização de receita total foi na ordem dos setenta vírgula sessenta e quatro por cento e ao nível da despesa foi de sessenta e oito e meio por cento o que, no contexto actual de crise, é muito bom. Aliás, já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

viu alguns relatórios de algumas câmaras da Área Metropolitana de Lisboa e não viu nenhuma com essa taxa de execução. Vinha ontem nos jornais que a Câmara de Lisboa teve sessenta e um, ou sessenta e dois por cento de realização, menos seis e meio por cento que a de Oeiras.-----

----- Quanto à evolução da receita e da despesa ao longo do ano, observou que o mês de Janeiro de dois mil e nove foi muito bom - dezoito milhões de euros, onde estão os catorze milhões de euros do IMT cobrados no Lagoas Park, havendo um certo equilíbrio ao longo do ano entre a despesa e a receita. De uma receita global de cento e trinta e três milhões oitocentos e quarenta e cinco mil euros, realizou-se uma despesa de cento e vinte e nove milhões setecentos e oitenta e oito mil euros. -----

----- Relativamente à evolução dos impostos, disse notar-se uma tendência decrescente, havendo casos de clara fuga aos impostos, detectados pela doutora Maria Emília Xavier já há dois ou três anos atrás. As Finanças estão a deixar prescrever milhões de euros. -----

----- Intervindo, a **doutora Maria Emília Xavier** disse que os chefes de divisão da Direcção-Geral acham que esses são impostos secundários pelo que, o que acontece é que eles vão ficando para trás, prescrevem e quem fica prejudicado é o Município. -----

----- Outras situações têm a ver com o Imposto de Veículos onde, de uma amostragem feita, verifica-se que a fuga a esse imposto pode atingir os noventa e sete por cento. -----

----- Prosseguindo, o **Senhor Presidente** disse que preocupante é a prescrição de milhões de euros ao nível do IMI, porque no IMT não é possível fugir tanto uma vez que ele tem que ser pago e tem que ser feita prova desse pagamento no acto da escritura. -----

----- Ao nível do IMI, chamou a atenção para o facto da realização do mesmo ter sempre ultrapassado a previsão, pelo que em dois mil e seis estavam orçamentados vinte e dois milhões quatrocentos e setenta e seis mil euros e foram realizados vinte e três milhões seiscentos e vinte e três mil euros, mais um milhão e duzentos mil euros; em dois mil e sete, vinte e um milhões e noventa e cinco mil euros para vinte e cinco milhões seiscentos e trinta e dois mil euros, isto é,

mais quatro milhões; em dois mil e oito, vinte e quatro milhões quatrocentos e oitenta e oito e foram cobrados vinte e sete milhões trezentos e quarenta dois mil euros, quase mais três milhões de euros e em dois mil e nove, vinte e seis milhões setecentos e dezoito mil euros e foram cobrados vinte e seis milhões oitocentos e vinte e oito mil euros, ou seja, houve uma quebra relativamente ao ano anterior de cerca de quinhentos, seiscentos mil euros, mas em relação à previsão houve uma subida de cerca de cem mil euros.-----

-----Sobre o IMT, referiu que em dois mil e seis o orçamento era de vinte e dois milhões de euros e foram cobrados vinte e dois milhões cento e quarenta e cinco mil euros; em dois mil e sete, o orçamento era de vinte e dois milhões cento e vinte mil euros e a receita foi de vinte e nove milhões de euros, quase mais sete milhões; em dois mil e oito foi de vinte e cinco milhões e setenta e sete mil euros e foram cobrados vinte e cinco milhões trezentos e setenta mil euros, mais trezentos mil euros e em dois mil e nove, a previsão era de vinte e oito milhões trezentos e dez mil euros e foram cobrados vinte e oito milhões oitocentos e setenta e oito mil euros, mais quinhentos mil do que a previsão, julgando que em dois mil e dez se corre o risco de baixar substancialmente esse imposto.-----

-----Doutra forma não se saberia, mas dada a dimensão da operação que já atrás referiu, dos catorze milhões de euros cobrados de IMT, sabe-se que é muito difícil, em dois mil e dez, vir a realizar um montante igual ao de dois mil e nove.-----

-----Sobre a Derrama, disse que, apesar da alteração do modo de liquidação em dois mil e cinco, baixou, obviamente, mas o reflexo só se sentiu a partir de dois mil e seis, porque se o cálculo é estatístico, se o valor era de vinte e quatro milhões de euros em dois mil e seis, é porque nos anos anteriores tinha ultrapassado esse montante, o que significa que só foram realizados dezanove milhões de euros. -----

-----Em dois mil e sete, estavam previstos dezanove milhões de euros, baixou mais uma vez para dezoito milhões setecentos e seis mil euros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Em dois mil e oito, houve uma nova quebra para quinze milhões novecentos e quarenta e dois mil euros.-----

----- Em dois mil e nove, subiu para vinte milhões de euros, o que significa que o tecido empresarial tem alguma estabilidade.-----

----- Quanto ao Imposto de Circulação em dois mil e seis, foi de milhões trezentos e quarenta e oito mil euros, em dois mil e sete, quatro milhões setecentos e três mil euros, em dois mil e oito, cinco milhões oitocentos e sessenta e oito mil euros e em dois mil e nove, sete milhões cento e trinta e três mil euros e a previsão era de três milhões novecentos e vinte e quatro mil euros, sendo aqui que há uma fuga brutal, mas apesar de tudo tem vindo a subir e de dois mil e oito para dois mil e nove subiu um milhão e quatrocentos mil euros.-----

----- O orçamentado foi de quatro milhões oitocentos e noventa e um mil euros, sendo cobrado cinco milhões oitocentos e sessenta e oito mil euros.-----

----- Em dois mil e nove foi de três milhões novecentos e vinte e quatro mil euros e foram cobrados sete milhões cento e trinta e dois mil euros.-----

----- Referiu que a despesa total tem uma redução de sessenta e oito e meio por cento em que a despesa corrente se situa nos setenta e sete vírgula quatro por cento e a de capital nos cinquenta e cinco por cento, acrescentando que os mapas são elucidativos nessa matéria.-----

----- Relativamente à execução das GOP's e Relatório de Actividades, crê que todo este documento é elucidativo, no entanto, chamou a atenção para o facto de ser o relatório do último ano de um mandato, que em certa medida se pode olhar para aquilo que foi a actividade do mandato.-- -----

----- No âmbito da discussão do Orçamento e das GOP's para dois mil e dez, houve a oportunidade de fazer a apologia daquilo que foi feito ao longo dos quatro anos e pensa que não vale a pena repetir, mas foi um mandato que se caracterizou por intervenções e pela definição de algumas estratégias importantes, que salientavam as relativas ao programa “Habitar Oeiras”, com

tudo o que lhe é inerente, com toda a programação relativa à habitação social e à intervenção nos núcleos antigos. -----

-----No programa de aquisição foram gastos quase doze milhões euros em edifícios nos núcleos antigos que agora têm que ser recuperados e que são destinados a habitação jovem. -----

-----O programa relativo à educação, quer ao nível dos equipamentos, quer das novas construções de ferramentas tecnológicas, designadamente, no âmbito do RISE, onde foi feita a renovação de todo o mobiliário nas trinta e sete escolas do primeiro ciclo do Concelho, para além, de toda uma série de equipamentos desportivos, culturais, sociais, foi também recuperado o Palácio do Egipto, o Palácio Anjos, o Complexo Carlos Queirós, a Residência Madre Maria Clara. Foram feitas intervenções em escolas, o plano estratégico na área do turismo, dos espaços verdes e da arborização do Concelho, o que quer dizer que houve uma série de planos e de iniciativas que foram lançadas, que de alguma forma vão ter repercussão neste mandato e, certamente, nos próximos. -----

-----Relativamente a dois mil e nove os números traduzem aquilo que são as prioridades do Município. -----

-----No que respeita à receita global do Município as transferências do Estado representam catorze e meio por cento. -----

-----Importa realçar ainda, que o resultado da execução da receita e da despesa global se situou na realização de cento e setenta e oito por cento respectivamente, correspondendo a valores absolutos de cento e trinta e três milhões de euros, contra cento e vinte e nove sete milhões de euros na despesa, mantendo-se aquilo que tem sido tradição nos últimos anos, que é libertar parte significativa das receitas correntes com investimento, sendo que em dois mil e nove o montante foi de trinta e oito vírgula sete milhões de euros. -----

-----Ao nível do investimento em dois mil e nove, verifica-se que as funções sociais absorveram quarenta e seis vírgula cinco milhões de euros, seguidas das funções gerais com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

vinte vírgula sete milhões de euros, as funções económicas com onze vírgula sete e as outras funções, com quatro vírgula quatro milhões de euros, traduzindo estes resultados, de forma inequívoca, as opções do Município, colocando em evidência um forte investimento ao nível da educação, cultura e desporto, apoio social, habitação, ambiente, transportes e comunicações, comércio, ordenamento do território e requalificação urbana. -----

----- No que diz respeito a relatórios, observou que também gosta mais do Relatório dos SMAS, porque é um modelo mais simplificado, porque eles também só têm dois produtos que são a água e os esgotos, enquanto que o da Câmara é mais complicado porque tem uma complexidade de serviços. -----

----- Neste momento saiu da sala o **Senhor Presidente**. -----

----- De seguida interveio a **Senhora Vereadora Luísa Carrilho** dizendo que o Partido Socialista elogia mais uma vez o trabalho feito pela responsável da Direcção Municipal - doutora Maria Emília Xavier. -----

----- Referiu-se à página seis do documento, no que diz respeito ao posicionamento dos diferentes partidos na Assembleia Municipal, pelo que gostaria de perceber o porquê de na página seis e no anterior mandato a “Educação e Protecção de Menores”, estar atribuída à Senhora Vereadora Elisabete Oliveira e na página oito esta área não estar atribuída a nenhum Vereador. - -----

----- Continuando e fazendo referência à página cinquenta e cinco onde dia: “...o volume de formação garantido pela Câmara Municipal aos trabalhadores, voltou a situar-se em níveis muito elevados, concretizando vinte e nove mil quinhentas e trinta e sete horas, num total de cento e noventa e oito acções de formação que abrangeram mil trezentos e quinze formandos...”, questionou no sentido de saber se essas acções de formação, são feitas por formadores internos, ou formadores externos e se esses formandos que são integrados nessas acções, são dos quadros, ou se são formadores com diferentes funções na Câmara. -----

-----Debruçando-se sobre a página sessenta e cinco quando refere: “...um novo paradigma de desenvolvimento de Oeiras consiste na aposta do Município construir melhores escolas do País...”, fazendo citação de diferentes escolas onde está a ser feita intervenção segundo depreende do texto, ainda não foi concluída, daí que quando há uma semana veio à reunião um texto relativo a este assunto, ter questionado, quando se se fez referência que Oeiras era um bom Concelho, no sentido de que melhores escolas virão, não pode ser ainda apelidado de ter as melhores escolas, porque está numa situação muito gratificante, mas ainda está a ser desenvolvida e não concluída. -----

-----De seguida, remeteu para a página sessenta e sete do documento algumas questões, que são levantadas pelo Gabinete Municipal de Auditoria e que as lê com alguma preocupação, ilustrando algumas das dificuldades com que se vai debatendo, pensando que seria importante, que a Câmara Municipal se debruçasse sobre as dificuldades apontadas, nomeadamente, ao nível de recursos humanos que são muito limitados, não dispõem de qualquer apoio administrativo, disponibilização de viaturas, inexistência de mobiliário, etc.. -----

-----Questionou, como é que qualquer trabalhador se pode deslocar a qualquer serviço se nem sequer tem uma viatura. Do seu ponto de vista esta dinâmica é assustadora e preocupante, sendo que este é um Gabinete Municipal de Auditoria, a quem tem que ser atribuídas a satisfação das suas necessidades em termos de situações como as que vêm descritas no documento, caso contrário é muito difícil desenvolver as suas funções de forma adequada. -----

-----No que diz respeito à situação que vem ilustrada na página sessenta e nove e que diz respeito à revisão do PDM de Oeiras, gostaria de ser informada detalhadamente sobre essa situação. --- -----

-----Reportando-se às páginas setenta, setenta e um e setenta e dois que fazem referência ao GCAJ, tem um texto que lhe causa alguma inquietação, pela excessiva preocupação que vem descrita no texto: “... há um conceito diferente que implica o rompimento com papéis



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

estabelecidos, rotação de tarefas, um sistema de controlo, implantação da direcção por objectivos, enriquecimento de tarefas...”, e ainda “...Preocupámo-nos em fazer com que as tarefas passassem a ser realizadas por pessoas diferentes das que as executavam apenas por uma questão de tradição ou hábito...”. -----

----- Acrescentou, que, não põe em causa que o GCAJ esteja a funcionar muito bem, mas parece-lhe estranho que funcionasse tão mal, para que haja essa rotura tão acentuada de papéis, parecendo-lhe preocupante o corte tão acintoso, embora o texto se refira a situações anteriores desenvolvidas por pares. -----

----- Prosseguindo, referiu-se à página oitenta do documento, que faz alusão ao Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, congratulando-se pelo mesmo quando diz: “... podemos afirmar que mais uma vez foram superados os objectivos propostos...”, pelo que gostaria de saber se foi efectuado um inquérito aos clientes externos, neste caso às Juntas de Freguesia para fundamentar esta afirmação, no que se refere à superação dos objectivos, que assim sendo, as Juntas estão muito satisfeitas com o trabalho deste gabinete. -----

----- Inquiriu ainda, no sentido de saber se no que se refere às contas relativas aos Duzentos e Cinquenta Anos e uma vez que em Assembleia Municipal o Senhor Presidente se terá comprometido a apresentar no relatório as empresas que entravam nessa dinâmica, se é possível ser-lhe facultada essa informação, uma vez que nas páginas sessenta e sessenta e um não constam essas empresas. -----

----- Considerou, que em futuras reuniões seria importante que a Câmara apresentasse alguma informação sobre a actividade do COMBUS e também sobre as contas em actividades de “Celebrar Oeiras” e também que fosse apresentado pelos participantes do grupo que funcionou a propósito deste evento, os custos, o porquê dos mesmos, isto à semelhança do que já tem sido feito por outras empresas. -----

----- Referiu, ainda, que considera da maior importância que algumas direcções pudessem

apresentar ciclicamente a actividade que desenvolvem na Câmara, os seus projectos e o trabalho que têm desenvolvido em diferentes áreas, para que os Vereadores pudessem estar a par desse mesmo trabalho.-----

-----Para além dessas apresentações solicitou também que os Vereadores do PS, fossem convidados a visitar os serviços da Câmara, de modo a que se possam familiarizar com os mesmos. --- -----

-----Disse ainda, que até tem pena de não poder aprovar este documento, mas face à situação da Auditoria efectuada às contas de dois mil e nove leu o seguinte “...uma vez que os esclarecimentos e informações sejam recepcionados, procederemos de imediato à sua análise, a qual poderá eventualmente ter um efeito significativo nas contas do Município, ou nos seus relatórios...”, concluindo que logo que tenha esta informação do ROC, está em crer que poderá votar favoravelmente este documento. -----

-----De forma a esclarecer todas estas questões o **Senhor Vice-Presidente** frisou que a Comissão de Protecção de Menores, está atribuída à Senhora Vereadora Elisabete Oliveira a quem foi atribuída a área da Acção Social, que é quem gere todos os assuntos relacionados com essa Comissão, tanto no apoio logístico, como a funcionária que a Câmara dispõe a tempo inteiro para lá estar. -----

-----Quanto aos Centros Históricos eles nunca estiveram sob a alçada da Senhora Vereadora Elisabete Oliveira, estiveram consigo e com o ex-vereador Emanuel Martins. -----

-----No que tange às acções de formação a Câmara é a entidade certificada e, por essa razão pode dar formação, sendo essa uma área que também lhe está afecta, não estando desagregada na discriminação dos pelouros, ou das áreas de competências. -----

-----Anualmente há um plano de formação, que colhe contributos de todas as unidades orgânicas, no sentido de perceber quais as reais necessidades efectivas da Câmara. -----

-----Posteriormente, há uma adequação àquilo que é o Orçamento das verbas que serão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

afectas à própria formação, há também a preocupação de procurar financiamento ao nível dos vários programas, que podem participar essa mesma formação. -----

----- Quanto às modalidades há várias, ou seja, aquela em que o funcionário ou trabalhador a vai adquirir a uma entidade fora da Câmara, como seja o INA, CEFA, ou outras, sendo esse custo suportado pela Câmara.-----

----- Quando essa formação pela dimensão do número de trabalhadores, até pelo próprio tema faz sentido que seja nas salas de formação da Câmara, aí são contratados os formadores a entidades certificadas, que poderá também ser o INA ou outras que estejam habilitadas para o efeito, embora com menos frequência também poderá acontecer que dentro da Câmara exista um funcionário, ou um dirigente, que tenha no seu universo de competências, capacidade para ministrar determinada formação, como por exemplo na Área da Segurança e Higiene no Trabalho. - -----

----- Na sua opinião todo o funcionário é um agente de formação, isto é, não pode limitar apenas àquelas horas e àquele funcionário em concreto, que vai às salas da Fundação, do INA, ou outras entidades receber essa formação. Esse funcionário ao ter sido alvo de todos esses cursos e de todos esses módulos, tem a obrigação de ser agente de formação interna. -----

----- Esta é uma área onde a Câmara nos últimos anos tem investido muito. A Divisão de Formação foi autonomizada de modo a que tenha um peso efectivo e uma estratégia definida e autónoma da sua Direcção Municipal, até ao momento tem-se conseguido concretizar os objectivos a que se propôs. -----

----- Relativamente às escolas a sua avaliação não é feita só do ponto de vista físico, daí que, quando se afirma que Oeiras tem as melhores escolas, também se está a afirmar que se tem os melhores professores, auxiliares de educação e, eventualmente, os melhores pais, melhor comunidade educativa, como é o caso da Escola Secundária Quinta do Marquês que esteve no “ranking” dos melhores alunos de Matemática. -----

-----Têm sido feitas intervenções concretizadas, não só do ponto de vista da reabilitação do edificado, mas também investimentos ao nível da área das tecnologias de informação; aliás já há um conjunto de escolas que têm o RISE a funcionar, para além de que esse investimento também tem sido complementado com a formação dos professores e que por sua vez, será uma mais valia para as crianças, interrompendo a **Senhora Vereadora Luísa Carrilho** para solicitar ao Senhor Vice-Presidente que lhe seja fornecido o plano anual de formação, ao que o **Senhor Vice-Presidente** respondeu que o fará chegar.-----

-----Continuando, frisou que há um conjunto de obras em curso, foi inaugurada a Escola Conde Ferreira, a qual foi objecto de uma enorme intervenção, dado que as suas instalações já não estavam funcionais para as exigências actuais e ainda no âmbito da sociedade veículo uma escola em Porto Salvo e outra no Alto de Algés.-----

-----A propósito deste assunto, a **Senhora Vereadora Madalena Castro** salientou que no ano passado foram intervencionadas vinte e oito escolas, embora nem todas tivessem sido objecto do mesmo esforço financeiro por parte da Câmara, contudo, foi uma meta e um objectivo muito ambicioso. Este ano haverá um número mais reduzido de intervenções, no entanto, dentro de duas semanas será submetida uma proposta de deliberação a votação, no sentido dessas intervenções ficarem autorizadas, ao abrigo do regime de excepção, que foi prorrogado para dois mil e dez, continuando dessa forma o Governo a criar um regime menos burocratizado, em relação ao Código dos Contratos Públicos, para a requalificação do parque escolar. -----

-----De novo no uso da palavra o **Senhor Vice-Presidente** referiu que esta é uma área em que a Câmara pretende direccionar o investimento, não só para o edificado, do ponto de vista dos próprios equipamentos, como seja o mobiliário, a informática, mas também no investimento ao nível de toda a comunidade escolar, ou seja, dos professores, dos encarregados de educação, das associações de pais, dos auxiliares de educação, no fundo de tudo aquilo que constitui as escolas.

-----No que tange ao Gabinete de Auditoria observou que possivelmente a Senhora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Vereadora Luísa Carrilho ainda não foi, mas poderá fazer uma visita a esse gabinete e, na altura, poderá verificar que nenhum dos funcionários e dirigentes, estão sentados no chão, ou estão a trabalhar de pé, a verdade é que todos têm mobiliário para o efeito, não sabe se para eles esse mobiliário é o adequado e suficiente, mas o que pode dizer é que é aquele que a Câmara pode ter e que numa situação de justiça e de igualdade para com outras unidades orgânicas, este gabinete não está preterido, nem beneficiado, usufrui daquilo que é a política de dotação de mobiliário e de equipamento, que as outras unidades orgânicas têm. -----

----- Se o Gabinete entende que não é suficiente, também haverá outras unidades orgânicas, que poderão sentir que o que têm não é suficiente, no entanto, a Senhora Vereadora poderá constatar pessoalmente as condições desse Gabinete, tanto ao nível das instalações, do equipamento informático e do mobiliário. -----

----- Em relação à viatura como deve de calcular, é impossível que todos os funcionários da Câmara, que se deslocam para os vários edifícios ou unidades orgânicas tivessem uma viatura. ---- -----

----- Esse Gabinete está dotado de uma viatura que é a do seu dirigente e, para além disso, pode sempre recorrer à Divisão de Viaturas e Máquinas e se atempadamente solicitar uma viatura, certamente, que lhe será facultada com o respectivo motorista.-----

----- Observou que, o que consta do documento foi colocado pelo Gabinete de Auditoria Municipal, mas da realidade que conhece e bem, o que pode dizer é que, comparativamente, com outras unidades orgânicas da Câmara, esse Gabinete não tem nem mais, nem menos do que os outros, duvidando que isso seja razão para que este não possa desenvolver aquilo que é a sua missão. ---- -----

----- Ao nível dos recursos humanos todos os Vereadores com responsabilidades executivas, reconhecem que a Câmara necessita de um reforço ao nível dos recursos humanos, porque, há uma dificuldade que se prende com a morosidade do próprio mecanismo da Lei,

referente à contratação. -----

-----Há um conjunto de concursos a decorrer, quer para técnicos superiores, quer para pessoal operário, como sejam cantoneiros, jardineiros e pessoal administrativo, esperando que logo que os mesmos estejam concluídos, se tenha a possibilidade de minimizar essa falha, que é sentida em várias, se não na totalidade nas diversas unidades orgânicas da Câmara. -----

-----De novo no uso da palavra a **Senhora Vereadora Luísa Carrilho** frisou que aquando da sua intervenção, só se referiu ao que vem escrito no documento que foi aprovado, observando o **Senhor Vice-Presidente** que não está a pôr em causa a questão que colocou, o que põe em causa é se o que está no documento poderá ser o sentido do dirigente desse Gabinete, embora também não possa dizer que não tem razão, mas o que tem que dizer enquanto decisor, é que do ponto de vista equitativo e olhando o universo de todas as unidades orgânicas da Câmara, o Gabinete Municipal de Auditoria não tem, nem mais, nem menos, do que as outras, sendo evidente que tenta gerir os recursos, quer materiais, quer humanos pelos diversos serviços e também de acordo com o que são as prioridades ao nível da Câmara.-----

-----De seguida interveio a **Senhora Vereadora Madalena Castro** para dizer que a Senhora Vereadora Luísa Carrilho referiu que o documento foi aprovado, mas ainda não o foi, apenas foi lido. -----

-----Referiu que já teve o pelouro da DVM e enquanto Vereadora nunca teve conhecimento que houvesse falta de viaturas para qualquer serviço, mas, para esclarecer melhor a situação, já marcou uma reunião com o dirigente do Gabinete. -----

-----Relativamente aos esclarecimentos prestados pelo Senhor Vice-Presidente compreende-os perfeitamente, até porque ao nível das Direcções Municipais e Departamentos há falhas tanto ao nível técnico, como administrativo de grande carência. -----

-----Quanto ao texto ele traduz o sentimento do Senhor Director do GMA, parece-lhe complicado, uma vez que dá a ideia que houve trabalho que não foi realizado por falta de viatura,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sendo este aspecto que quer esclarecer, porque nunca lhe chegaram pedidos desse gabinete, que não tivessem sido satisfeitos; aliás, nem faz sentido que não o sejam e se de facto isso se passou, deveria ter subido ao nível superior, de modo a que fosse indagado o porquê do trabalho não se fazer por falta de viatura. -----

----- De seguida interveio a **Senhora Vereadora Luísa Carrilho** para dizer que sabe que isso não foi aprovado, mas alguém aprovou este documento para ser trazido à reunião e se o texto não corresponde à verdade deveria ser visto por alguém, ao que a **Senhora Vereadora Madalena Castro** referiu, que tanto quanto sabe o texto está consoante os serviços escrevem, não há uma antevisão do mesmo, nem é supervisionado por ninguém.-----

----- De novo no uso da palavra o **Senhor Vice-Presidente** disse que sempre se fez dessa forma; até porque todas as unidades orgânicas têm a liberdade e autonomia de prestar a sua colaboração neste documento, daí até compreender o sentido do Senhor Auditor e, eventualmente, a sua vontade de trabalhar é muito superior aos recursos que tem, mas o que pode afirmar é que esses recursos não são nem mais, nem menos que outros directores municipais têm, embora reconheça que há carências ao nível de recursos humanos.-----

----- Em relação aos recursos materiais também compreende que pretendesse melhor mobiliário e, eventualmente, mais viaturas, mas é preciso fazer a afectação e gestão de recursos de uma forma equitativa, nunca podendo aceitar que o Gabinete de Auditoria deixe de fazer qualquer diligência ou tarefa pelo facto de não ter uma viatura, tanto mais que o Senhor Director Municipal tem uma viatura e um motorista que lhe estão afectos, podendo perfeitamente durante o horário normal de trabalho dispor, tal como o próprio dispõe da viatura que lhe está afecta, para funções que se prendem com o normal funcionamento da sua unidade orgânica.-----

----- No que toca à revisão do PDM ela está a ser feita há já algum tempo, estando-se neste momento a aguardar a versão final do PROTAML. -----

----- No próximo dia dez de Maio vai realizar-se uma reunião na Junta Metropolitana de

Lisboa, com as diversas autarquias que fazem parte da mesma, para que lhe seja apresentada uma versão final por parte da CCDRLVT, sendo para tal fundamental que o PROTAML esteja aprovado, de modo que a revisão do PDM neste caso de Oeiras, possa avançar de acordo com aquilo que é o PROT, uma vez que é impensável o PDM depois vir a colidir com este. -----

-----Acrescentou que, o que se tem feito é um trabalho que nunca se fez, ou seja, Presidentes de Câmara de Cascais, Oeiras, Sintra, Mafra, Lisboa e Amadora, estão a ter um trabalho concertado, no sentido de conseguir produzir um conjunto de imputes para dentro do PROT, ou seja, não trabalhar de uma forma desgarrada cada concelho por si, de modo a que se consiga criar uma plataforma onde os imputes sejam carregados para dentro do PROT, sendo assim que faz sentido, porque ao nível do PROT se não for assim a essa escala, todos os contributos que cada Município em princípio possa dar, não serão tão proveitosos e não acrescentarão tanto valor, como este trabalho de concertação. -----

-----Referiu que dentro em breve irá realizar-se uma reunião, para consolidar uma proposta que será entregue à CCDDR, para que dia dez de Maio ela possa já trazer uma versão final do PROT e após a sua aprovação, ou pelo menos a versão preliminar possa permitir o restante desenvolvimento do PDM da CMO.-----

-----Em relação ao Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico, todo o dirigente tem uma forma de trabalhar e de liderar a sua unidade orgânica.-----

-----Quanto à forma que esse dirigente encontrou, não vai dizer se é ou não correcta a forma como alterou o paradigma de funcionamento dentro do Gabinete, mas o que espera, sinceramente, é que ele continue a dar o seu contributo como tem dado até agora, sendo que se ele puder ser mais eficaz e mais eficiente devido a essa alteração tanto melhor.-----

-----No uso da palavra a **Senhora Vereadora Luísa Carrilho** esclareceu que não critica o funcionamento, nem o novo paradigma de funcionamento desse gabinete, o que lhe parece é que o texto que vem no documento é preconceituoso, mas as palavras ficam com quem as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

profere, considerando também que é eticamente reprovável que um par fale assim do seu anterior par. -----

----- De novo no uso da palavra o **Senhor Vice-Presidente** esclareceu que os contributos para este documento, são da responsabilidade dos dirigentes e não são de forma alguma censuráveis. -----

----- A única coisa que poderia haver em termos de censura, é se há alguma informação objectiva que não seja rigorosa, mas tudo aquilo que faz parte do funcionamento, do entendimento, da perspectiva da unidade orgânica, é o que consta do documento, o que na sua opinião está correcto, com todos os riscos que a Senhora Vereadora Luísa Carrilho acabou de referir. -----

----- No que diz respeito às Juntas, considera que a Delegação de Competências é de facto um sucesso. -----

----- O protocolo de competências traz mais celeridade às pequenas coisas, às pequenas intervenções e até em alguns casos menos custos, criando também mais proximidade com o próprio cidadão, porque o director municipal, ou o vereador nem sequer tem tempo para se dirigir pessoalmente ao munícipe se tem luz, ou se o buraco já está arranjado, mas o Presidente da Junta tem esse tempo e tem esse gosto, porque uma das tarefas do Presidente da Junta é também a proximidade com os munícipes. -----

----- Acrescentou, ainda, que o protocolo de delegação de competências tem vindo a ser ajustado, no que diz respeito à própria percentagem que lhe está afectada neste momento para as despesas administrativas, que os serviços da junta têm com o próprio protocolo, nomeadamente, os relatórios, os orçamentos, as comunicações com os fornecedores, os combustíveis, etc., sendo tudo isso foi avaliado e alterado e a percentagem cresceu. -----

----- Em relação ao diálogo entre os Executivos das Juntas e os serviços da Câmara tem sido constante, através do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, no sentido de se ir cada vez

mais ajustando esse protocolo, cujo modelo tem resultado, tem funcionado e tem sido do agrado quer da Câmara, quer das Juntas de Freguesia e até por parte dos munícipes que têm manifestado uma satisfação muito considerável. -----

-----Quanto às Comemorações dos Duzentos e Cinquenta Anos disse que é possível fazer um apanhado das empresas, esclarecendo a **doutora Maria Emília** que tem conhecimento que a doutora Ana Runkel elaborou um documento e naturalmente deve focar essa matéria, continuando o **Senhor Vice-Presidente** que ainda não há uma contabilidade de custos porque um fornecedor pode ter um fornecimento contínuo, dando como exemplo contentores de casas de banho em que o concurso serve para as actividades de desporto, da cultura, dos Duzentos e Cinquenta Anos, etc., por isso é necessário dizer que dez por cento são afectos a um determinado serviço, outros dez a outro, etc., de modo que irá pedir ao Gabinete dos Duzentos e Cinquenta Anos o universo dos fornecedores e o montante gasto. -----

-----Intervindo o **Senhor Vereador Fernando Curto** salientou que aquando da discussão da temática na Assembleia Municipal o Senhor Presidente de Câmara comprometeu-se perante aquela Assembleia que forneceria, aquando da apresentação do Relatório e Contas, não só os montantes gastos como as empresas relacionadas com o caso, podendo ser a própria Assembleia a reclamar esse relatório. -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** disse que irá tentar junto da doutora Ana Runkel obter esses elementos, se forem insuficientes pedirá ajuda à doutora Maria Emília, de modo a fazer chegar esse relatório aos Senhores Vereadores. -----

-----Sobre a actividade do Combustível a **Senhora Vereadora Madalena Castro** explicou que foi feito um diagnóstico, mas como não tinha todos os indicadores que queria, pediu algumas informações complementares e assim que estiver concluído será presente a uma reunião, tendo em conta que é o primeiro ano de experiência. -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** em relação à apresentação dos projectos informou que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

realizou uma apresentação no DPE, onde foram apresentados, todos os projectos, todas as obras em curso, áreas de intervenção, etc., porque dentro do próprio Departamento há funcionários que desconhecem todo o universo do DPE, porque um grupo está afecto à Reabilitação Urbana, outro às AUGIS, outro aos Projectos de Equipamentos Culturais e Desportivos e a rotina leva a que não tenham proximidade nem conhecimento daquilo que o Departamento no seu todo desenvolve e promove, de modo que, na sua opinião, repetindo e alargando essa experiência a outros Departamentos, faz todo o sentido que os Senhores Vereadores estejam presentes, pedindo desculpa aos Senhores Vereadores por os não ter convidado para a apresentação do DPE.-----

----- Quanto à abstenção dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, lamenta essa votação, porque o trabalho do ROC é complicado, mas, tal como já disse na Assembleia Municipal, é um processo que paulatinamente está a ser melhorado, porque ano após ano se vão gerando rotinas que vão beneficiar, em termos de rapidez, aquilo que são questões do ROC, na medida em que todos os anos há uma quantidade de questões que estão dentro daqueles parâmetros.-----

----- No início era difícil porque a informação estava organizada de uma maneira que não era cem por cento a forma que o ROC queria, de modo que manualmente teve que ser coligida toda essa informação e já se está muito mais próximo, sendo que esse tem que ser um trabalho diário, o qual é dado ao ROC sempre que solicitado por este, mesmo através das aplicações informáticas, já que os serviços vão criando rotinas, que torna muito mais rápido coligir a informação. -----

----- Houve um grande atraso na Certificação de Contas de dois mil e sete, está agendada a de dois mil e oito e apesar da de dois mil e nove estar praticamente pronta não foi possível agendá-la, razão por que lamenta que o Partido Socialista se abstenha por força da não apresentação da Certificação de Contas de dois mil e nove.-----

-----O **Senhor Vereador Amílcar Campos** começou por sublinhar a maneira clara como os elementos foram apresentados, como já vem sendo hábito, de qualquer modo é um documento técnico e o que está em apreciação, por uma lado é a apreciação rigorosa da especialidade da contabilidade e é certificada por quem tem competência para o efeito e, por outro lado é uma avaliação das opções de gestão, das opções políticas que estiveram subjacentes ao exercício que está a ser relatado. -----

-----Essas opções foram planeadas e previstas nas GOP correspondentes ao período em apreciação. -----

-----Continuando, disse que não dá o seu aval ao aspecto técnico da contabilidade, que tem que ser certificado pelo ROC, cuja explicação foi entregue e refere que o trabalho foi concluído a catorze de Abril, pelo que não havia tempo de as introduzir no documento em apreciação, uma vez que o ROC não faz considerações em cima do joelho, já que elas são de tal maneira comprometedoras que ou são ou não são, compreendendo que o ROC reserve para si o tempo necessário para fazer a análise técnica dos documentos para emitir o seu parecer, acrescentando que gostaria de ter essa reserva de tempo acautelada para poder fazer uma análise de natureza política diferente, no pressuposto que as contas estavam certificadas pela entidade competente, o que não é o caso. -----

-----Pegando no documento II - Demonstrações Financeiras, na página cento e nove, aparece o aumento da conta cinquenta e um - Património, no montante de dezoito milhões duzentos e cinquenta e seis mil seiscientos e nove euros e aparece um conjunto de itens para afectar, ou para desafectar, inquirindo se isso foi só para compor, isto é, se é um exercício de engenharia contabilista ou apareceu esse conjunto, se é a ponta do “iceberg” e o que é que vem a seguir e qual o montante. -----

-----Considera que há muitos outros itens que contribuem para alterar o valor do património, de modo que gostaria de saber se o Senhor Vice-Presidente tem ideia da percepção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da expressão económica e da dimensão dos itens que podem contribuir para essa variação, mesmo sem os conhecer em rigor, porque se fossem conhecidos em rigor estavam na lista e como não lhe parecem ser a totalidade, parece ser uma relação que surgiu agora e amanhã podem surgir mais três ou quatro e podem aparecer mais meia dúzia, de modo quer ter o significado exacto dessa valorização, que tem o valor de dezoito milhões. -----

----- Na página cento e quarenta - Provisões, com vários números registados para o SATUO, o LEMO, a Municípa, etc., e como estão explanados os anos de dois mil e sete, dois mil e oito e dois mil e nove, estão espelhados mais de cinco milhões de euros, de modo que gostaria de saber se é dinheiro metido pela Câmara nessas instituições, na medida em que sempre lhe disseram que a Câmara não colocava dinheiro no SATUO e se as provisões são positivas, para si, significa que estão a injectar dinheiro. -----

----- A página duzentos e noventa e três é o início de uma relação extensa que vai até à página trezentos e um, de contratos de empreitada, fornecimentos, concessão e outros, tendo-lhe chamado a atenção a primeira linha onde consta Ana Maria Valdez Wilson, com uma aquisição de serviços de assessoria protocolar ao Senhor Presidente, no valor de mil e quatrocentos euros por mês e os pagamentos na gerência onze mil duzentos e treze que parece ser uma avença que se vai pagando ao longo do ano, de modo que gostaria de ter a noção dos serviços prestados por essa entidade. -----

----- Na página duzentos e noventa e sete, outro elemento que lhe chamou a atenção, não tanto pelo valor mensal mas pelo acumulado, foi o contrato de prestação de serviços com J. Ramos Osório, médico da Oeiras Sociedade Unipessoal, que lhe parece ser o médico da Câmara, com um valor mensal de dois mil oitocentos e setenta euros e oitenta e três euros, com um pagamento na gerência de trinta e cinco mil euros, que multiplicando por doze, não resulta esse valor, mas para si o equivalente a acumulado vai em quatrocentos e três mil setecentos e noventa e três euros, de modo que gostaria de saber o que é que isso significa, na medida em que é um

valor muito elevado e questiona-se se tem a ver com acções de formação, acções específicas, ou se tem a ver com a acção de rotina da medicina que ele pratica. -----

-----Passando para o documento Um - Relatório, pensa que o conteúdo da página cinco à página oito, devia ser revisto e não ir assim para a Assembleia Municipal, porque não é aceitável que um documento aprovado pela Câmara mostre que “não se sabe a quantas anda”, sendo certo que o ano de dois mil e nove foi um ano de eleições, mas o documento tem que ser redigido de forma adequada, ou seja, a página cinco refere a repartição dos mandatos até às eleições de dois mil e nove, mas simplesmente a dez meses do exercício, a repartição que está na página sete corresponde aos outros dois meses e tem que ser escrito de forma adequada, ou seja, na página cinco, no segundo parágrafo que diz: “...verificando-se as seguintes distribuições...” deveria dizer: “...antes da eleição do dia onze de Outubro a distribuição era a seguinte:...”, porque o eleitor que não for elemento da Assembleia Municipal ou do Executivo, que lê o documento tem que ficar com a percepção clara.-----

-----A página seis apresenta os elementos do novo Órgão, quando na verdade são os velhos porque estiveram em execução até ao dia onze de Outubro.-----

-----O **Senhor Vereador Fernando Curto** no uso da palavra disse que tinha que se ausentar da reunião, de modo que, nesta altura saiu da sala, definitivamente.-----

-----De novo no uso da palavra o **Senhor Vereador Amílcar Campos** referiu que na página dezasseis, no que diz respeito às receitas, interpreta que foi orçamentado em receita corrente cento e vinte e nove setecentos e trinta e nove milhões quatrocentos e oitenta e sete euros, foi executado cento e vinte cinco oitocentos e quarenta e um milhões de euros, o que dá um bom resultado visto que são seis vírgula noventa e três por cento acima do que foi executado em dois mil e oito, por outro lado o orçamentado em receita de capital foi de cinquenta e cinco milhões oitocentos e setenta e cinco mil seiscentos e dezanove euros e o executado quatro milhões duzentos e quinze mil cinquenta e um euro e vinte e dois cêntimos, o que equivale a que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

se tenha executado apenas sete vírgula cinquenta e quatro por cento do orçamentado e isso revela um enorme empolamento, porque significa que foi executado menos setenta e cinco vírgula oitenta e seis por cento do executado no ano anterior.-----

----- O orçamentado no ano anterior em despesa corrente foi de cento e nove milhões novecentos e trinta e nove mil oitocentos e três euros e executado oitenta e sete milhões setenta e três mil setecentos e vinte e nove euros e vinte e sete cêntimos ou seja setenta e nove vírgula dois por cento do orçamento e doze vírgula quarenta e quatro por cento a mais do que no ano anterior.

----- O orçamentado em despesa de capital foi de setenta e cinco milhões setecentos e oitenta e seis mil e oitenta e cinco euros e o executado quarenta e dois milhões setecentos e catorze mil seiscentos e onze euros e setenta e três cêntimos ou seja cinquenta e seis vírgula trinta e seis mas menos vinte e seis vírgula setenta e quatro por cento do que no ano anterior.-----

----- Prosseguindo, considerou os resultados negativos e tanto mais negativos quanto se tratou de um ano de eleições em que se fez um esforço para realizar o mais possível.-----

----- Passando para a página vinte e quatro sobre o IMT o realizado foi vinte de oito milhões oitocentos e setenta e oito mil trezentos e trinta e quatro euros e sessenta e sete cêntimos, mas está inflacionado em doze milhões com o negócio Lagoas Parque/Teixeira Duarte/DCP o que significa que o imposto se situará a curto prazo em valor significativamente inferior, o que é preocupante. -----

----- Na página vinte e cinco na Derrama pela primeira vez detectou que o orçamentado é inferior ao executado e ficou perplexo por isso ser assim.-----

----- Na página trinta nas despesas correntes com pessoal, em dois mil e oito está inscrita a verba de trinta e três milhões trezentos e trinta e oito mil cinco euros e oitenta e um cêntimos e em dois mil e nove, trinta e quatro milhões oitocentos e sessenta e oito mil cem euros e trinta e cinco cêntimos que dá um agravamento de quatro vírgula cinquenta e nove por cento. -----

----- Em dois mil e oito o agravamento relativo a dois mil e sete foi de dois vírgula setenta

e quatro por cento, isto é, de trinta e dois vírgula quatro por cento para trinta e três vírgula três por cento.-----

-----A variação da aquisição de bens e serviços de dois mil e sete para dois mil e oito passou de trinta e um para trinta e quatro por cento. -----

-----Em dois mil e oito foi de trinta e quatro milhões quarenta e um mil quatrocentos e trinta e três euros e vinte e dois cêntimos e em dois mil e nove quarenta e dois milhões quatrocentos e quarenta e três mil oitenta e oito euros e oitenta e quatro cêntimos, ou seja vinte e quatro vírgula sessenta e oito por cento, isto é, aquilo que se tinha agravado nove vírgula oitenta e cinco por cento de dois mil e sete para dois mil e oito, agravou-se de dois mil e oito para dois mil e nove em vinte e quatro vírgula sessenta e oito por cento.-----

-----Enquanto a rubrica com o pessoal teve um aumento de dois vírgula setenta e quatro a de bens e serviços teve um aumento de nove vírgula cinquenta por cento. -----

-----Acrescentou que pensa que isso é consequência directa dos “outsourcing” e afinal não são a “panaceia” para todos os males, antes pelo contrário são significativos elementos de despesa, para si, “vai-te embora lucro que dás prejuízo”.-----

-----Relativamente à página sessenta as comemorações dos duzentos e cinquenta anos atinge os três vírgula quinhentos e dezoito milhões de euros, já que não foi possível conhecer atempadamente o plano, o calendário e o orçamento, pelo menos fica a saber no fecho das contas do ano seguinte. -----

-----Também gostaria de saber a previsão e a conclusão da revisão do PDM. -----

-----Aguarda que a Senhora Vereadora Madalena Castro entregue o relatório do Combustível sabendo que o ano de dois mil e nove foi um ano experimental. -----

-----Quanto às prosas atribuídas a cada um dos Departamentos tem sido sempre, por um lado, um elemento necessário, por outro lado negativo, porque não estão redigidos de forma coerente e cada um faz da sua lavra e consoante a sua própria sensibilidade, no entanto, acredita



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que quando o texto tiver outra importância, quando for caracterizado pelo mesmo tipo de critérios, será redigido de outra forma.-----

----- Prosseguiu dizendo que viu nos documentos o receio que teve, que o levaram a votar contra as GOP de dois mil e nove e quando o fez não pensou que o exercício pudesse ser tão mau como interpreta da análise que fez do documento.-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** em relação à página cento e quarenta - Provisão disse que pelo Princípio da Prudência, a Câmara é obrigada a provisionar, ou seja, a prever determinado montante para o caso de vir a ser necessário, é uma reserva e não implica uma transferência pecuniária. O ponto de vista contabilístico é que dá uma informação clara dizendo que se pode ter determinada necessidade.-----

----- No documento há duas provisões. Uma para a Oeiras Expo outra para a Oeiras Primus e, na sua opinião, não tinha que criar uma provisão nas contas da Câmara, porque antes de se fazer o investimento a sociedade estará em desequilíbrio porque ainda não tem qualquer tipo de receita que faça face aos custos, só irá ter receita quando os imóveis estiverem concluídos e os contratos de arrendamento estiverem firmados, passando a haver uma receita por conta do arrendamento que fez, no entanto, a lei prevê que nessa fase de investimento, o desequilíbrio em que a empresa se encontra, não tenha que se consolidar nas contas da Câmara.-----

----- Entretanto, os serviços consideraram que pelo facto de não ter sido dado conhecimento à IJF desse plano e ela não se ter pronunciado e ter aprovado esse plano de investimento, achou por bem considerar a provisão, que não passa disso, porque são catorze mil quatrocentos e sessenta euros e noventa e um mil duzentos e noventa euros e trinta e seis cêntimos. ------

----- Quanto toca às outras provisões, nomeadamente ao SATUO não quer dizer que tenha sido pago ou que se preveja pagar, a provisão foi criada para que se, eventualmente, a Câmara tiver necessidade de pagar, a provisão está criada, acontecendo isso com todas as outras.-----

-----Acontece o mesmo com os processos que estão para o Tribunal, a Câmara não sabe se vai ser condenada e quanto é que vai pagar, no entanto, é fundamental que a provisão esteja criada.-----

-----Quanto à página cinco irão ser feitas as alterações. -----

-----Em relação às páginas dezasseis e dezassete do Relatório, o Senhor Vereador Amílcar Campos fez a análise da receita de capital ter uma execução muito baixa relativamente ao previsto no orçamento. -----

-----Do ponto de vista da gestão, na sua opinião, é fundamental a Câmara inscrever na receita de capital, tudo o que seja possível alienar, porque esse património é da Autarquia e é possível ser alienado, assim, durante o exercício é possível realizar essa receita de capital, mas se a Câmara conseguir uma gestão de modo a ter uma execução de cem por cento em receita corrente, com essa receita será possível financiar a despesa de capital, ou seja, era negativo que se financiasse a despesa corrente com receita de capital e desde que não seja assim, para si, é uma gestão correcta e acrescenta valor porque a Câmara não precisa de despender património, antes pelo contrário, teve uma execução de quarenta e dois milhões de compra de património bens e investimentos cujo montante foi suportado pela receita corrente.-----

-----Essa análise é demonstrativa da solidez financeira da Câmara em que consegue com a receita corrente financiar a despesa de capital. -----

-----Poderá colocar-se a questão de não dever estar os cinquenta e cinco milhões. Na sua opinião faz todo o sentido que lá esteja porque não faz sentido a Câmara no início de cada exercício aprovar uma revisão orçamental. -----

-----Continuando, disse que em dois mil e dez a Câmara está a ter problemas de liquidez por várias razões, já explicadas pelo Senhor Presidente, nomeadamente, da má cobrança dos impostos, da crise, etc., se não se tivesse inscrito no orçamento um conjunto de receitas de capital, bens patrimoniais que possam ser alienados, não teria essa ferramenta.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Continuando, explicou que em dois mil e dez a receita de capital será maior, na medida em que está prevista uma hasta pública de um conjunto de terrenos, esperando que a hasta pública seja bem sucedida e a Câmara possa realizar despesa de capital e, se esses terrenos não estivessem inscrito teria, certamente, que se fazer uma revisão orçamental e do ponto de vista financeiro a Câmara não se estaria a habilitar a ter essa gestão, de modo que considera que quando há necessidade e se for possível fazer um bom negócio, deve vender, entretanto, se a liquidez proveniente da receita corrente for suficiente para não ter uma política de venda, então não vende, que foi o que aconteceu em dois mil e nove, que foi positivo, daí não o chocar que haja uma execução ínfima na rubrica de receita de capital, é sinónimo que não foi preciso alienar património, antes pelo contrário, houve aquisição de património.-----

----- O **Senhor Presidente** que, entretanto entrou na sala, quanto ao IMT explicou que o seu valor não está inflacionado.-----

----- Prosseguindo, disse que o Senhor Vereador Amílcar Campos a única crítica que pode fazer é em relação à receita de capital, em matéria de impostos não tem razão porque a Câmara não coloca o valor que quer mas o que decorre da média-estatística e essa está correcta.-----

----- No uso da palavra o **Senhor Vereador Amílcar Campos** disse que o Senhor Presidente não ouviu a pergunta de modo que a vai colocar de novo.-----

----- A inflação não é no sentido de empolamento, o montante de vinte e oito vírgula oitocentos e setenta e oito milhões realizado, contém em si uma tranche inerente a um negócio, atalhando o **Senhor Presidente** que não pode evocar isso, porque o que disse foi que pode não haver cobrança do IMT em dois mil e dez igual à de dois mil e nove porque em dois mil e nove, embora a média-estatística esteja correcta, houve um factor de realização de montante que pode não se realizar em dois mil e dez, mas não implica que se possa realizar mais, porque há potencial no Concelho para isso.-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** disse ter concordado com a análise feita pelo Senhor

Vereador Amílcar Campos, mas tinha que retirar o inflacionado, porque foi uma situação extraordinária e a partir daí tudo será provisões.-----

-----Quanto à Derrama a doutora Maria Emília Xavier explicará o que se passou por ter sido, nos anos de dois mil e seis, dois mil e sete e dois mil e oito, inferior ao realizado.-----

-----Quanto ao “outsourcing”, como já várias vezes foi dito é algo que é preciso recorrer por força das imposições legais com que a Câmara se defronta diariamente, ou seja, limitação de horas, dificuldades de contratação, a morosidade nos procedimentos de contratação e embora pensando que o custo para a organização até possa ser superior para a organização, não há outra hipótese se não recorrer a ele.-----

-----Também pensa que em muitas situações era preferível recorrer aos recursos internos, ou seja aos funcionários e até seria mais barato, mesmo pagando horas extraordinárias do que recorrer ao “outsourcing”.-----

-----O **Senhor Presidente** realçou que em relação à receita de capital, a Câmara tem feito um esforço enorme e em vez de vender tem adquirido património, só houve uma hasta pública em dois mil e oito onde foram vendidos alguns lotes para equipamentos que renderam seis milhões de euros, no que concerne ao grosso dos imóveis que estão no documento nunca se tentou vendê-los porque não tinham as infra-estruturas realizadas, não se podia pôr o terreno à venda sem estar loteado, só agora estão, razão por que serão postos à venda, pensando que se for tudo vendido rondará os trinta milhões de euros.-----

-----A **doutora Maria Emília Xavier** explicou que em relação ao património haviam coisas que estavam mal classificadas e estão a ser levadas à conta cinquenta e um e sempre que se tem conhecimento, porque se vão fazendo conferências e se detecta alguma fazem-se as correcções.-----

-----A página cento e quarenta tem a ver com as provisões das empresas, com base no artigo trinta e um da Lei cinquenta e três F, duas delas têm a ver com as duas empresas Oeiras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Expo e Primus, porque enquanto não fizerem obra, com base no Princípio da Prudência, fez-se uma provisão.-----

----- Na parte da Derrama tem a ver com o cálculo dos anos anteriores que vai dar esse valor. -----

----- Intervindo o **Senhor Vereador Ricardo Rodrigues** começou a sua intervenção dando os parabéns ao Serviço pelo excelente trabalho que fizeram e pela clareza do documento. -

----- De seguida chamou a atenção para uma falha encontrada na página sete, na composição da Assembleia Municipal, na medida em que o PSD elegeu cinco membros, não devendo constar seis como Coligação Mais Oeiras, na medida em que ela terminou no dia das eleições e assim como membros da Assembleia Municipal constam cinco do PSD e um do CDS, razão porque têm gabinetes separados, assim como os dois mandatos na Vereação só são do PSD e não da Coligação. -----

----- Por último disse que a bancada do PSD estranha a atitude da bancada do PS em relação ao sentido da votação pela abstenção em relação ao documento em análise visto que o PS teve responsabilidades no anterior mandato, tanto mais que um dos Vereadores do anterior Executivo continua a ser Vereador no actual.-----

----- O **Senhor Vereador Amílcar Campos** disse que houve um agravamento na ordem dos vinte e quatro vírgula sessenta e oito por cento na rubrica aquisição de bens e serviços, nas despesas correntes, que atribui à forte componente do “outsourcing” e dentro disso aos contratos de manutenção de jardins e limpeza, como o Senhor Presidente já por diversas vezes falou na ponderação da hipótese da criação de uma empresa municipal para realizar esse tipo de acções, gostaria de saber em que pé é que isso está, porque a Câmara está carenciada de mão de obra e não pode com os recursos que tem assumir essa responsabilidade e como considera que é como a “pescadinha com o rabo na boca” se não pode e os “outsourcings” são penalizadores, se há outras alternativas gostaria de saber. -----

-----O **Senhor Presidente** informou que se está a fazer o levantamento da situação em termos do pessoal necessário para esse tipo de actividades, lembrando que a Câmara abriu um concurso para a concessão da recolha dos resíduos sólidos em parte do Concelho, que ainda não foi, mas será anulado, concluindo que é nesse contexto que a Câmara tem que decidir se avança para a criação da empresa ou não e cada vez se inclina mais para a criação da empresa porque tem-se gasto muito dinheiro em “outsourcing” para além do facto de cada vez mais se ter mais dificuldade em controlá-los.-----

-----Também está em estudo criar uma empresa para a área da Habitação, mas aí é mais complicado porque tem que se separar a parte social da restante, porque uma empresa não tem sensibilidade para gerir a parte social, mas o Departamento também não está vocacionado para tratar das obras e dos pequenos arranjos dos fogos que podem ir dos mil aos seis mil euros, de modo que dava jeito criar uma situação idêntica à “Oeiras está lá” para resolver esses problemas.

-----Em relação à página duzentos e noventa e três e no que concerne ao doutor Osório Ramos, a **doutora Paula Saraiva** explicou que o acumulado não é relativo à empresa, mas ao tempo todo que ele trabalha na Câmara.-----

-----Continuando, informou que ele é Coordenador do Gabinete Médico há uma série de anos. Com a alteração da legislação, os avançados em nome de pessoa singular, tiveram que se formar em pessoa colectiva, ou seja, numa empresa unipessoal, argumentando o **Senhor Presidente** que embora seja a mesma pessoa, não devia estar inscrito dessa forma.-----

-----Quanto à Ana Wilson, o **Senhor Presidente** explicou que ela foi contratada para sua assessora jurídica, mas fazia falta no Serviço de Notariado e foi, provisoriamente, prestar serviço naquela unidade orgânica, mas voltará, brevemente, para o seu gabinete. -----

-----Em relação à questão colocada pelo Senhor Vereador Amílcar Campos em relação ao aumento de aquisição de bens e serviços, a **doutora Paula Saraiva** pediu para não se esquecerem das comemorações dos duzentos e cinquenta anos, tudo o que é eventos de prestação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de serviços, festivais, etc., tem a ver com essas comemorações, observando o **Senhor Presidente** que às vezes querem justificar e não o fazem correctamente, porque esse empolamento não tem a ver com as comemorações dos duzentos e cinquenta anos, mas com todas as aquisições que ocorreram durante o ano, onde estão incluídos todos os “outsourcings” de qualquer tipo, para além dos gastos das Festas do Concelho, onde foram gastos seiscentos mil euros e nas comemorações dos duzentos e cinquenta anos, três milhões e meio de euros.-----

----- De novo no uso da palavra a **doutora Paula Saraiva** explicou que está tudo isso, assim como as prestações de serviços que resultam da conversão das avenças, sendo o caso do doutor Ramos Osório um bom exemplo, que estava na despesa de pessoal e passou para a prestação de serviços, não tendo sido nada mudado se não a forma do contrato, atalhando o **Senhor Presidente** que com isto se reduz a despesa com pessoal, mas não se reduz a despesa corrente. -- -----

----- III - A Câmara, por maioria, com voto contra do Senhor Vereador Amílcar Campos e abstenção dos Senhor Vereadores Luisa Carrilho e Jorge Jacob, deliberou aprovar o proposto. ---

----- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto.” -----

----- O **Senhor Deputado Daniel Branco (CDU)** interveio, dizendo o seguinte: -----

----- “O problema é que nós estamos a discutir em Setembro, o que já devia de ter sido discutido em Março ou Abril. Está muito atrasado com quase tudo já visto e, ainda por cima, por esta reunião ter demorado tanto tempo com o ponto anterior da Ordem de Trabalhos, esta questão que é de fundo não vai ter tempo para ser debatida. -----

----- Eu também não irei demorar muito tempo, apesar que gostaria de demorar muito

mais na análise que seria necessária fazer - nem sequer vou pegar nos papéis - mas há, do nosso ponto de vista, motivos para preocupações que seguramente a Câmara não deixará de ter e que justificam em muito as posições que ao longo dos anos temos vindo a assumir e normalmente se traduzem por votarmos contra os Planos de Actividades e Orçamento, por uma razão de fundo, que nós temos vindo a referir, que é os empolamentos que estão presentes naqueles documentos.

-----Quando analisamos isto com olhos de ver há situações que aparecem com relevância. Todos nós sabemos que não há receita de capital e que o ano passado a receita de capital conseguida foi uma percentagem diminuta em relação ao que tinha sido previsto, porque previram setenta milhões de contos e conseguiram cinco (ou algo do género), mas tem havido possibilidade da Câmara investir mediante aquilo que é a poupança corrente. Portanto, a receita corrente é superior à despesa corrente, o que vem daí receita que depois consegue ir para capital e dar possibilidade de haver investimento.-----

-----Mas o que se passa nestes anos, e convém ter em conta, é que a poupança corrente tem tido um processo sucessivo de diminuição. Já não se trata de ver se as contas da receita aumentam ou baixam. Não, porque a verdade é que a poupança corrente, independentemente de como estão as contas, está a diminuir. Em dois mil e sete foi quarenta e sete vírgula sete milhões de euros. Em dois mil e oito foi quarenta vírgula dois e em dois mil e nove foi trinta e oito vírgula sete, portanto, em todos os anos houve esta descida.-----

-----Este ano ainda não sabemos o que se vai dar, mas temos a Informação do Senhor Presidente, a qual só hoje de manhã tive oportunidade de ver, e aparece lá claramente nas receitas globais deste ano: vinte e três vírgula cinco por cento a menos, portanto, se esse valor se verificar, nem há sequer poupança corrente no ano de dois mil e dez. Este é um dado objectivo que temos de ter em conta. -----

-----Um outro dado que também acho relevante é o aumento da aquisição de bens e serviços. Os bens e serviços cresceram de dois mil e sete para dois mil e oito, nove vírgula



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

oitenta e cinco por cento, mas de dois mil e oito para dois mil e nove subiram vinte e quatro vírgula sessenta e seis por cento e este é um problema muito complicado. Até ao ano dois mil e nove, a maior despesa que a Câmara tinha, na parte das contas correntes, era com o pessoal, à volta dos trinta e oito/trinta e nove milhões de euros. Em dois mil e nove, em aquisição de bens e serviços foram despendidos quarenta e dois vírgula quatro milhões de euros. Foi a maior despesa de todas. Isto não tem nenhuma tendência a diminuir, porque a tendência com a lógica que tem sido seguida em termos de gestão é complicada porque este é dos aspectos que vai sempre aumentar. E, quando eu digo isto, é bom termos em conta que já este ano nas PPP's (Parcerias Público-Privadas), que já estão a avançar, já vamos pagar uns milhões de euros e a partir do próximo ano é na casa dos oito milhões por ano que se tem de pagar nas PPP's por esta via, porque são rendas que temos de estar a pagar aqui. Moral da história: o dinheiro reduz-se rápida e drasticamente. -----

----- Em relação às dívidas a terceiros também se constata que em dois mil e oito esta era de vinte e quatro vírgula oito milhões de euros e em dois mil e nove era de trinta e dois vírgula sete milhões de euros. Nesse sentido a situação complica-se e está a piorar. -----

----- Depois, quando se chega à receita de capital, aparece a eterna questão da alienação de terrenos - rubrica onde há o maior emolumento. O Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente têm dito aqui muitas vezes que a Câmara tem a propriedade e por isso coloca no Orçamento como uma possibilidade de fazer dinheiro. O Estado Português também tem reservas em ouro, o qual neste momento tem uma grande cotação e não está nenhum valor em ouro no Orçamento de Estado - nem sequer poderia estar, era manifestamente errado que estivesse. Por conseguinte, uma reserva que há em termos de terrenos, não pode entrar em termos de Orçamento como algo imediatamente realizável. -----

----- Mas o que é também verdade, é que nesta teoria dos valores também tem sido dito - isto não é emolumento porque a Câmara regista estes valores - que o que ela tem feito é

comprar, porque ela não tem sequer vendido, nem teve intenção de vender, enquanto os dinheiros se foram aguentando, mas agora faltam. Já houve uma hasta pública para estes terrenos e os diversos amigos - quando é a Câmara a prestar favores estão sempre solícitos - nem um se apresentou à hasta pública. E a informação que tenho - o Senhor Presidente depois dirá - é que irão fazer uma nova hasta pública em Setembro ou Outubro. Mas este é um problema sério, a Câmara tem de estar a vender terrenos do que tem em reserva, no período pior para a venda dos mesmos, e o mais provável é também não conseguir fazer nenhum dinheiro por esta via. -----

-----Informações recentes apontam para a intenção da Câmara fazer em dois mil e onze, uma nova metodologia e uma nova lógica destes documentos e parece que iam pensar na elaboração do orçamento base zero. Eu acho muito bonito, trabalhei muito com isto, sei o que é, mas o problema complicado é outro: é que o orçamento base zero não se põe em prática porque as pessoas querem. É preciso haver uma cultura, um clima, é preciso saber o que é a poupança, é preciso saber o que não é a megalomania, é preciso saber o contrário de uma série de coisas que têm sido aqui praticadas. Mas o que é curioso, também, é que esta referência ao orçamento base zero vem para o ano dois mil e onze, em que também é dito e eu li num meio de comunicação social em que a Câmara Municipal ia começar a fazer o orçamento participativo. É de uma total incongruência juntar estas coisas todas porque vai dar um “berbicacho do arco-da-velha” e eu tenho curiosidade em ver como é que as coisas vão sair para o próximo ano.-----

-----Este documento será finalmente votado, já seguiu para todas as entidades e a nossa votação não tem nenhum significado, mas por razões lógicas que todos reconhecem, a nossa posição só pode ser uma: é votar contra. Não é contra as contas, nem contra o relatório, é contra pelos erros que justificaram votar contra, quando o Plano de Actividades e as Grandes Opções foram aprovadas. Portanto, iremos seguramente votar contra.-----

-----Pensamos que é necessário para o próximo ano de contenção e sinceramente o digo, não com qualquer cariz político, que deve ser muito difícil a esta Câmara conseguir fazer um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

orçamento de contenção para caber dentro das limitações com que nos vamos debater. E vamos debater-nos com fortes, porque já foi dito aqui que a Derrama, a qual brevemente iremos aprovar, provavelmente será metade, o IMI continua a manter-se e a subir um pouco, o IMT vem por aí abaixo, porque o ano passado e este ano as licenças de construção neste País baixaram quarenta por cento. E, além de tudo isto, ainda estamos para saber o que é que vai dar a Lei das Finanças Locais, embora no ano de dois mil e onze se vá referir a dois anos antes, de acordo com os termos da lei, portanto, referir-se-á aos valores de dois mil e oito, o que quer dizer que os aumentos do IVA e do IRC, que já houve esse ano, não figuram no próximo ano. Portanto, por via da Lei das Finanças Locais também iremos por aí abaixo, por isso vai ser muito difícil estabelecer um orçamento para o próximo ano. -----

----- Eu creio que é bom termos a ideia que é necessário modificar e avanço aqui três propostas, que já fizemos mais do que uma vez. É necessário fazer contenção e julgo que o desastre financeiro do SATU tem de encontrar uma solução muito rapidamente. Penso que é necessário rever todos os muitos contratos de outsourcing que proliferam por aí e que nós temos ainda nesta Assembleia Municipal mais uma série deles para virmos a analisar, que são muitos milhões de euros que vão avançar, e dizemos também, como temos dito e mantemos com toda a coerência: aprofundar a análise de todas as empresas municipais, intermunicipais, mistas, sítios onde a Câmara tenha participação e use o maior rigor necessário nas medidas a adoptar havendo algumas que devem em nosso entender terminar rapidamente.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** deu os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Para mim, o Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) não disse nenhuma novidade mas falou numa questão que eu não poderia deixar de chamar a atenção e dizer que não parece que seja os termos com que se refere, relativamente àqueles que porventura investem aqui no Concelho, criam empresas, etc.. A Câmara não faz favores a ninguém e, se assim é, ninguém tem que fazer favores à Câmara, como é obvio - isso que fique claro. -----

-----Relativamente à situação financeira, a raiz também não está nos argumentos do Senhor Deputado Daniel Branco (CDU). Na verdade, se nós estivéssemos numa situação financeira difícil, não tínhamos capacidade de endividamento, porque somos dos municípios que têm uma capacidade de endividamento mais elevada na Área Metropolitana. Ainda estamos com uma capacidade de endividamento de oitenta milhões de euros, portanto, isto diz da situação financeira da Câmara. -----

-----Obviamente que passamos por uma conjuntura difícil, mas não é reportada a megalomias. Se é megalomania construir cinco mil fogos - muito bem! Se é megalomania construir pavilhões desportivos em todas as escolas do Concelho - muito bem! Se é megalomania, construir as escolas que estamos a construir - bem dita, megalomania! De maneira que eu não sei onde é que está a megalomania do Senhor Deputado Daniel Branco (CDU). Portanto, não é devido a erros de gestão ou megalomania. -----

-----Todos nós sabemos que o País atravessa uma crise complicada e que, designadamente, ao nível de alguns impostos atinge Oeiras também e aquilo que faz diminuir brutalmente a receita é o IMT, pois é aí que nós temos uma quebra extraordinária. -----

-----Por outro lado, no que diz respeito ao património, as reservas do ouro são um pouco diferentes do património, porque a Câmara Municipal compra algum património para também vender ou rentabilizar e se, ao longo dos anos, consignamos determinado património para alienação e não se aliena haverá duas razões. Por exemplo, há quatro ou cinco anos nós poderíamos ter alienado o Almarjão, porque na altura havia vários compradores para isso. Pura e simplesmente nós íamos vender sem estar ainda infraestruturado e tínhamos consciência que o valor pelo qual íamos vender era muito mais baixo do que aquele que o mercado procurava, por isso estivemos à espera de fazer infraestruturas, etc.. -----

-----E agora criam uma conjuntura que dá impressão que, de facto é aqui em Oeiras e não é, é no País, é por essa Europa fora - todos nós sabemos que é assim. Portanto, a Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal de Oeiras vendeu em dois mil e cinco terrenos, aqui no Norte de Oeiras, a cento e vinte e cinco contos o metro quadrado, portanto, a seiscentos e vinte e cinco euros o metro quadrado e se mais tivesse, mais vendia. Nós fizemos uma hasta pública desses terrenos e podemos dizer que é a “carne do lombo” do Concelho, é a melhor localização, é onde o terreno é mais caro. Mais caro do que nessa zona do Almarjão, apenas aqui na linha da frente, da Costa, que está ao lado da Marginal. -----

----- Fez-se em Junho ou Julho uma hasta pública e ficou deserta e a outra foi feita na semana passada e ficou deserta também. No entanto, apareceram alguns interessados a pretenderem negociar agora o preço, porque sabem que nos termos da lei a Câmara pode negociar, uma vez ficando com custo zero. -----

----- Mas, a verdade é que nós baixámos dez por cento o preço relativamente à primeira hasta pública, portanto, já estamos a falar de terreno que não chega a quatrocentos euros o metro quadrado. Isto significa que, provavelmente nem que a Câmara pusesse a trezentos euros o metro quadrado, possivelmente ninguém ia lá, isto porque - dos contactos que tenho e das pessoas com quem falo (investidores e banca) - o problema não está no preço do terreno e é interessante porque todas as pessoas dizem que a especulação imobiliária começa no terreno, etc.. Mas o problema é que a conjuntura hoje, e esperamos que não seja estruturante, é tão má, que as pessoas não compram porque não sabem se depois têm crédito para construir e depois se alguém compra os andares porque o banco não empresta, ou seja, isto é uma “pescadinha de rabo na boca”. Este é o problema com que nos confrontamos e é óbvio que se até aqui, nós conseguíamos (e estou de acordo com o Senhor Deputado) com a poupança corrente resolver os problemas da carência da receita de capital é indiscutível que agora, diminuindo a receita, não podemos mais fazer isso. Por isso, é obvio que o Orçamento para dois mil e onze vai ter que ser obrigatoriamente de grande contenção. É difícil? Há é, muito difícil! Aliás, nós vemos as dificuldades, salvaguardando as devidas distâncias, com que o País se encontra neste momento

com o Orçamento do Estado - os Partidos, o Presidente da República, o Primeiro-Ministro. As nossas dificuldades são idênticas e nós temos o mesmo problema a resolver, mas essa contenção vai ter que ser feita. É difícil, é duro, mas vamos ter que o fazer e vamos ter que cortar em situações que não é fácil. -----

-----É interessante porque o Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) na última reunião deu algumas sugestões para poupança, mas as sugestões que acabou de dar não poupam um euro. Primeiro, o SATU, até agora não afectou em um euro e se há alguma crise financeira, ou algum desastre financeiro não se deve a este, porque até agora não afectou as contas da Câmara Municipal. Portanto, poupamos no SATU o quê, se não estamos a gastar lá dinheiro? Quanto aos outsourcing's é fácil dizer: "poupe-se nos outsourcing's", mas como sabem hoje, estes são um sofisma. Na realidade, a maior parte do outsourcing que o Município tem hoje, é ao nível do ambiente, portanto, é fundamentalmente aí e é justamente nos contratos de conservação e manutenção de jardins, na limpeza, etc., que estão os outsourcing's. Esta é que é a realidade e depois, nas aquisições de serviços está também o pagamento à TratoLixo, à AMTRES e só para aí são uns quatro ou cinco milhões por ano, mais uns quatro ou cinco milhões da manutenção são dez milhões, só em duas rubricas. Portanto, o que é que nós vamos fazer? Reduzir os outsourcing's? Uma coisa é uma prestação de serviço de algo que pode ser reduzido, por exemplo, o fogo de artifício e nas iluminações de Natal já deste ano, não vamos gastar cerca de duzentos mil euros, porque vamos ter aquelas iluminações que tradicionalmente eram feitas pelos próprios serviços da Câmara, ou seja, não vai haver uma adjudicação ou um acordo com a Associação de Comerciantes para fazer as iluminações de Natal. Obviamente que vamos cortar e temos de o fazer, contudo, há serviços essenciais nos quais não podemos cortar, designadamente o outsourcing. -----

-----Por conseguinte, o contributo do Senhor Deputado Daniel Branco (CDU), se não me der outro na próxima reunião, está a colocar-se na posição do Doutor Pedro Passos Coelho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

relativamente ao Engenheiro Sócrates, porque também diz: que diga onde é que vai cortar, eu digo onde é que vai poupar, etc.. E se não me disserem até lá, não tenham dúvidas que o orçamento que vier aqui vai ter um corte. Eu posso me enganar (apesar de tudo vamos fazer um esforço enorme) mas relativamente a dois mil e dez nós temos que fazer uma redução de quinze a trinta milhões de euros, ou seja, temos de ter um orçamento mais baixo quinze a trinta milhões de euros do que o de dois mil e dez.” -----

7.2.1. VOTAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria, com os votos a favor dos Grupos Políticos Municipais Isaltino Oeiras Mais À Frente, do Partido Socialista e do Partido Social Democrata e com os votos contra dos Grupos Políticos Municipais do Centro Democrático Social - Partido Popular, da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 75/2010** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 427/10 - APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2009** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e vinte e sete barra zero dez, a que se refere a deliberação número três da Reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e um de Abril de dois mil e dez, e deliberou por maioria, com os votos a favor dos Grupos Políticos Municipais Isaltino Oeiras Mais À Frente, do Partido Socialista e do Partido Social Democrata e com os votos contra dos Grupos Políticos Municipais do Centro Democrático Social - Partido Popular, da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda, aprovar os documentos de prestação de contas de dois mil e nove, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

8. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

8.1. A Senhora Gabriela Bessa, disse o seguinte: -----

-----“Eu sou munícipe de Oeiras e venho falar como tal. Vinha falar de um assunto que eu à partida achei bastante melindroso e pedia a atenção para o Senhor Presidente da Câmara a fim de que desse bastante atenção a este munícipe porque fiquei bastante impressionada. -----

-----Neste movimento que existiu nas praias e ruas, dos “Jovens em Movimento”, observei muitos jovens a trabalhar com muito entusiasmo para receber o seu dinheiro e poderem ir de férias, por exemplo, a um festival da Costa Vicentina e a outras festas, porque os jovens normalmente trabalham para o imediato e para obterem o seu dinheirito, pois sempre podem gozar mais e divertir-se. Mas muitos destes jovens receberam o dinheiro no final de Agosto e alguns ainda em Setembro. De forma que eu pedia a atenção, porque alguns jovens ficaram desiludidos porque precisavam do dinheiro e tiveram que pedir emprestado. -----

-----Pessoalmente não me afectou nada e até um miúdo da minha família foi trabalhar e, por acaso, recebeu logo o dinheiro, mas muitos miúdos e colegas dele não receberam. E uns miúdos que trabalharam num grupo do dia um a quinze de Julho só receberam agora o dinheiro, embora a intenção deles era ir para o Algarve, por isso tiveram que pedir o dinheiro emprestado porque alguns pais não puderam adiantá-lo embora não fosse muito. -----

-----Falou-se aqui em tantos milhões e neste caso são umas dezenas de euros (cerca de cem euros) mas para eles era muito, já podiam ir acampar em conjunto, ir a várias festas, e ficaram tão desiludidos que isso entristeceu-me muito. Porque eu acho que o meu Município trabalha e tem feito coisas mas não deu atenção aos jovens. Eles ficaram muito desiludidos com isso, porque não tiveram dinheiro, nem para o Festival da Costa Vicentina da Zambujeira, nem para ir para o Algarve, nem para gozarem as festas que gostariam. -----

-----Por isso lamento e pedia ao Senhor Presidente que para o ano, quando novamente este Movimento ocorrer, que se tenha em atenção que os jovens querem o dinheiro para logo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

para o dia seguinte, para agora e é com esse objectivo imediato que os jovens vão trabalhar.”-----

8.2. O Senhor Presidente da C.M.O., esclareceu o seguinte:-----

----- “A única coisa que posso dizer a esta Senhora é que os jovens que quiserem receber no dia seguinte, não podem entrar nos “Jovens em Movimento”, por isso, é melhor não se disponibilizarem para isso porque não é esse o procedimento. Aquilo não é um trabalho mas é uma ocupação dos tempos livres. Nem o objectivo é irem para lá ganhar dinheiro. A Câmara dá uma gratificação, mas é fundamentalmente para ocupar os tempos livres dos jovens. Aliás, infelizmente, a Câmara não pode acolher todos os que querem participar, porque os que querem ir são muitos mais do que aqueles que vão porque a Câmara não tem hipótese de os enquadrar. Contudo, quando os jovens vão sabem que só irão receber passado algum tempo. A Câmara não tem condições de pagar no dia seguinte e não é por falta de dinheiro, mas porque há procedimentos burocráticos a desenvolver e as coisas por vezes demoram (com certeza não era por dez mil euros - julgo que andaré nessa ordem e não é muito mais). -----

----- Portanto, tem a ver com os procedimentos burocráticos e, embora eu compreenda que alguns deles quisessem ir para a Costa Vicentina ou para outro lado qualquer, mas têm que se prevenir e já sabem que quando vão para os tempos livres dos “Jovens em Movimento”, possivelmente só irão receber um ou dois meses depois, mas isso é por razões burocráticas e não por falta de dinheiro. Terão que ficar prevenidos.” -----

8.3. O Senhor Presidente da A.M. concluiu, dizendo o seguinte:-----

----- “Vamos encerrar os trabalhos por hoje e iremos continuar a nossa Ordem de Trabalhos na reunião do dia onze de Outubro. Até lá desejo um bom trabalho e boas Comemorações dos Cem Anos da nossa República.” -----

9. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- O Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às vinte horas e quinze minutos.----

----- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e

pelas Secretárias da Mesa.-----

-----O Presidente,-----

-----A Primeira Secretária,-----

-----A Segunda Secretária,-----